

stricto
SENSU
PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

**FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

TIAGO MARTINELLI

**ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE
INTERESSE PÚBLICO (OSCIP) DO MUNICÍPIO DE
PORTO ALEGRE: ESPAÇOS SOCIOOCUPACIONAIS
DOS ASSISTENTES SOCIAIS?**

PORTO ALEGRE, 2007

TIAGO MARTINELLI

**ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO
(OSCIP) DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE:
ESPAÇOS SOCIOOCUPACIONAIS DOS ASSISTENTES SOCIAIS?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como, pré-requisito para obtenção de título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Professora Doutora Berenice Rojas Couto

Porto Alegre, 2007

TIAGO MARTINELLI

**ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO (OSCIP) DO
MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE:
ESPAÇOS SOCIOOCUPACIONAIS DOS ASSISTENTES SOCIAIS?**

Esta Dissertação foi submetida ao processo de avaliação pela Banca Examinadora para obtenção de Título de:

Mestre em Serviço Social

E aprovada na sua versão final em 08 de março de 2007 atendendo às normas da legislação vigente da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

Professora Doutora Berenice Rojas Couto
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

Banca Examinadora:

Professora Doutora Berenice Rojas Couto
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Professora Doutora Jane Cruz Prates
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Professora Doutora Juliane Feix Peruzzo
Universidade de Caxias do Sul (UCS)

AGRADECIMENTOS

Apesar de muitos considerarem a produção acadêmica, principalmente o processo de escrita da dissertação, um momento solitário, expresse que este trabalho é uma construção coletiva, que começou antes mesmo do ingresso no PPGSS, mas que a partir das disciplinas, das discussões com os colegas, com os alunos da graduação, com pesquisas, com outros pesquisadores, fortaleceu-se e possibilita a crítica reflexiva.

Este trabalho está escrito no impessoal, no sentido de não se referir ou não se dirigir a uma pessoa em particular, mas às pessoas em geral que pude contar com o apoio e que contribuíram direta e indiretamente para este produto.

Para tanto, ao agradecer, faz-se necessário nomear algumas instituições e pessoas que estiveram diretamente envolvidas no processo.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio financeiro, sem o qual não seria possível ter realizado o mestrado, feito a pesquisa e ter constituído um dos produtos desta formação. Na luta pela ampliação da qualidade dos programas de pós-graduação e formação crítica de pesquisadores e professores deste país.

Ao conjunto dos trabalhadores sociais, em especial aos Assistentes Sociais que se disponibilizaram a contribuir com informações subsidiando a pesquisa empírica deste estudo.

Apraz especial pelos dois anos de intensivas, incansáveis e preciosas orientações à Professora Doutora Berenice Rojas Couto, pessoa amiga, professora, pesquisadora, escritora, militante, profissional coerente com o projeto ético-político. Assim, consagra-se este estudo à sua co-autoria.

Agradeço minha família, pelo apoio e estímulo constantes na minha trajetória profissional, principalmente na compreensão dos meus pais e irmãos que mesmo estando longe sempre incentivaram a continuidade da formação e respeitaram minhas escolhas e decisões. Aos meus afilhados Ana Lúcia e João Vitor, futuro do Brasil, a quem dedico minhas ações e desafios do mundo que está se configurando a vocês. A todos os amigos que em suas singularidades buscaram compreender o por onde ando, que faço, como, para que e para quem.

Ao Professor Doutor Carlos Nelson dos Reis, pessoa íntegra que nunca deixou de estar presente nas discussões e incentivos deste trabalho, grato pelas suas idéias e reflexões.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) pela acolhida, ensinamento e respeito.

Aos professores que aceitaram participar na qualificação deste trabalho e da banca examinadora, Professoras Doutoras Jane Cruz Prates e Juliane Feix Peruzzo.

Ao Núcleo de Estudo em Políticas e Economia Social (NEPES), pelo apoio estrutural e pelos momentos de reflexão, discussão e descontração, realizados no dia a dia e em eventos promovidos por este.

Aos colegas de mestrado, por dividirem coletivamente espaços de discussões, de trocas e de aprendizagem. Ao carinho e amizade que foram sendo construídos ao longo do processo, principalmente as colegas Edla Hoffmann, Fabiana Aguiar de Oliveira Guimarães e Paulo Wunsch. À Valesca Casa Nova Nonnig pelas minuciosas correções ortográficas.

À equipe coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS), da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, pelas orientações e informações, em especial à Secretaria da Pós-Graduação, Juliana Helmann. Cavalheiro e Antônio Ricardo Terra Dalpicol pela disponibilidade no atendimento.

Enfim, agradeço a todas as pessoas que, de alguma forma, incentivaram, apoiaram e construíram de maneira fraterna e solidária esse processo. Grato a todas as mulheres do mundo. Assistentes Sociais e pessoas que de uma forma ou de outra reconhecem o trabalho profissional e que se empenham na construção de um outro mundo possível.

“Pensar em alternativas futuras ao capitalismo exige que exploremos concepções alternativas de seu passado (WOOD, 2001, p. 17).”

“Hoje, quando o único que permanece é a insegurança, as mercadorias, fabricadas para não durar, são tão voláteis quanto o capital que as financia e o trabalho que as gera. O dinheiro voa na velocidade da luz: ontem estava lá, hoje está aqui, amanhã quem sabe onde, e todo trabalhador é um desempregado em potencial” (GALEANO, 2007).

“Parece mais fácil e mais realista intervir sobre os efeitos de um disfuncionamento social que controlar os processos que o acionam, porque a tomada de responsabilidade desses efeitos pode se efetuar sobre um modo técnico enquanto que o controle do processo exige um tratamento político” (CASTEL, 2004, p. 32).

“Este ‘caminhão’ de informações ‘deve ser sempre encarado de forma provisória e aproximativa.’ Esse posicionamento por nós partilhado se baseia no fato de que, em se tratando de ciência, as afirmações podem superar conclusões prévias a elas e podem ser superadas por outras afirmações futuras” (GOMES, 1994, p. 79).

RESUMO

O presente estudo discute a composição sociopolítica das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) enquanto espaço socioocupacional, de modo a desvendar os processos de trabalho em que participam os Assistentes Sociais. Interessa, nos marcos desta dissertação, explicar como os Assistentes Sociais estão sendo chamados a ocupar espaço nessas organizações e como os processos de trabalho instituídos podem, ou não, dar concretude ao projeto ético-político do Serviço Social. Nessa perspectiva, desencadeia-se a discussão das relações entre Estado, mercado e sociedade civil. Problematisa-se o reordenamento institucional das relações sociais através das “novas” organizações, surgidas, no Estado democrático, sob a égide da economia de mercado. O tema da investigação é de relevância para o Serviço Social, principalmente no que se refere aos processos de trabalho implicados diretamente com a questão social, sendo as manifestações desta refletidas em alterações indissociáveis do processo de reestruturação produtiva nos espaços socioocupacionais. É preciso evidenciar a importância de ocupar os espaços de forma qualificada, reforçando a identidade profissional, desvendando as contradições na perspectiva do projeto ético-político do Serviço Social. Inseridos na divisão sociotécnica do trabalho, os Assistentes Sociais passam a ter funções e competências, para atuarem na formulação e na avaliação de políticas, planejamento e gestão, inscritos em equipes interdisciplinares que tencionam a identidade profissional.

Palavras-chave:

Serviço Social — Trabalho — Processo de Trabalho — Sistema de Proteção Social — Seguridade Social — Terceiro Setor — Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)

ABSTRACT

The present study discusses the sociopolitical makeup of OSCIP (Portuguese acronym for Civil Society Organizations of Public Interest) as a sociooccupational domain, so as to clarify labor processes that include Social Workers. Within the limits of this dissertation, the aim is to explain how Social Workers are being called on to fill a space in those organizations and how the labor process established might — or might not — confer concreteness to Social Work's ethical-political project. From such perspective, a discussion is triggered about relations between the State, the market, and civil society. A debate is carried out on the institutional reordering of social relations through “new” organizations that emerged, in the democratic State, under market economy. The subject is relevant for Social Work, especially regarding labor processes directly related to social issues, manifested in changes that are not dissociable from the process of productive restructuring in sociooccupational spaces. It is necessary to point out the importance of occupying spaces with high quality, reinforcing professional identity, clarifying the contradictions in Social Work's ethical-political project. As part of the sociotechnical division of labor, Social Workers gain roles and competencies to act in policy making and evaluation, planning and management, as members of interdisciplinary teams that challenge professional identity.

Keywords:

Social Work — Labor — Labor Process — Social Protection System — Social Security — Third Sector — Civil Society Organizations of Public Interest (OSCIP)

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição das OSCIP, por unidade da Federação, no Brasil — 2006	82
Tabela 2 – Classificação das OSCIP, segundo suas finalidades, no Brasil — 2006	83
Tabela 3 – Número de OSCIP, por ano de publicação, no Brasil — 2006	85
Tabela 4 – Atuação dos Assistentes Sociais nas OSCIP, em Porto Alegre — 2006	86
Tabela 5 – Ano de formação dos Assistentes Sociais participantes da pesquisa.....	87
Tabela 6 – Formação dos Assistentes Sociais participantes da pesquisa.....	88
Tabela 7 – Vínculo dos Assistentes Sociais com as OSCIP participantes da pesquisa	90
Tabela 8 – Áreas de atuação durante a trajetória profissional dos Assistentes Sociais participantes da pesquisa	92
Tabela 9 – Espaços socioocupacionais de atuação durante a trajetória profissional dos Assistentes Sociais participantes da pesquisa.....	93
Tabela 10 – Formas de contato para contratação de trabalho em OSCIP, dos Assistentes Sociais participantes da pesquisa	94

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABONG	Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
APAS	Aparato e Práticas de Ajuste Social
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
CAAE	Certificado de Apresentação para Apreciação Ética
CEAS	Centro de Estudos e Ação Social
CEBAS	Certificação as Entidades Beneficentes de Assistência Social
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNSS	Conselho Nacional de Serviço Social
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DISOC	Diretoria de Estudos Sociais
ECOSOC	Conselho Econômico e Social
FARSUL	Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul
FCDL	Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Rio Grande do Sul
FECOMÉRCIO	Federação do Comércio de Bens e Serviços do Estado do Rio Grande do Sul
FEDERASUL	Federação das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande do Sul
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIERGS	Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNMA	Fundo Nacional do Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
IPEA	Instituto Brasileiro de Pesquisa Econômica Aplicada
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social

LPP	Laboratório de Políticas Públicas
MARE	Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado
NEAD	Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural
NEPES	Núcleo de Estudos em Políticas e Economia Social
OCDE	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONGs	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIP	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
PACBR	Programa de Atendimento a Comunidades de Baixa Renda
PAIF	Programa de Atenção Integral à Família
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PT	Partido dos Trabalhadores
RDH	Relatório de Desenvolvimento Humano
RITS	Rede de Informações para o Terceiro Setor
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SISNEP	Sistema Nacional de Informações Sobre Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 PROCESSOS DE TRABALHO NO SERVIÇO SOCIAL	15
1.1 A centralidade do trabalho na sociedade capitalista.....	15
1.2 A constituição dos processos de trabalho a partir dos seus elementos: relação entre objeto, meios e produtos.....	28
1.3 Projeto de formação profissional do Assistente Social: uma discussão através dos eixos ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo	31
2 SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL BRASILEIRO: ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO	38
2.1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e a proteção social	38
2.2 A subalternidade do Terceiro Mundo e as regras de proteção social.....	42
2.3 Sociedade civil: resistência à reiteração da fragmentação das políticas sociais	48
2.4 O projeto de contra reforma do Estado: a (con) fusão do público e do privado	55
2.5 A nova regulação: contra-argumento à seguridade social pública.....	60
3 PROCESSO DA PESQUISA	69
3.1 Primeiros procedimentos à coleta de dados.....	70
3.2 Aplicação do pré-teste	71
3.3 Análise de Conteúdo: definindo teoricamente a técnica	72
3.4 Análise de Conteúdo Temática	74
3.5 A fase de pré-análise	75
3.6 Codificando os dados coletados.....	76
3.7 Categorizando os temas	76
3.8 Explorando o material: descrição analítica.....	78
3.9 Tratamento dos resultados obtidos e interpretação inferencial.....	79
3.10 O produto da Análise de Conteúdo Temática: tratamento estatístico e análise qualitativa	80
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
REFERÊNCIAS.....	123
APÊNDICES	140
ANEXOS	147

INTRODUÇÃO

Entre os desafios colocados ao Serviço Social brasileiro a partir de 1980, está o papel da profissão na perspectiva de trabalhar na garantia da seguridade social pública. A seguridade enfrenta a disputa teórica com os ideários do neoliberalismo e com a configuração socioocupacional que se conforma nesse ideário. Surgem, então, com o processo de reestruturação produtiva, novas formatações da organização social para dar conta das diversas formas de expressões da questão social. Essas novas formatações adquirem também um reconhecimento jurídico legal, como é o caso das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), através da Lei nº 9.790/99 (BRASIL, 1999).

Nesta dissertação, busca-se explicar como se dá a demanda por Assistentes Sociais nessas organizações e como os processos de trabalho instituídos podem, ou não, concretizar o projeto ético-político do Serviço Social. Assim, o presente estudo discute a composição sociopolítica das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público enquanto espaço socioocupacional, de modo a desvendar os processos de trabalho em que participam os Assistentes Sociais. Problematiza-se o reordenamento institucional das relações sociais através das “novas” organizações, que surgiram, no Estado democrático, sob a égide das políticas econômicas de recorte teórico neoliberal.

Desde sua regulamentação, verifica-se que o número de OSCIP se amplia. No entanto, existem poucos estudos críticos direcionados à temática. Na área de conhecimento do Serviço Social, são escassos os estudos voltados aos processos de trabalho nessas organizações. Portanto o estudo é de fundamental importância, no sentido de desvendar os procedimentos profissionais de mais um espaço socioocupacional.

O Assistente Social está implicado diretamente com a questão social, sendo que as manifestações da mesma se refletem em alterações indissociáveis do processo de reestruturação produtiva nos espaços de atuação profissional. Deve-se ressaltar a importância de ocupar os espaços de forma qualificada, reforçando a identidade profissional e revelando as contradições na perspectiva do projeto ético-político do Serviço Social.

Frente à conjuntura, propõe-se uma investigação que problematize a presença dos Assistentes Sociais nas OSCIP. A intenção deste estudo é poder desvendar como esse “novo” espaço socioocupacional tem aderido ao Serviço Social e vice-versa, visando entender se os processos de trabalho em que participam os Assistentes Sociais estão voltados ao projeto

ético-político da profissão. Ou seja, a dissertação¹ constitui-se, empiricamente, a partir do problema de pesquisa de como o Assistente Social desenvolve seus processos de trabalho nas OSCIP, de modo a garantir a defesa dos direitos na perspectiva de consolidação do projeto ético-político da profissão?

Fez-se necessário verificar a opinião dos Assistentes Sociais sobre o processo de trabalho nas OSCIP, a fim de desvendar suas contradições, discutir a efetivação desses processos, visando contribuir para o aprimoramento dos referenciais teóricos e da qualificação nesses espaços, e identificar quais as contribuições dos Assistentes Sociais para a garantia de direitos nos mesmos, sob o ângulo de solidificação do projeto ético-político da profissão.

A pesquisa está fundamentada nos princípios do Método Dialético Crítico e caracteriza-se como do tipo quanti-qualitativa. Com base em seus objetivos, classifica-se como pesquisa exploratória. A coleta de dados foi realizada através de entrevistas semi-estruturadas, empreendidas, através de roteiro norteador, com Assistentes Sociais das OSCIP. O universo da pesquisa engloba profissionais das OSCIP localizadas em Porto Alegre e cadastradas, no Ministério da Justiça, de 1999 a 2005. Foram realizadas oito entrevistas, onde três profissionais têm vinculação direta com as OSCIP, e cinco atuam por projetos. Para a análise dos dados utilizou-se a técnica de Análise de Conteúdo.

No Capítulo 1, trata-se do trabalho enquanto categoria central das relações sociais, bem como dos processos de trabalho, seus elementos constituintes e o projeto de formação profissional do Assistente Social no desdobramento dos eixos ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo.

No Capítulo 2, apresentam-se o sistema de proteção social brasileiro pós 1988, no contexto da contra reforma do Estado, a conformação de propostas de proteção social e os desdobramentos sobre esse sistema, sob a ótica da seguridade social. Faz-se uma leitura da trajetória e da configuração das políticas sociais que se constituíram até o momento, assim como alguns prognósticos sobre o tema.

No Capítulo 3, expõem-se as expressões da questão social, contextualizada pelo debate entre Estado e sociedade civil, público e privado, ilustrado pelas (in)definições dos espaços nacionais dos movimentos sociais, das chamadas organizações não-governamentais e

¹ Este trabalho foi submetido ao exame de qualificação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em dezembro de 2006, fazendo parte da Banca de Qualificação as Professoras Doutoras: Berenice Rojas Couto, Jane Cruz Prates e Juliane Feix Peruzzo. Também foi realizado seminário do Núcleo de Estudos em Políticas e Economia Social (NEPES), compondo a Banca de Discussões o Professor Doutor Carlos Nelson dos Reis e a Assistente Social, Mestre e Colaboradora Marta Borba Silva. As observações, ponderações e sugestões apontadas pelas Bancas foram contempladas no trabalho, sendo inseridas no texto e utilizadas na análise dos dados empíricos.

do terceiro setor. Definem-se pessoas jurídicas de direito privado, de fins não econômicos, especificando o debate através da qualificação OSCIP.

Sintetiza-se o processo de pesquisa com a análise estatística e as inferências das informações coletadas, relacionando o material empírico subsidiado pela teoria dialético-crítica, a fim de contemplar as questões norteadoras e a metodologia da pesquisa. Fazem-se as Considerações finais, na perspectiva de apontar desafios e possibilidades da atuação profissional nas OSCIP.

1 PROCESSOS DE TRABALHO NO SERVIÇO SOCIAL

Apresentam-se neste capítulo, um panorama do mundo do trabalho e algumas transformações que vêm ocorrendo nas últimas décadas, sob a perspectiva da centralidade que o trabalho tem na sociedade capitalista. Primeiramente, têm-se algumas definições sobre trabalho e classe, apontando as transformações decorrentes das necessidades de manutenção do sistema capitalista. Direccionam-se as discussões para as desigualdades sociais decorrentes da precarização e da desqualificação que têm sido dadas ao trabalho. Expõem-se dados da realidade, tendo por base a crítica da economia política, para o entendimento de como está organizado o sistema capitalista. Abordam-se algumas reflexões sobre a divisão sociotécnica do trabalho, trabalho produtivo e improdutivo, valor de uso, valor de troca e mais-valia.

Resgata-se a constituição do processo de trabalho e seus elementos, com a finalidade de reafirmar a sua necessidade e importância sobre os processos que constituem a práxis dos trabalhadores. Sem o intuito de tornar a discussão endógena, mas de apontar a compreensão teórica sobre a constituição profissional do Serviço Social, apresentam-se, a partir do projeto profissional, os eixos ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo, visando à articulação destes, para que subsidiem teoricamente a pesquisa empírica deste trabalho. Para tanto, a partir da base ontológica marxista e das categorias trabalho e processo de trabalho, a construção deste capítulo objetiva delinear teoricamente as discussões que estão intrinsecamente voltadas à área de conhecimento das Ciências Sociais Aplicadas.

1.1 A centralidade do trabalho na sociedade capitalista

Pretende-se apresentar a temática trabalho, vinculando a proposição a ser tratada epistemologicamente, com base no referencial marxista, de forma a subsidiar os processos de trabalho e seus desdobramentos relacionados ao Serviço Social. Nesse sentido, destaca-se a produção teórica de conhecimento no Serviço Social sobre as relações sociais de trabalho embasadas no pensamento marxista² (NETTO, 1992; MARTINELLI, 1993; IAMAMOTO; CARVALHO, 2000; IAMAMOTO, 2006b; BARROCO, 2003; NETTO, 2004). A construção

² Refere-se ao conjunto de autores que fundamentam a obra de Karl Marx. Um aprofundamento sobre a discussão do termo é feito em Haupt (1983).

dos capítulos teóricos tem como maior finalidade “[...] valer-se de outros procedimentos, que reconhecem a relação sujeito-objeto e a realidade como totalidade e unidade de movimentos contraditórios” (CATTANI, 1995, p. 10).

Atenta-se para a gama de produções existentes sobre esse tema, portanto, o objetivo é problematizá-lo, pela necessidade de reforçar a concepção sobre o trabalho, no intuito de defesa e resistência da proposta enquanto categoria essencial das relações humanas, de forma a contemplar os processos históricos, a totalidade e as contradições que o método dialético³ permite na explicação da realidade para a construção da cientificidade. É pelas concepções marxistas que se vislumbra uma construção de proposta contra-hegemônica, visto que a filosofia política marxista “[...] contém os elementos conceituais e axiológicos necessários para pensar numa alternativa de saída da crise atual e, a partir dessa concepção, colaborar na conformação dos sujeitos sociais que haverão de assumir a tarefa de construir uma nova sociabilidade” (BORON, 2003, contracapa).

Independentemente do período que seja contemplado para avaliar o entendimento social sobre o trabalho, há consenso de que o trabalho resulta da interação entre humanidade e natureza, ou seja:

[...] o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. [...] Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais. [...] No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. [...] Além do esforço dos órgãos que trabalham, é mister a vontade adequada que se manifesta através da atenção durante todo o curso do trabalho (MARX, 1971, p. 202).

O trabalho humano diferencia-se das atividades irracionais de outros seres por não ser “[...] obra de um indivíduo, mas da cooperação entre homens; só se objetiva socialmente, de modo determinado; responde a necessidades sócio-históricas, produz formas de interação humana como a linguagem, as representações e os costumes que compõem a cultura” (BARROCO, 2003, p. 26-27). É diante das transformações societárias, da (in)definição de conceitos e da criação de “novos” paradigmas que o trabalho está inserido nessa conjuntura e

³ Ao referir o método dialético visa-se garantir sua cientificidade, um conjunto de leis e/ou princípios que governam um setor ou a totalidade da realidade e o movimento da história (BOTTOMORE, 1988). “As leis fundamentais do materialismo dialético são: (a) a lei da transformação da quantidade em qualidade, segundo a qual as mudanças quantitativas dão origem a mudanças qualitativas revolucionárias; (b) a lei da unidade dos contrários, que sustenta que a unidade da realidade concreta é uma unidade de contrários ou contradições; (c) a lei da negação da negação, que pretende que, no conflito de contrários, um contrário nega o outro e é, por sua vez, negado por um nível superior de desenvolvimento histórico que preserva alguma coisa de ambos os termos negados [...]” (BOTTOMORE, 1988, p. 259).

também sofre metamorfoses. Assim, define-se na sociedade de classe, o trabalhador como sendo a “classe-que-vive-do-trabalho”⁴ (ANTUNES, 1998).

É a partir da reestruturação produtiva⁵ e das transformações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho que se explicita a questão social, principalmente pelas peculiaridades que vem sofrendo a “classe-que-vive-do-trabalho”. Pode-se, no entanto, inferir que o trabalho não terminou, porém a classe trabalhadora sofreu grandes modificações que atingem extremos: “[...] uma classe trabalhadora ainda mais diferenciada, entre qualificados/desqualificados, mercado formal/informal, homens/mulheres, jovens/velhos, estáveis/precários, imigrantes/nacionais etc.” (ANTUNES, 2000, p. 191).

As transformações do mundo do trabalho⁶ são recentes, marcadas pela reestruturação produtiva, pela sua representatividade sindical e política. No Brasil, vêm ocorrendo há pouco menos de três décadas (1980). Essas modificações foram materializadas a partir de avanços na tecnologia em que se reconfiguram os processos produtivos.⁷ Para compreender a forma como o sistema capitalista⁸ vem constituindo-se hegemonicamente, pode-se fazer alusão à concepção das mutações no mundo do trabalho pela heterogeneidade, pela fragmentação e pela complexificação, que fazem com que os processos de trabalho, antes mediados pelos

⁴ “Compreender, portanto, a classe-que-vive-do-trabalho, a classe trabalhadora hoje, de modo ampliado, implica entender este conjunto de seres sociais que vivem da venda da sua força de trabalho, que são assalariados e desprovidos dos meios de produção. [...] A classe trabalhadora, portanto, é mais ampla que o proletariado industrial produtivo do século passado, embora este ainda se constitua em seu núcleo fundamental. Ela tem, portanto, uma conformação mais fragmentada, mais heterogênea, mais complexificada. Que somente pode ser apreendida se partirmos de uma noção ampliada de trabalho. E apresentar essa processualidade multiforme é muito diferente, como vimos, do que afirmar o fim do trabalho ou até mesmo o fim da classe trabalhadora” (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 343). Para melhor compreensão, sugere-se atentar para capítulo intitulado **A classe-que-vive-do-trabalho. A forma de ser da classe trabalhadora hoje** (ANTUNES, 2000).

⁵ A reestruturação produtiva “[...] ocorre através de um movimento do capital e de escolhas do empresariado que, para manter a sua reprodução [...] precisa destruir radicalmente a resistência operária e sindical, através do desmantelamento, da desintegração, da individualização dos coletivos de trabalhadores [...]” (DRUCK, 1998, p. 57).

⁶ Também tratado pelo autor como “nova morfologia do trabalho”: “[...] além dos assalariados urbanos e rurais que compreendem o operariado industrial, rural e de serviços, a sociedade capitalista moderna vem ampliando enormemente o contingente de homens e mulheres terceirizados, subcontratados, *part-time*, que exercem trabalhos temporários, entre tantas outras formas assemelhadas de informalização do trabalho, que proliferam em todas as partes do mundo” (ANTUNES, 2005, p. 17).

⁷ “No capitalismo, a esfera da produção é aquela na qual os trabalhadores produzem, ao mesmo tempo, as mercadorias e produzem a riqueza pela expropriação de trabalho não pago” (GRENEMANN, 1999, p. 157).

⁸ “Denominação do modo de produção em que o capital, sob suas diferentes formas, é o principal meio de produção” (BOTTOMORE, 1988, p. 44).

sistemas de produção tayloristafordista⁹, passem a se desregular, a se flexibilizar, em uma lógica de produção intitulada de toyotismo¹⁰ (ANTUNES, 1998).

O advento dos novos meios de produção também se vincula ao uso de jargões que os definem, tais como *Kanban*, *Just-in-Time*, flexibilização, terceirização, subcontratação, círculos de controle de qualidade total, eliminação do desperdício, gerência participativa, sindicalismo de empresa, entre outros. As transformações no espaço produtivo embasadas no modelo japonês são consideradas como as maiores causadoras da ampliação do desemprego estrutural no mundo. Os países ocidentais, ao adotarem tal modelo, estariam de acordo com as políticas econômicas de cunho neoliberal, “[...] conformaria em verdade uma decisiva aquisição do capital contra o trabalho” (ANTUNES, 1998, p. 33). Nesse sentido, o desemprego estrutural toma uma processualidade contraditória: “[...] de um lado reduz o operariado industrial e fabril; de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços” (ANTUNES, 1998, p. 41-42).

Contudo vive-se numa sociedade do trabalho, onde as relações que o contemplam passam por alterações que não acabam com ele, mas o modificam. Ressalta-se que a forma com que o capitalismo¹¹ vem arquitetando a lógica do trabalho não é central na vida da humanidade, visto que esse sistema nunca proporcionou atender às necessidades de toda a população,¹² repercutindo em classes sem perspectiva de inserção social, como, por exemplo,

⁹ Taylorista em referência a “Frederick Winslow Taylor, engenheiro norte-americano, considerado o pai da Administração Científica. Criou um conjunto de teorias para aumento da produtividade do trabalho fabril” (SANDRONI, 2003, p. 591-592). E a fordista a “Henry Ford, empresário norte-americano, pioneiro da indústria automobilística e inovador dos processos de produção com a introdução da linha de montagem na fabricação em série de automóveis” (SANDRONI, 2003, p. 249).

¹⁰ “Modelo japonês, cuja produção é voltada para a demanda, variada, diversificada e pronta para o consumo (estoque mínimo), aproveitamento do tempo (*just in time*), reposição dos produtos conforme posterior a venda (*kanban*). Amplia a capacidade produtiva através da ‘polivalência’ do operário fazendo-o dar conta de mais de uma máquina, bem como possibilita o trabalho em equipe” (ANTUNES, 1998, p. 26-27). Também detalhado em Antunes (2000, p. 54-55).

¹¹ “O capitalismo é um sistema em que os bens e serviços, inclusive as necessidades mais básicas da vida, são produzidos para fins de troca lucrativa; em que até a capacidade humana de trabalho é uma mercadoria à venda no mercado; e em que, como todos os agentes econômicos dependem do mercado, os requisitos da competição e da maximização do lucro são as regras fundamentais da vida. Por causa dessas regras, ele é um sistema singularmente voltado para o desenvolvimento das forças produtivas e o aumento da produtividade do trabalho através de recursos técnicos” (WOOD, 2001, p. 12).

¹² O crescimento demográfico tem sido utilizado para justificar uma das causas de desemprego no mundo, portanto, faz parte das transformações do mundo do trabalho. O contexto do crescimento da população e da produção e reprodução da força de trabalho. Para fins de conhecimento, estima-se que a população mundial atual seja de 6.500 milhões, uma vez que em 1950 estava na faixa de 2.500 milhões (BLOOM; CANNING, 2006).

o lumpemproletariado¹³ ou, no que se discute hoje, os desfiliaados¹⁴. A leitura necessária para o entendimento das disparidades sociais funda-se no sistema capitalista, no modo de produção¹⁵, ou seja,

[...] o aspecto fundamental do modo de produção burguês ou capitalista [...] era a característica polarização social, graças a qual a propriedade se encontrava nas mãos de uma minoria (a burguesia), enquanto — precisamente por causa disso — a maioria da população (ou uma parte consistente da mesma) terminava sendo inteiramente privada de propriedade (DOBB, 1983, p. 132).

Tem-se um aumento da concentração de riqueza, haja vista a desigualdade social. No mundo do trabalho, os primeiros sujeitos a serem atingidos são os trabalhadores. Dessa forma, “[...] a desigualdade tornou-se o calcanhar de Aquiles da economia moderna” (SENETT, 2006, p. 54). Os trabalhadores passam a ser pressionados pelo tempo, entram na lógica da flexibilidade, tornam-se inseguros e sem perspectivas, acabam adoecendo, trabalham mais e modificam suas formas de sobrevivência no novo ambiente econômico, no qual as companhias estão se tornando financeiramente tão ou mais poderosas do que os países (SENETT, 2006). Essas formas de produção acabam por se tornar invisíveis, devido à fragmentação da produção, à internacionalização do capital e ao uso de novas tecnologias. Contraditoriamente ao individualismo e inversamente à lógica da fragmentação, as grandes corporações globais unem-se em volta de nomes globalizados, como, por exemplo, a lista das 500 maiores sociedades anônimas do Brasil (CAMPELO JÚNIOR, 2006). As conseqüências da desigualdade social passam a ser motivo de lucro para o mercado, e o social passa a ser espaço de manutenção do mercado financeiro.

Exemplo disso são os dados da pesquisa **A Iniciativa Privada e o Espírito Público, a evolução da ação social das empresas privadas no Brasil** (INSTITUTO DE PESQUISA..., 2006), realizada em duas edições, entre 2000 e 2004, que mapeou as empresas privadas brasileiras que realizam ações sociais em benefício das comunidades. Os resultados mostram um aumento no período analisado, onde a participação empresarial na área social

¹³ “Marx se refere como ‘o lixo de todas as classes’, ‘uma massa desintegrada’, que reunia ‘indivíduos arruinados e aventureiros egressos da burguesia, vagabundos, soldados desmobilizados, malfeitores recém-saídos da cadeia [...] batedores de carteira, rufiões, mendigos’” (BOTTOMORE, 1988, p. 223).

¹⁴ “Na maior parte dos casos, o ‘excluído’ é de fato um desfiliaado cuja trajetória é feita de uma série de rupturas em relação a estados de equilíbrio anteriores mais ou menos estáveis. A expressão *desaffilié* é um neologismo na língua francesa. O termo vem sendo traduzido por desfiliaar e/ou desafililar, termos também inexistentes na língua portuguesa” (CASTEL, 2004, p. 24).

¹⁵ “A expressão modo de produção é usada algumas vezes, na obra de Marx, por um lado para definir o processo econômico e, basicamente, as relações entre os homens na produção e na apropriação do excedente [...]. Em outros momentos, porém, a expressão parece ter um significado muito mais restrito [...] onde aspectos da mecanização em esferas específicas da indústria, como a introdução da prensa hidráulica, do tear, a vapor e da máquina de cardar, são mencionados como ‘transformações do modo de produção’, em sua respectiva esfera” (BOTTOMORE, 1988, p. 268).

subiu de 59% para 69%. Com uma análise crítica, pode-se atribuir tal aumento aos incentivos das políticas de benefícios tributários e à valorização da imagem da empresa, apesar disso não estar explícito no relatório. Em geral, é a filantropia que impulsiona a ação social empresarial. Mas o mesmo estudo aponta outras razões que estão na origem da atuação empresarial no campo social, visto o crescimento expressivo das empresas que declaram atuar em função de demandas de entidades — governamentais ou comunitárias —, e de campanhas públicas (INSTITUTO DE PESQUISA..., 2006).

Outro dado de referência para o entendimento da manutenção do capitalismo está nos estudos que mapeiam a desigualdade, a pobreza e a riqueza no Brasil e no mundo (BANCO MUNDIAL, 2005; PROGRAMA DAS NAÇÕES..., 2005). O Brasil é considerado um dos países de maior desigualdade de renda da América Latina, onde os 20% mais ricos se apropriam da maior fatia da renda nacional (62,4%) (INSTITUTO DE PESQUISA..., 2005). Apenas 5.000 famílias (ou 0,01% do total de famílias brasileiras) reúnem um patrimônio que representa 42% do Produto Interno Bruto (PIB)¹⁶ (POCHMANN et al., 2005). Cerca de um terço da população brasileira é pobre (ou 53,9 milhões de pessoas). Dentre estes, ainda existem os muito pobres (ou indigentes), cuja proporção é de um oitavo (ou 21,9 milhões de pessoas). Em 2003, um por cento dos brasileiros mais ricos (somente 1,7 milhão de pessoas) apropriava-se de uma soma das rendas domiciliares semelhante àquela detida pelos 50% mais pobres (86,9 milhões de pessoas) (INSTITUTO DE PESQUISA..., 2005).

Ainda em relação à discussão sobre a importância do trabalho, a Constituição Federal de 1988, na sua finalidade de instituição do Estado democrático, visando aos direitos e garantias fundamentais, em seu segundo capítulo, apresenta os direitos sociais, sendo estes definidos, no artigo sexto, como educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados. Ressalta-se a centralidade do trabalho, devido a os cinco artigos subsequentes (7º ao 11) versarem exclusivamente sobre a organização dos trabalhadores, no que refere a direitos, organizações, sindicatos, greve, etc. (BRASIL, 1988).

Considerando a totalidade e a realidade em que se vive, discutir processos de trabalho é discutir relações sociais. Estas relações não são singulares, mas, sim, formadas pelo “[...] conjunto dos capitalistas e dos trabalhadores, enquanto classes sociais que personificam categorias econômicas: o capital, o trabalho e o seu antagonismo. E, ainda, considerar o

¹⁶ A produção de um país é medida através do PIB, que leva em conta três grupos principais: agropecuária; indústria; e serviços. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/duvidas/pib.html>>. Acesso em: 30 jun. 2005.

processo de reprodução na sua continuidade, isto é, na sua reprodução” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2000, p. 46).

Assim, faz-se necessário entender o Serviço Social como uma profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho,

[...] que se caracteriza por não intervir ou produzir conhecimentos sobre um território específico, como no caso do Direito, da Psicologia ou da Sociologia, mas que se propõe a interpretar e agir nas tramas das relações sociais, o que envolve e articula múltiplos territórios e conhecimentos, complexificando-o por um lado, tornando talvez mais difícil dar visibilidade ao seu processo de produção específica, mas, ao mesmo tempo, aproximando-o da realidade concreta que não fragmenta unidades como sujeitos ou grupos (PRATES, 2003b, p. 1).

Em **O Capital**, no Volume I, do Livro Primeiro, Capítulo XII (MARX, 1983), tem-se a descrição da divisão do trabalho e da manufatura. Existem duas divisões do trabalho: a divisão social do trabalho (o sistema complexo de todas as formas úteis diferentes de trabalho que são levadas a cabo independentemente umas das outras por produtores privados, ou seja, no caso do capitalismo, uma divisão do trabalho que se dá na troca entre capitalistas individuais e independentes, que competem uns com os outros); e a divisão do trabalho entre trabalhadores (cada um dos quais executa uma operação parcial de um conjunto de operações que são, todas, executadas simultaneamente e cujo resultado é o produto social do trabalhador coletivo) (BOTTOMORE, 1988, p. 112).

No contexto em que os Assistentes Sociais estão inseridos, enquanto trabalhadores, a divisão do trabalho está na separação das profissões, assim como o próprio processo de trabalho é dividido por vários trabalhadores na constituição de um único produto. Essa perspectiva é descrita assim:

Se se considera apenas o próprio trabalho, podemos designar a separação da produção social em seus grandes gêneros, como agricultura, indústria, etc., de divisão do trabalho em geral, a diferenciação desses gêneros de produção em espécies e subespécies, de divisão do trabalho em particular, e a divisão do trabalho dentro duma oficina de divisão do trabalho em detalhe. A divisão do trabalho dentro da sociedade e a correspondente limitação dos indivíduos e esferas profissionais particulares se desenvolve, como a divisão do trabalho dentro da manufatura, a partir de pontos opostos (MARX, 1983, p. 277).

A fim de reafirmar a divisão do trabalho “[...] nos diferentes ramos desenvolvem-se diferentes subdivisões entre os indivíduos que cooperam em determinados trabalhos. A posição de tais subdivisões particulares, umas em relação às outras, é condicionada pelo modo pelo qual se exerce o trabalho agrícola, industrial e comercial” (MARX; ENGELS, 2004, p. 45-46).

A partir dessas definições, articulam-se os conceitos com as transformações contemporâneas do mundo do trabalho, com a desconstituição e a desregulamentação dos

direitos trabalhistas, com a liberalização comercial e financeira, com os diferentes tipos de tecnologias, assim como com as relações estabelecidas ao papel do Estado e as atribuições à sociedade civil. Contudo “[...] a Divisão Internacional do Trabalho seria, assim, obra constituída por diversos fatores, não conformada por ordenamento natural, mas, sim, uma repartição capitalista própria do trabalho” (POCHMANN, 2001, p. 15).

No capitalismo, historicamente se têm diferentes fases da divisão internacional do trabalho,

[...] inicialmente como relação dicotômica entre bens manufaturados e produtos primários, para, posteriormente, expressar uma relação entre produtos industriais de maior e de menor valor agregado e alto e baixo coeficientes tecnológicos e, mais recentemente, uma relação entre serviços de produção e bens manufaturados. Estas relações, que sustentam distintas divisões de trabalho, podem ocorrer simultaneamente no tempo entre nações do centro, da semiperiferia e da periferia (POCHMANN, 2001, p. 18).

O capital submete o trabalho a uma nova divisão internacional, pautada na crise, que apresenta redução dos níveis de produtividade, dada pela tendência decrescente da taxa de lucro; pelo esgotamento do padrão de acumulação tayloristafordista; pela hipertrofia dos capitais financeiros que ganham relativa autonomia frente ao capital produtivo; pela maior concentração de capitais devido às fusões entre as empresas; pela crise do Estado do Bem-estar social, que, dada a crise fiscal, realiza retração dos gastos públicos; pelo processo acentuado de privatização, tendência generalizada de desregulamentação e flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho (ANTUNES, 2000). As exigências impostas aos trabalhadores, num contexto de globalização, de novas propostas técnico-científicas, de desemprego, de inseguranças, estão associadas às novas exigências profissionais,

[...] indispensáveis ao ingresso e à permanência no mercado de trabalho em transformação, seriam passíveis de atendimento somente por meio de um maior nível educacional dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, a formação e o constante treinamento profissional se transformariam em uma das poucas alternativas passíveis de ação do Estado para conter o avanço do desemprego e da precarização no uso da força de trabalho (POCHMANN, 2001, p. 41-42).

Se expressa, assim, na submissão do trabalhador, a contradição, onde o mesmo, quanto mais qualificado, mais submisso está às exigências do mercado, ao mesmo tempo que o trabalhador que está a desempenhar funções que não exigem tanta qualificação se torna empobrecido, por desempenhar funções subordinadas. Ou seja, para estar inserido no mercado de trabalho e ser digno e nobre cidadão, independentemente do seu grau de conhecimento, passa a submeter-se às exigências ou a explorações do capital.

Diante e inseridos nessa realidade, problematiza-se, portanto, a situação em que se encontram os trabalhadores sociais. Para isso, recorre-se aos conceitos de trabalho produtivo¹⁷ e improdutivo. Questiona-se o que distingue os trabalhadores produtivos ou improdutivos somente no que se refere à produção da mais-valia, visto que os improdutivos, mesmo submetidos a empregadores, não participam da produção. Isso não significa, segundo os preceitos marxistas, que eles não estejam inseridos em situação da classe (BOTTOMORE, 1988).

Contudo tem-se idéia das formas de trabalho que historicamente foram necessárias na divisão do trabalho, para que fossem atendidas as expressões da questão social. Pode-se, assim, a partir do objeto da profissão, reafirmar que o Serviço Social está inserido na especialização do trabalho coletivo, situado na divisão sociotécnica do trabalho, sendo o seu exercício profissional inserido em processos de trabalho.

No sistema capitalista, o ordenamento societário está no senso comum de que o “dinheiro compra tudo”. Para tanto, justifica-se a centralidade do trabalho a partir de duas das teorias que determinam o valor: valor-trabalho e valor-utilidade. A compreensão da teoria do valor-trabalho auxilia no entendimento dos problemas sociais e da economia apresentados no sistema capitalista. O cerne dessa teoria é demonstrar, da forma mais transparente, a abastança dos capitalistas e, através dela, compreender a exploração dos trabalhadores. Convém saber que, nessa teoria, o valor do bem se forma a partir dos custos da mão-de-obra incorporados a ele. O valor de um bem é determinado pelo trabalho gasto para produzi-lo, ou seja, o valor do bem é determinado pelo lado da oferta. Nessa teoria, é o custo da produção que irá determinar o valor dos bens, onde os salários são apenas para atender às necessidades básicas do trabalhador (SALAMA; VALIER, 1975).

Na teoria do valor-utilidade, o valor da mercadoria é determinado pela utilidade que ela tem, o valor do bem forma-se pela satisfação proporcionada, ou seja, é determinado pela demanda. Portanto, para essa teoria, não é o trabalho que determina os preços de uma mercadoria, mas, sim, a sua utilidade. A teoria valor-trabalho leva em conta o esforço e as diferenças entre o trabalhador e os capitalistas, enquanto a valor-utilidade diz que os homens são iguais entre si, desconsiderando a obrigação do trabalhador em vender sua força de trabalho para sobreviver e que são os capitalistas que possuem os meios de produção. A teoria do valor-utilidade não leva em conta a produção na determinação dos preços, colocando, em

¹⁷ “O trabalho produtivo é concentrado pelo capital no processo de produção, com o objetivo de criar mais-valia. Como tal, o trabalho produtivo diz respeito apenas às relações sob as quais os trabalhadores são organizados, e não à natureza do processo de produção, nem à natureza do produto” (BOTTOMORE, 1988, p. 386).

seu lugar, a subjetividade de utilidade pelos indivíduos. Em suma, economicamente, a teoria do valor-utilidade parte de um comportamento subjetivo, e a teoria do valor-trabalho parte do coletivo.

Para tanto, não é todo produto que se transforma em mercadoria, mesmo agregando a ele a sua utilidade, para isso, “[...] é preciso que, além dessa, existam outras características: venda num mercado e reprodução. É por isso que uma mercadoria é tomada sob um duplo aspecto: seu valor de uso e seu valor de troca” (SALAMA; VALIER, 1975, p. 7). O valor da mercadoria é medido, principalmente, pela quantidade do trabalho que é empregada na mesma, esse se quantifica pela força de trabalho vivo (trabalho direto) e pela força de trabalho morto, composto pela matéria-prima e pelas máquinas. Eis, então, a transformação do produto em mercadoria. O valor de troca é “[...] algo casual e puramente relativo, e, portanto, uma contradição em termos, um valor de troca inerente, imanente à mercadoria” (MARX, 1971, p. 43).

Em síntese: da força de trabalho resulta a mercadoria, esta possui um valor de troca que será medido pela moeda (forma de valor), para o trabalhador resultará no seu salário, que se determina no mercado e, por sua vez, está sujeito à oferta (trabalhadores) e à demanda (capitalista). É a moeda (dinheiro) que intermedia as relações de produção e de troca, enquanto o referencial de preço é a forma monetária do valor de troca. O que se tem, então, é um mercado de trabalho cuja relação está inversamente proporcional entre o nível salarial e as quantidades de trabalho, desvalorizando o salário. Um ciclo que representa o duplo caráter do trabalho, que agora deixa de ter somente características voltadas ao valor de uso. Daí a necessidade de compreensão dessas relações para se conhecer a economia política.

Em **O Capital**, (MARX, 1971, p. 48) tem-se que os valores de uso são o conteúdo material da riqueza. O valor¹⁸ manifesta-se na troca, ou seja, na forma que adquirem os valores de uso sob as relações de produção capitalistas. O trabalhador só possui sua força de trabalho, sendo esta a mercadoria que tem para oferecer ao capitalista, que, por sua vez, possui os meios de produção (máquinas, capital, matéria-prima). É nos processos de trabalho que o capitalista irá determinar ao trabalhador que ele produza uma mercadoria que terá o valor de uso particular. O valor de seu trabalho, enquanto mercadoria, é o montante necessário para manter-se. Portanto, a forma de pagamento dá-se por salário, que será igual apenas ao necessário à sua manutenção. Ou seja, a diferença entre o que o trabalhador recebe de salário

¹⁸ “[...] o valor de qualquer mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho materializado em seu valor-de-uso, pelo tempo de trabalho socialmente necessário a sua produção. Isto se aplica também ao produto que vai para as mãos do capitalista, como resultado do processo de trabalho” (MARX, 1971, p. 211).

e o valor captado pelo dono dos meios de produção da mercadoria que o trabalhador produz é a mais-valia. A mais-valia “[...] origina-se de um excedente quantitativo de trabalho [...]” (MARX, 1971, p. 222). Existe uma exploração da força de trabalho, e, a partir dessa apropriação, o capitalista irá buscar seu lucro, tentando aumentá-lo cada vez mais. É com o mecanismo da mais-valia absoluta que o capitalista cria uma maior exploração da força de trabalho, ampliando a jornada de trabalho. Dessa maneira, o capitalista bate de frente com a limitação física do trabalhador e, principalmente, com a resistência operária, que, através das lutas de classe, conseguiu reduzir a jornada de trabalho, obrigando o capitalista a buscar outras medidas para aumentar a mais-valia.

O capital¹⁹ teve que buscar outras formas para fazer com que o operário produzisse mais. A medida adotada, então, foi aumentar a intensidade de trabalho através da aceleração dos ritmos e da racionalização dos movimentos físicos, robotizando os seres humanos (Taylorismo), o que também faz parte do mecanismo da mais-valia absoluta. Os capitalistas ainda desenvolveram outro meio que está ligado ao aumento da produtividade do trabalho, conhecido como mecanismo da mais-valia relativa, que busca reduzir o tempo de trabalho necessário, sem reduzir a jornada de trabalho. Para isso, introduz máquinas mais modernas, incentiva à produtividade. Mas é na relação entre a mais-valia absoluta e a mais-valia relativa que os capitalistas buscaram o seu desenvolvimento e o aumento dos lucros. Com o efeito do progresso técnico, foi possível aumentar a duração, a intensidade e a aceleração dos ritmos do trabalho, característicos tanto da mais-valia absoluta quanto da relativa.

Na contemporaneidade, o sistema capitalista tem alguns objetivos voltados para “[...] a neutralização e o enfraquecimento político e ideológico, a desorganização e a paralisia política, a retirada duradoura das classes subalternas da esfera pública” (CAMPIONE, 2003, p. 58). Na mesma perspectiva,

[...] o capital invade a vida íntima dos indivíduos, através da acentuada mercantilização da satisfação de necessidades e do controle dos comportamentos sociais, políticos e culturais. No contexto da vida pública ocorre a integração recíproca entre Estado, sociedade e mercado, o que requer, conseqüentemente, uma reestruturação das esferas social, econômica, política e cultural (SIMIONATTO, 2003, p. 276).

Para essa compreensão, resgatam-se três épocas ou ciclos da história do capitalismo, implicadas num primeiro momento em que “[...] o modo de produção capitalista organiza-se em moldes nacionais. Revolucionam as formas de vida e trabalho locais, regionais, feudais,

¹⁹ Capital expressa “[...] uma relação social que se caracteriza pela expropriação da riqueza produzida pelos trabalhadores dando origem a uma forma de propriedade privada que se distingue das outras formas anteriores pela sua necessidade intrínseca de expansão. Ao capital é impossível qualquer reprodução que não seja a sua reprodução ampliada” (LESSA, 1999, p. 30).

comunitárias, tribais ou pré-capitalistas” (IANNI, 2003, p. 37). Nesse momento, a sociedade civil compreende grupos e classes, movimentos sociais e partidos, cultura e hegemonia, sintetizando-se no Estado. Num segundo momento, “[...] o capitalismo organizado em bases nacionais transborda fronteiras, mares e oceanos. O comércio, a busca de matérias-primas, a expansão do mercado, o desenvolvimento das forças produtivas, a procura de outras fontes de lucro [...]” (IANNI, 2003, p. 37). Por último,

[...] o capitalismo atinge uma escala propriamente global. [...] Declinam os Estados-nações, tanto os dependentes como os dominantes. As próprias metrópoles declinam, em benefício de centros decisórios dispersos em empresas e conglomerados movendo-se por países e continentes, ao acaso dos negócios, movimentos de mercado, exigências da reprodução ampliada do capital (IANNI, 2003, p. 38).

Com suas sutilezas, o sistema capitalista²⁰ vai apresentando suas leis específicas, priorizando acumulação e centralizando-se na supremacia do mercado em que os avanços tecnológicos rompem com os territórios, permitindo acesso local e mundial em tempo remoto, as formas de negociação em que o dinheiro passa a ser virtual, a internacionalização das estruturas internas e externas dos Estados (da prioridade do bem-estar ao sentido adaptativo às economias mundiais), as privatizações e a desqualificação da democracia (IANNI, 2003).

Pode-se ampliar a análise para o campo ideológico, onde os interesses individuais se superdimensionam, aumentando a falsa idéia de pertencimento e de sociabilidade, “[...] no campo político, essa nova cultura, produzida com o processo de globalização, assenta-se na implementação de reformas neoliberais, desqualificadoras tanto do liberalismo democrático quanto das possibilidades de construção do projeto socialista” (SIMIONATTO, 2003, p. 277).

A partir da compreensão do mundo do trabalho e das implicações das relações de classe, considerando o Serviço Social enquanto profissão com trajetória de 70 anos no Brasil²¹ (1936-2006), o seu desenvolvimento e a “[...] expansão de seu mercado ocorrem nos marcos

²⁰ “Está em curso um novo ciclo do processo de ocidentalização do mundo. Uma ocidentalização que é simultaneamente social, econômica, política e cultural sempre se desenvolvendo de modo desigual, articulado e desencontrado. [...] Sintetiza-se em padrões e valores sócio-culturais, modos de vida e trabalho, formas de pensamento, possibilidades de imaginação. Juntamente com os princípios de liberdade, igualdade e propriedade, articulados no contrato, compreende o mercado, a produção de mercadoria, lucro e mais-valia. O liberalismo econômico e o contratualismo político constituem elementos básicos da matriz dessa civilização. Aos poucos, as lutas sociais dos trabalhadores e outros assalariados de cidade e campo, indústria e agricultura, concretizam-se em direitos sociais e políticos, propiciando a institucionalização dos princípios de democracia, dos direitos de cidadania. Simultaneamente, ocorre a progressiva racionalização das organizações públicas e privadas, tanto econômicas e políticas como sociais, culturais, educacionais, religiosas e outras” (IANNI, 2003, p. 71).

²¹ Apesar de o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS), considerado como manifestação original do Serviço Social, ter sido criado em 1932, a primeira Escola de Serviço Social foi fundada por esse centro em 1936. As primeiras Assistentes Sociais brasileiras foram diplomadas em 1938 (IAMAMOTO; CARVALHO, 2000).

do padrão taylorista/fordista, e da regulação keynesiana²², da economia” (IAMAMOTO, 2006b, p. 30-31). O Serviço Social, em seu processo histórico, também passou pelas novas formas de gestão e mudanças nos modos dos padrões de produção, nomeadas pelo nome de toyotismo ou modelo japonês, caracterizado pela flexibilização. Dadas as modificações que o trabalho vem sofrendo, “[...] novos processos de trabalho emergem, onde o cronômetro e a produção em massa são ‘substituídos’ pela flexibilização da produção, pela ‘especialização flexível’, por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado” (ANTUNES, 1998, p. 16).

Concebendo o trabalho como uma atividade que trata da produção e da reprodução da vida material, “[...] o Serviço Social é considerado como uma especialização do trabalho e a atuação do Assistente Social uma manifestação do seu trabalho, inscrito no âmbito da produção e reprodução da vida social” (IAMAMOTO, 2006b, p. 27). Ou ainda, o Serviço Social “[...] é socialmente determinado pelas relações mais amplas da sociedade que o tornam socialmente necessário, por circunstâncias que ultrapassam a vontade dos profissionais” (COUTO; PERUZZO, 1999, p. 20). Na sociedade capitalista, faz-se necessária a utilização de mecanismos que tornam o trabalhador alienado²³ do seu processo de trabalho, não tendo este conhecimento sequer dos meios de trabalho, quiçá, do produto final por ele desenvolvido. Ou seja,

Como trabalhador assalariado, ele só dispõe de sua força de trabalho, entrando no processo em condições desiguais; durante o processo, sua participação é fragmentada, pois ele não tem controle sobre a totalidade do mesmo; utiliza suas capacidades de forma limitada e não se apropria do produto do trabalho. Sai do processo tendo criado um valor a mais — a mais-valia —, que excede o valor de seu salário e é apropriado pelo capital, e um produto que não lhe pertence e com o qual ele não se identifica; seu salário lhe permite somente sobreviver fisicamente para reiniciar o processo (BARROCO, 2003, p. 34).

O trabalho visto como práxis²⁴ implica a superação da alienação, ou seja, “[...] é o componente desencadeador do processo de (re)produção do ser social como ser histórico

²² “Jonh Maynard Keynes, seus estudos sobre emprego e o ciclo econômico [...] e as políticas por ele sugeridas conduziram a um novo relacionamento, de intervenção, entre Estado e o conjunto das atividades econômicas de um país” (SANDRONI, 2003, p. 323).

²³ “No sentido que lhe é dado por Marx, ação pela qual (ou estado no qual) um indivíduo, um grupo, uma instituição ou uma sociedade se tornam (ou permanecem) alheios, estranhos, enfim, alienados ao resultado ou produtos de sua própria atividade (e à atividade ela mesma) e/ou à natureza na qual vivem, e/ou outros seres humanos, e — além de e através de, — também a si mesmos (às suas possibilidades humanas constituídas historicamente)” (BOTTOMORE, 1988, p. 5).

²⁴ “Atividade prática consciente capaz de (re)criar necessidades e capacidades materiais e espirituais, instituindo um produto concreto antes inexistente. O trabalho é a principal forma de práxis, mas através do trabalho são criadas as condições para outras formas de práxis como a práxis interativa, a práxis política ou a práxis artística” (BARROCO, 1999, p. 122).

capaz de ser consciente e livre, base de sua capacidade de instituir-se como sujeito ético” (BARROCO, 1999, p. 122).

O trabalho é fundante nas relações sociais. Tem-se por base o Serviço Social enquanto área de conhecimento e entende-se que acompanhar as mudanças societárias é tomar conhecimento dos movimentos que tornam o trabalho referência nas relações, assim como dos processos de desigualdade e de resistência que essas relações manifestam. Contudo, demarcada a centralidade do trabalho nas relações sociais, busca-se o entendimento dos elementos constituintes dos processos de trabalho.

1.2 A constituição dos processos de trabalho a partir dos seus elementos: relação entre objeto, meios e produtos

A partir da categoria trabalho e da sua concepção de centralidade nas sociedades, faz-se necessário o entendimento de que ela é constituída de um processo definido por elementos básicos, descritos como o próprio trabalho, meios e produtos. Dessa forma, considerando tais elementos, “[...] o processo de trabalho, ao atingir certo nível de desenvolvimento, exige meios de trabalho já elaborados” (MARX, 1971, p. 204). A lógica do trabalho está inserida em três elementos principais que compõem o processo de trabalho: “a) a atividade adequada a um fim, isto é o próprio trabalho; b) a matéria a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho; e c) os meios de trabalho, o instrumental de trabalho” (MARX, 1971, p. 202). Portanto, definiu-se, geralmente, processo de trabalho como:

[...] métodos e procedimentos pelos quais o trabalho humano, utilizando ferramentas ou instrumentos de produção, transforma as matérias primas em produtos úteis; mas, embora qualquer tipo de atividade laboral (contemporânea ou histórica) seja um processo de trabalho, o termo deriva se o interesse de sua centralidade para análise de Marx do capitalismo e dos modos como ela tem sido aplicada e desenvolvida na análise do trabalho no século XX, de modo primordial, mas não exclusivo, na sociedade capitalista (BOTTOMORE; OUTHWAITE, 1996, p. 774).

A partir disso, entende-se que o processo de trabalho do Assistente Social não deve ser tratado como único, ou seja, existem diferentes processos de trabalho²⁵ que são realizados

²⁵ “[...] não se tem um único e idêntico processo de trabalho do Assistente Social, na esfera estatal, em empresas, nas organizações não-governamentais (ONGs) etc. — e internamente em cada um destes campos. [...] um dos desafios maiores para decifrar o exercício profissional está em apreender as particularidades dos processos de trabalho que, em circunstâncias diversas, vão atribuindo feições, limites e possibilidades ao exercício da profissão, ainda que esta não perca a sua identidade” (IAMAMOTO, 2006b, p. 106).

em diferentes espaços socioocupacionais. Deve-se ter clara a questão social enquanto sua “matéria-prima”, seu objeto de trabalho, ou seja:

Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2006b, p. 27).

Ao se vislumbrarem no concreto os processos de trabalho em que participam os Assistentes Sociais, tem-se a questão social enquanto matéria-prima, assim, “[...] toda matéria-prima é objeto de trabalho, mas nem todo objeto de trabalho é matéria-prima. O objeto de trabalho só é matéria-prima depois de ter experimentado modificação efetuada pelo trabalho” (MARX, 1971, p. 203). Enquanto objeto de trabalho dos Assistentes Sociais, a questão social está no cotidiano da sua práxis, expressa na luta pelos direitos e na resistência às desigualdades na possibilidade de justiça social na sociedade capitalista. Assim,

Questão social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõe. [...] Formas de resistência já presentes, por vezes de forma parcialmente ocultas, no cotidiano dos segmentos majoritários da população que dependem do trabalho para a sua sobrevivência (IAMAMOTO, 2006b, p. 28).

Os meios de trabalho podem estar disponíveis ao trabalhador, enquanto instrumentos. Esses instrumentos não podem ser confundidos com o objeto. Salienta-se, porém, que “[...] o mesmo produto pode no processo de trabalho servir de meio de trabalho e de matéria-prima” (MARX, 1971, p. 206). Deve-se ter por base que

[...] o meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas, que o trabalhador insere entre si mesmo e o objeto de trabalho e lhe serve para dirigir sua atividade sobre esse objeto. Ele utiliza as propriedades mecânicas, físicas, químicas das coisas, para fazê-las atuarem como forças sobre outras coisas, de acordo com o fim que tem em mira (MARX, 1971, p. 203).

Os processos de trabalho em que participam os Assistentes Sociais²⁶ possuem diferentes tipos de instrumentos, a fim de desempenhar trabalhos diversos. Em termos de formação profissional no Serviço Social, deve-se considerar que “[...] a era do ensino de técnicas operativas que cabiam em qualquer lugar e para todas as situações está superada, ou, no mínimo, fadada ao fracasso” (GRENEMANN, 1999, p. 165). Embora não se deva descartar, na constituição formativa (teórico-metodológica, prático-operativa e ético-política), por exemplo, a busca do conhecimento legal, tendo a “legislação como elemento fundamental

²⁶ “[...] o processo de trabalho em que se insere o Assistente Social não é por ele organizado e nem é exclusivamente um processo de trabalho do Assistente Social, ainda que nele participe de forma peculiar e com autonomia ética e técnica” (IAMAMOTO, 2006b, p. 107).

no processo de trabalho”, visto o avanço dos direitos sociais focados na seguridade social (COUTO, 1999).

De forma a constituir um entendimento sobre a gênese do processo de trabalho, busca-se, em seus elementos, que:

[...] é atividade dirigida com o fim de criar valores-de-uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é condição necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza; é condição natural eterna da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais. Não foi por isso necessário tratar do trabalhador em sua relação com outros trabalhadores. Bastaram o homem e seu trabalho, de um lado, a natureza e seus elementos materiais, do outro (MARX, 1971, p. 208).

Para tanto, a materialidade do processo de trabalho dá-se com o produto, que

[...] é um valor-de-uso, um material da natureza adaptado às necessidades humanas através da mudança de forma. O trabalho está incorporado ao objeto sobre que atuou. Concretizou-se e a matéria está trabalhada. O que se manifestava em movimento, do lado do trabalhador, se revela agora qualidade fixa, na forma de ser, do lado do produto (MARX, 1971, p. 205).

Nesse sentido, com base nas transformações societárias que perfilam o mundo do trabalho, busca-se uma formação profissional que

[...] possibilite aos Assistentes Sociais compreender criticamente as tendências do atual estágio da expansão capitalista e suas repercussões na alteração das funções tradicionalmente atribuídas à profissão e no tipo de capacitação requerida pela ‘modernização’ da produção e pelas novas formas de gestão da força de trabalho; que dê conta dos processos que estão produzindo alterações nas condições de vida e de trabalho da população que é alvo dos serviços profissionais, assim como das novas demandas dos empregadores na esfera empresarial (IAMAMOTO, 2006b, p. 180).

Destaca-se aqui a importância da função investigativa nos variados espaços institucionais de atuação do Assistente Social (espaços públicos, privados, movimentos, conselhos, sindicatos, OSCIP, dentre outros), bem como as atribuições necessárias para a definição da instrumentalidade, tanto na produção do conhecimento quanto na busca da efetivação da práxis pelo processo de trabalho, da clareza do objeto, de seus meios e produtos.

Os processos de trabalho em que participam os Assistentes Sociais devem visar às parcerias, com o objetivo de uma construção coletiva, partilhada, democrática, transparente na tomada de decisões. Sendo assim, “[...] o desafio é trabalhar na perspectiva da formulação de redes de serviços, na explicitação de programas onde o partilhamento do poder e a responsabilidade do setor público diante dos recursos e programas estejam colocados como características central do trabalho” (COUTO, 1999, p. 209).

Deve-se considerar a constituição dos processos de trabalho não enquanto seus elementos unos, mas no sentido que se constituem coletivamente e de forma combinada. Faz-se necessária a compreensão de que o trabalho dos Assistentes Sociais também se organiza

conforme as exigências econômicas e sociopolíticas no processo de acumulação e de que este está diretamente vinculado a um espaço institucional e das políticas sociais²⁷, também consideradas como meios de trabalho. Nesse sentido, a instituição não é um condicionante a mais do trabalho, mas organiza os processos de trabalho em que os profissionais participam no âmbito dos serviços, dependendo, portanto, desses mecanismos e de outros profissionais.

As exigências de qualificação tornam-se cada vez mais latentes aos Assistentes Sociais, visto o recrudescimento da questão social, ou seja, exige-se:

[...] o domínio de conhecimento para realizar diagnósticos sócio-econômicos de municípios e para a leitura e análise dos orçamentos públicos, identificando recursos disponíveis para projetar ações; o domínio do processo de planejamento; a competência no gerenciamento e avaliação de programas e projetos sociais, a capacidade de negociação, o conhecimento e o *know-how* na área de recursos humanos e relações no trabalho, entre outros (IAMAMOTO, 2002, p. 37-38).

Inserido no contexto da sociedade capitalista, o projeto do Serviço Social busca reconhecer os seus processos de trabalho, de modo a superar a alienação. As transformações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho subsidiam a profissão, no sentido de situar o Assistente Social no contexto societário e enquanto trabalhador, dado o estabelecimento das relações sociais do processo de reprodução dos interesses do capital e dos subsídios à classe trabalhadora.

1.3 Projeto de formação profissional do Assistente Social: uma discussão através dos eixos ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo

O Serviço Social, enquanto profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, tem os seus processos de trabalho, em que participam os Assistentes Sociais, que não são únicos, e diferencia-se em suas relações. Na potencialidade da contradição, em vista do processo dialético, do contexto social, econômico, cultural e político, tem-se a necessidade de

²⁷ “O processo de descentralização das políticas sociais públicas — com ênfase na sua municipalização — requer dos Assistentes Sociais — como de outros profissionais — novas funções e competências. [...] Os Assistentes Sociais ampliam seu espaço ocupacional para atividades relacionadas à implantação e orientação de conselhos de políticas públicas, à capacitação de conselheiros, à elaboração de planos de assistência social, acompanhamento e avaliação de programas e projetos” (IAMAMOTO, 2002, p. 37).

pautar um projeto profissional²⁸ voltado aos interesses da população com a qual o Assistente Social trabalha, possibilitando a orientação coletiva dos diferentes campos de trabalho, essa relação é “[...] contraditória e na qual o mesmo movimento que permite a reprodução e a continuidade da sociedade de classes, cria as possibilidades de sua transformação” (YAZBECK, 1999, p. 91).

A construção do projeto ético-político da profissão surge justamente a partir dos debates e da reformulação das Diretrizes Curriculares e do Código de Ética. Inseridos no contexto do mundo do trabalho, depois de muitos debates coletivos, em torno dos rumos da profissão, ao longo das últimas décadas, em novembro de 1996, no Rio de Janeiro, com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária, foram traçadas as “Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO..., 1996). Com base em alguns princípios, como as construções éticas profissionais, a regulação da profissão, o trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, procurou-se embasar as diretrizes da formação profissional, as quais se configuram em três eixos de capacitação: teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo.

Esses eixos, portanto, são iniciativas e estratégias que buscam saídas para a viabilização da efetividade da intervenção profissional pelos meios, através do conhecimento teórico-metodológicos, pelo engajamento político, buscando as necessidades das classes subalternas, e de forma técnico-operativa, a fim de atender às demandas do mercado de trabalho (KOIKE, 1999, p. 110). As Diretrizes Curriculares apresentam as implicações e os princípios da capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, para a:

Apreensão crítica do processo histórico como totalidade; Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país; Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; Apreensão das demandas — consolidadas e emergentes — postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado; Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO..., 1996).

²⁸ O projeto profissional está pautado na superação do conservadorismo, em vista das novas configurações societárias, buscando qualificação e sustentando-se nas diretrizes curriculares, na regulamentação da profissão, nas discussões que pontuam a questão social como objeto de trabalho. Portanto, o desafio é a consolidação desse projeto, sendo necessário “[...] articular as dimensões ético-políticas, acadêmicas e legais que lhe atribuem sustentação com a realidade do trabalho profissional em que se materializa” (IAMAMOTO, 2002, p. 23).

A lógica explícita da constituição formativa profissional é não separar história, teoria e método, sendo coerente com a “[...] matriz crítico-dialética, que possibilita a reconstrução de distintas realidades e do fazer profissional em diferentes espaços socioocupacionais a partir das mediações realizadas” (SIMIONATTO, 2004, p. 34). Em vista da conformação de um projeto profissional coletivo, permeado ética, legal e politicamente, o processo constituinte da práxis dos Assistentes Sociais está envolvida em “[...] projetar ações, orientando-as para a objetivação de valores e finalidades [...]. Afirmar que essa projeção é ética e política significa considerar que a teleologia implica valores e que sua objetivação supõe a política como espaço de luta entre projetos diferentes” (BARROCO, 2003, p. 65).

Contudo, salienta-se a necessidade da criação de mecanismos sociais que contemplem a participação popular e democrática. Portanto, o projeto profissional firma-se nas tramas constitutivas da sociedade, visto que:

O enraizamento desse projeto defendido pelos Assistentes Sociais não depende apenas do profissional, mas da evolução da política brasileira. O Assistente Social luta na contramão do projeto neoliberal, que aprofunda as desigualdades sociais e banaliza a vida humana. Por isso, ela afirma que o projeto ético-político profissional é socialmente necessário para a recuperação de uma ética e princípios humanistas que estão se perdendo na sociedade contemporânea (IAMAMOTO, 2006a, p. 8).

Destaca-se a conformação da ética profissional, dada a necessidade de legitimação da profissão na divisão social e técnica do trabalho, marcada por conflitos e contradições, sendo assim,

[...] a natureza ética profissional não é algo estático; suas transformações, porém, só podem ser avaliadas nessa dinâmica, ou seja, em sua relativa autonomia em face das condições objetivas que constituem as referências ético-morais da sociedade e rebatem na profissão de modos específicos (BARROCO, 2003, p. 69).

Consolidar-se-ão também os processos de trabalho em que participam os Assistentes Sociais, quando se tiver clara a função política a ser desempenhada pelo profissional, em concomitância ao eixo ético-político da formação. O eixo ético-político contempla os princípios fundamentais e operacionais expressos no Código de Ética Profissional e as Diretrizes para o ensino do Serviço Social, assim como a regulamentação da profissão. O Serviço Social conforma-se com alguns referenciais teóricos que direcionam ética e politicamente o exercício profissional, do que é exemplo o Código de Ética Profissional, contudo,

[...] o desafio é a materialização dos princípios éticos na cotidianidade do trabalho, evitando que se transformem em indicativos abstratos, descolados do processo social. [...] Implica a autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais, o que tem repercussões efetivas nas formas de realização do trabalho profissional e nos rumos a ele impressos (IAMAMOTO, 2006b, p. 77).

O Código de Ética (CONSELHO FEDERAL..., 1993) está de acordo com a concepção de que o trabalho é central na reprodução da vida social, apresentando “[...] as capacidades que, desenvolvidas a partir da práxis, objetivam a sociabilidade, a consciência, a liberdade e a universalidade do ser humano-genérico” (BARROCO, 2003, p. 201).

O Serviço Social tem um projeto ético-político direcionado para a busca de construção de uma sociedade mais justa e igualitária, explicitado claramente em seus compromissos com um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social pautada na equidade, na liberdade, na justiça social e na solidariedade. Isso, contudo, não significa que seja adotado por toda a categoria de Assistentes Sociais, mas deve-se ter o respeito a essas diferenças. É importante ter-se consciência de que assumir este projeto, no contexto atual, é trabalhar na contra-hegemonia, pois está,

Intimamente relacionada, encontra-se a afirmação prático-política da democracia nas várias dimensões da vida em sociedade no horizonte de aprofundamento dos princípios democráticos, como socialização da riqueza socialmente produzida, da política e da cultura. Envolve o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, afirmando-se o direito à participação dos grupos socialmente discriminados e o respeito às diferenças (IAMAMOTO, 2006b, p. 141).

O processo da formação acadêmica fundamenta-se diretamente no projeto ético-político da profissão e pretende contribuir para a sua materialização, pois ambos se alicerçam “[...] em concepções teórico-metodológicas críticas e sólidas, capazes de viabilizar uma análise concreta da realidade social [...]” (NETTO, 1999, p. 105).

Quanto ao eixo teórico-metodológico, o Serviço Social está inserido na área de conhecimento de desenvolvimento científico, a partir de um conjunto de teorias e construções metodológicas necessárias ao exercício profissional. Estas são essenciais para conhecer e decifrar o ser social, o papel do trabalho, da política, das classes e dos grupos sociais, das formas de consciência e da representação da vida social, ideologias, ou seja, a vida em sociedade, a realidade social (IAMAMOTO, 2006b).

O Serviço Social é uma profissão regulamentada, no Brasil, pela Lei nº 8.662, de 1993 (BRASIL, 1993), sendo atribuições privativas dos Assistentes Sociais, dentre outras, coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos, dirigir serviços técnicos em entidades públicas ou privadas na área de Serviço Social. Os instrumentos constitutivos dos processos de trabalho em que participam os Assistentes Sociais são importantes e facilitam os trabalhos junto dos empregadores e demais profissionais, principalmente por serem “[...] viabilizadores do acesso dos usuários às políticas sociais públicas. Portanto devem ser conhecidos pelos usuários, que devem receber

informações de que procedimento o Assistente Social utilizará para encaminhamento de sua demanda” (COUTO, 1999, p. 210-211).

A instrumentalidade não só se refere aos instrumentos e técnicas da ação profissional, mas vai além das definições operacionais (o que faz, como faz), buscando os objetivos (para quem, onde e quando fazer) e analisar as conseqüências no “mediato” que as ações profissionais produzem. Ela é um campo saturado de mediações que não foram suficientemente discutidas na e pela categoria profissional (GUERRA, 1995, p. 30-38). Tem-se um aperfeiçoamento dos processos de trabalho em que participam os Assistentes Sociais que buscam novas e diferentes formas, métodos, técnicas e instrumentos de atuação, como forma de operacionalização do projeto ético-político.

Apesar de a formação profissional abordar os eixos ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo, no cotidiano da prática institucional ainda se têm dificuldades para a efetivação das Diretrizes. Dessa maneira, uma breve sistematização dos processos de trabalho em que participam os Assistentes Sociais deve proceder, não como manual, mas com a capacidade dialética e crítica da leitura da realidade que os processos societários exigem.

A análise, nesse sentido, sobre a expansão do terceiro setor está na retração do mercado de trabalho industrial e de serviços em um quadro de desemprego estrutural. Não serão esses espaços que darão conta desse desemprego (ANTUNES, 2005), ou seja, tem-se o terceiro setor como uma forma de funcionalidade ao sistema (MONTAÑO, 2003). Assim, o Serviço Social é um tipo de trabalho na sociedade, sendo esse entendimento fundado na “[...] prática profissional profundamente condicionada pelas relações entre Estado e Sociedade Civil, ou seja, pelas relações entre as classes na sociedade, rompendo com endogenia no Serviço Social” (IAMAMOTO, 2006b, p. 23).

Os espaços socioocupacionais, por estarem inseridos na lógica do mercado, imbuídos de institucionalidade, deslocam os processos de trabalho contra os princípios formativos do Serviço Social, propiciando, assim, uma dificuldade na compreensão identitária da profissão. Essa análise também será realizada, a partir dos dados empíricos da pesquisa. É controversa a noção que os Assistentes Sociais têm sobre os processos de trabalho em que participam. Busca-se qualificar o mesmo, devido à dificuldade que a categoria expressa sobre o seu “saber/fazer” e à necessidade das discussões sobre as atribuições privativas (CONSELHO FEDERAL..., 2002).

Percorre-se o caminho de compreensão sobre as mudanças societárias que vêm ocorrendo, especificamente sob a perspectiva das transformações no mundo do trabalho,

pautado pela questão social. Busca-se o amparo do sistema de seguridade social, com o fim de entender a conformação do sistema de proteção social brasileiro, e prima-se o estudo dos espaços em que estão inseridos os Assistentes Sociais, em vista dos processos de trabalho desenvolvidos nas OSCIP. Portanto, esses “novos” espaços socioocupacionais que estão configurando o sistema de proteção são “[...] transformações sócio-históricas, com mudanças regressivas nas relações entre Estado e sociedade em um quadro de recessão na economia internacional, submetida à ordem financeira do grande capital” (IAMAMOTO, 2002, p. 13).

Essas mudanças e a inserção profissional em espaços como as OSCIP fazem parte da lógica da reestruturação produtiva e da flexibilização das relações de trabalho, haja vista as demandas ao atendimento das desigualdades sociais. Frisa-se, portanto, a intenção de explicitar o mundo do trabalho, para se discutirem os espaços dos Assistentes Sociais, a partir do projeto ético-político, a fim de “[...] avançar na legitimação da profissão na sociedade, na apropriação e ampliação dos espaços ocupacionais, reforçando a nossa identidade profissional” (IAMAMOTO, 2002, p. 15).

O Serviço Social acompanha os processos societários, enquanto uma profissão que busca estar comprometida na defesa dos direitos sociais, no entendimento do processo histórico e das possibilidades e desafios que a sociedade configura. Assim, a profissão, nas suas relações de trabalho, encontra-se diretamente inserida na “contra reforma”²⁹ do Estado, que “[...] redimensiona as relações entre Estado e a sociedade e atinge as políticas e/ou ações voltadas à questão social” (IAMAMOTO, 2002, p. 35). As OSCIP, enquanto instituições que criariam as dinâmicas previstas na contra reforma, também foram responsabilizadas para dar conta do atendimento das demandas sociais.

Destaca-se também, na mesma lógica, o trabalho voluntário enquanto estratégia, sendo este “[...] parte de uma investida a favor do desmonte dos direitos sociais universais, acoplada a uma operação ideológica que transforma esses direitos em benefícios eventuais e os sujeitos de direitos em súditos, dependentes dos eventuais favores da sociedade” (IAMAMOTO, 2002, p. 44). Nesse sentido, faz-se necessário aos Assistentes Sociais enquanto trabalhadores, inseridos, através de suas práticas, nesse cenário, ver que “[...] não se constitui apenas de pano de fundo para o trabalho [...], senão que é constitutivo da realidade que aponta a urgência dos profissionais se apropriarem de dados, informações e indicadores necessários à identificação das expressões da questão social na realidade contemporânea” (SIMIONATTO, 1998, p. 38). Sendo assim, tem-se clareza dos diferentes processos de

²⁹ Termo destacado pela opção do autor de sua utilização, dada a crítica descrita por Behring (2003).

trabalho que são desenvolvidos, visto que as OSCIP se diferenciam pelo tipo de instituição, pela estrutura organizacional, pelos objetivos, planos e projeto de trabalho (PAZ, 1999, p. 200).

O tema dos processos de trabalho em que participam os Assistentes Sociais é de relevância para o estudo, visto os impactos que as transformações do mundo do trabalho têm sobre as relações entre Estado e sociedade, principalmente ao atingir diretamente o sistema de proteção social na criação de mecanismos e políticas, na perspectiva da “contra reforma” sob orientações dos chamados organismos internacionais. Destaca-se que as perspectivas sistematizadas para a construção do projeto profissional estão condicionadas a uma base social de sustentação política que rompa com a lógica da desigualdade, pautando-se nas lutas pelos direitos sociais, vislumbrando uma sociedade democrática voltada à justiça social e à igualdade.

2 SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL BRASILEIRO: ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

Adensam-se as discussões, neste capítulo, sobre a constituição do sistema de proteção social brasileiro, na expectativa da compreensão de como se conformam as políticas sociais nos países do Terceiro Mundo. Busca-se isso a partir das instituições e dos organismos que gerenciam as diferentes políticas criadas para dar conta das desigualdades. Explicitam-se os conceitos explicativos da realidade, das condições atuais e que estão em desenvolvimento crescente em relação às anteriormente abordadas sobre o trabalho, como movimentos sociais, organizações não-governamentais e terceiro setor, voltando-se principalmente às contradições entre o Estado e a sociedade civil, público e privado, mercado e sociedade. Esses conceitos são apresentados a partir dos autores críticos. Delimitam-se as discussões no tempo e pela legalidade, ampliando a análise a partir da subordinação e da autonomia que os países do Terceiro Mundo têm diante das grandes economias internacionais.

O recorte nacional é feito através da proposta da “contra reforma” do Estado implementada no Brasil, na ótica das relações estabelecidas entre o mercado e a sociedade civil, principalmente no que se refere à instituição de mecanismos inibidores que inviabilizam um projeto de sociedade democrática. Demonstrem-se, assim, algumas formas de efetivação das propostas das políticas econômicas de recorte neoliberais. A fim de darem conta das desigualdades sociais produzidas pelo próprio sistema, têm-se algumas das propostas para um sistema de proteção social que estão em vigência, vistas como alternativas e de lógica de redução do Estado, neste estudo ilustradas pelas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

2.1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e a proteção social

Essa abordagem pretende aduzir perspectivas e desdobramentos sobre o sistema de proteção social brasileiro. Para tanto, define-se 1988 como o período de referência, data de promulgação do texto constitucional. A delimitação temporal ocorre em função de a Carta

Magna referir os direitos sociais (educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados) e, principalmente, pela definição da proteção social sob a ótica da seguridade social. Faz-se uma leitura da trajetória e da configuração das políticas sociais que se constituíram até o momento, assim como de alguns prognósticos sobre o tema. A focalização específica dos direitos sociais é fundamental, a fim de se entenderem a construção desse sistema no Brasil e os meios de sua materialização através das políticas sociais.

A referência que demarca a realidade das políticas sociais brasileira está na conformidade de “[...] uma arena de confronto de interesses contraditórios em torno do acesso à riqueza social, na forma de parcela do excedente econômico apropriada pelo Estado” (SILVA, 2004, p. 32). Assim sendo, “[...] a política social está em permanente contradição com a política econômica, uma vez que aquela confere primazia às necessidades sociais, enquanto esta tem como objetivo fomentar a acumulação e a rentabilidade dos negócios do mercado” (SILVA, 2004, p. 32).

Foi no contexto de “crise” econômica e de transição de regimes de governos que começou, ao menos no plano legal, a materialização da Constituição de 1988, com os preceitos dos direitos sociais, de ampliação da seguridade social, de universalização dos serviços sociais públicos, abertura democrática para a participação dos usuários na gestão do sistema, financiamento e criação de conselhos para as políticas públicas, redefinindo o papel do Estado.

Antes do período delimitado pela Constituição Federal de 1988 no Brasil, o Estado não assumia o sistema de proteção social enquanto efetivação de direitos, sendo sua participação mínima no atendimento às demandas sociais, através de ações pontuais e de benemerência, de forma a ignorar a proposta de efetivação dos direitos sociais. No início do século XX, na primeira “fase getulista”³⁰, criaram-se o Ministério do Trabalho e a Justiça do Trabalho, possibilitando a cobertura social a quem fosse trabalhador, ou seja, os direitos trabalhistas. Surgidos na relação entre o capital e o trabalho, deveriam dar conta das necessidades sociais, principalmente no intuito de amenizar os conflitos entre os donos do capital e os trabalhadores.

³⁰ Getúlio Vargas governou o país em dois períodos: de 1930 a 1945 e de 1951 a 1954. Sua longa permanência no poder tornou-o uma das personalidades mais marcantes da vida política nacional no século XX, e permitiu que se falasse em uma ‘Era Vargas’. [...] A questão do ‘fim da Era Vargas’ tem sido recolocada inúmeras vezes: em 1945, em 1954, em 1964 e em 1994, quando Fernando Henrique Cardoso, recém-eleito presidente da República, se despediu do Senado com um discurso demarcando uma ruptura com a Era Vargas, cuja herança estaria atravancando o presente e retardando o avanço da sociedade (OLIVEIRA, 1996).

Faz-se referência às instituições criadas desde a década de 40 do século XX, para dar conta da proteção social, sendo que muitas delas perduram ainda hoje: Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), Legião Brasileira de Assistência (LBA)³¹, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Social do Comércio (SESC) e Fundação Leão XIII.³² O SESC, o SESI e o SENAI, por iniciativa empresarial e através da regulação estatal, obrigaram-se a criar uma espécie de “complemento” ao sistema de seguridade aos trabalhadores.

Na década de 60 do século XX, sob o período ditatorial, surgiu o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), a partir da iniciativa do empresariado, que buscava se aliar ao sistema de proteção social público, sendo que “[...] a rede de hospitais e ambulatórios passou a ser insuficiente para atender à demanda, passando então o Instituto Nacional de Previdência Social a ser o grande ‘comprador’ de serviços do setor privado” (VIETTA; UEHARA; NETTO, 1996, p. 137). Na forma que foi se concebendo, a partir das grandes empresas, o sistema de proteção social do período ficou constituído pelos “[...] serviços próprios e/ou agenciados pelas empresas, pelas entidades empresariais como SESI, SESC e SENAI, pelo complexo filantrópico e pela previdência social pública” (MOTA, 2005, p. 169).

Quando é referida a conformação legal, busca-se demonstrar a forma atual que o Estado tem de regular, através das leis, inclusive políticas, programas e projetos sociais. Essa análise da constituição legal é característica do Estado Democrático de Direito em que se vive desde o final do século XX, constituindo-se através de propostas das políticas econômicas de recorte neoliberais, valores constitucionais, que possibilita a participação do povo e permite a interpretação da lei pelo seu conteúdo e não apenas pelo processo formal de elaboração. Organiza-se através das suas funções legislativas, executivas e judiciárias (BASTOS, 2004). Por conseguinte, esse Estado está economicamente pautado pelas propostas das políticas econômicas de recorte neoliberais que buscam a desoneração das funções sociais do Estado, liberdade de comércio e circulação ampliada de capital, com preceitos de ampliação da participação da sociedade civil com fins de redução do papel público e universalizante (BASTOS, 2004).

Consolidam-se no plano legal, através da Constituição Federal, avanços nos direitos sociais. Assim, concretizam-se as reivindicações e a necessidade de projetos democráticos, sendo de grande importância “[...] a introdução da seguridade como sistema de proteção

³¹ O CNSS foi extinto em 1993, e a LBA, em 1995, no Governo Fernando Henrique.

³² O detalhamento do surgimento e da funcionalidade dessas instituições pode ser encontrado em Iamamoto e Carvalho (2000).

social, enfeixado pela Previdência Social, Saúde e Assistência Social, é um marco no avanço do campo dos direitos sociais no Brasil” (COUTO, 2004, p. 161).

No Brasil, a consolidação do sistema de proteção começou pela Lei Orgânica da Seguridade Social, que define a seguridade social como “[...] um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar o direito relativo à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 1991). Nesse período, também restava, ainda, fértil espaço para a filantropia e a benemerência³³, conformando um sistema de proteção social baseado no conservadorismo e no autoritarismo estatal e no assistencialismo privado. Nesse sentido, a presença dos direitos sociais pré 1988 é questionável, bem como os processos que passam a ser construídos, a partir da Constituição, para atender à população (COUTO, 2004).

Quanto à economia, os anos 80 do século XX, são dados como a década perdida. Lembra-se que o direcionamento e a transição de um regime ditatorial para o democrático começou a ser implementado. O discurso da crise em plena mudança de regime político acaba sendo formador de uma “cultura da crise”, que nega “[...] os referenciais teóricos, políticos e ideológicos, que permitiam [...] identificar propostas e práticas diferenciadas por parte das classes subalternas, baseado em questões que afetam o cotidiano das classes trabalhadoras, considerando-as como situações decorrentes da crise” (MOTA, 2005, p. 101).

O contexto de ressurgimento tanto de movimentos sociais quanto da ampliação das organizações privadas sem fins lucrativos no final dos anos 80 do século XX, está associado à desvinculação das causas sociais da classe trabalhadora, que passa pelo período de reestruturação. E, mais, a “cultura da crise” responsabiliza cada sujeito pela situação de desigualdade em que se encontra a sociedade. De certa forma, essas organizações estão rodeadas política e culturalmente pela “[...] revalorizada rede de atividades filantrópicas, e revalorização do privado, do voluntariado político e do apolítico” (MOTA, 2005, p. 102). É nesse mesmo cenário de crise econômica e que atinge diretamente a classe trabalhadora que, no Brasil, são criados sindicatos políticos, o Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983 e o processo Constituinte em 1987 e 1988.

Ainda sob o processo transitório, restavam os resquícios ditatoriais a serem suprimidos, ou seja,

[...] a ditadura havia levado a sociedade a odiar a política e a esperar tudo da política. [...] os brasileiros foram incentivados a manter relações ambíguas com a política. Ampliaram seus atritos e se desiludiram com a classe política, passaram a

³³ Um aprofundamento substancial de como era constituído o sistema de proteção (organizacional, legal) desde o final do século XIX, no Brasil, pode ser encontrado na obra de Mestriner (2001).

por em dúvida a eficácia de eleições e rotinas parlamentares, hostilizaram partidos e institutos de representação (NOGUEIRA, 2004, p. 23-24).

Começou a se conformar a lógica da reforma nos países da América Latina que está voltada aos princípios das políticas econômicas neoliberais, haja vista, por exemplo, as expressões incorporadas ao vocabulário, tais como mercado, privatização, *empowerment*, administração gerencial, empreendedorismo e governança. A partir dessas expressões e de outros mecanismos, passou-se a incorporar, na opinião pública, a idéia da necessidade da reforma, que está diretamente vinculada a um projeto formulado com os preceitos liberais dos países do chamado Primeiro Mundo, ou desenvolvidos.

2.2 A subalternidade do Terceiro Mundo e as regras de proteção social

Através da constituição legal, dos aportes a documentos de organismos internacionais, das produções teóricas, das propostas governamentais e da relação estabelecida entre o público e o privado, busca-se apresentar a conformação do atual sistema de proteção social brasileiro. Desde a década de 40 do século XX, a configuração do sistema financeiro internacional vem tomando corpo. Tanto o Banco Mundial quanto, o Fundo Monetário Internacional (FMI) tem suas origens na Segunda Guerra Mundial, quando na reunião em Bretton Woods³⁴, foram definidas suas funções, basicamente sob o controle do dinheiro no mundo, estabilização das taxas de câmbio e apoio às políticas de ajuste do balanço de pagamento (GONÇALVES, 2003). Diante da comunidade mundial, esses organismos tornam seus “produtos” vendáveis, com seus discursos e metas de terminar com a pobreza no mundo³⁵. O sentido de apresentar os organismos internacionais está voltado às necessidades de entendimento da ineficácia, muitas vezes, da forma que são desenvolvidas as ações sociais, à compreensão dos processos pelos quais atravessam as políticas sociais públicas, assim como as maneiras de manter os países em desenvolvimento sob tutela de financiamentos que sustentam o grande capital.

³⁴ “[...] Conferência de *Bretton Woods*, realizada em *New Hampshire* (Estados Unidos) em 1944, quando 44 países aliados na II Guerra Mundial assinaram os artigos do acordo do FMI e o Banco Mundial foi criado, com o intuito de auxiliar a reconstrução das economias dos países devastados pela guerra” (HOUTART, 2002, p. 76).

³⁵ Ironicamente em seu sítio na Internet, o próprio Banco pergunta-se: o que é o Banco Mundial? E responde: “O Banco Mundial é uma das principais fontes de assistência para o desenvolvimento no mundo. Sua meta principal é ajudar as pessoas e países mais pobres” (Disponível em: <<http://www.obancomundial.org/index.php/content/view/6.html>>. Acesso em: set. 2006).

Nessa lógica, o **Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2006**, o principal trabalho de pesquisa anual do Banco Mundial, apresenta, mais uma vez, seu enfoque na equidade, definida como igualdade de oportunidades entre as pessoas, para o desenvolvimento, dando ênfase à mercantilização.

Por resultar em alocações menos eficientes de recursos e instituições menos eficazes, a desigualdade é inimiga do desenvolvimento de longo prazo. Conseqüentemente, existe um papel legítimo para a ação pública na promoção da justiça e busca da equidade, garantindo que esta ação reconheça a primazia das liberdades individuais e o papel dos mercados na alocação dos recursos (BANCO MUNDIAL, 2005).

Vale lembrar um importante organismo da América Latina, a Comissão Econômica Para a América Latina e Caribe (CEPAL)³⁶, que também define, através de sistematizações disponibilizadas depois de suas reuniões de cúpula, parâmetros para o continente latino-americano. Recentemente foi lançando no Brasil, mais um balanço para mensurar a pobreza, o **Compendium os Best Practices in Poverty Measurement** (EXPERT..., 2006).³⁷ Destacam-se os documentos intitulados **Panorama Social da América Latina**³⁸ e, principalmente, **Enfrentando o Futuro da Proteção Social: acesso, financiamento e solidariedade** (COMISSÃO..., 2006), elaborado pela CEPAL. Esse material apresenta a “[...] solidariedade com fins de proteção social de maneira integral, isto é, tanto dentro como fora do mundo do trabalho, e nesse contexto, retrazar os mecanismos de transferência que permitam plasmar essa solidariedade integral” (COMISSÃO..., 2006, p. 8). Aponta um sistema de proteção social em que o crescimento deve basear-se na competitividade sistêmica, na consolidação da cidadania e na necessidade de um pacto social de proteção relativamente ao pacto fiscal e ao pacto de coesão social (COMISSÃO..., 2006, p. 6-7). Reafirma, assim, os ideais pautados pelos organismos internacionais, constituindo-se, inclusive, como integrante da hegemonia.

³⁶ “A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) foi criada em 1948, pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) e tem sua sede em Santiago, Chile. Sua missão é promover o crescimento econômico regional e sub-regional mediante o desenvolvimento de estudos, promoção de conferências intergovernamentais e assessoria técnica a governos” (MARTINS, 2006, p. 268).

³⁷ O Compendio é resultado dos trabalhos do Grupo do Rio, criado, em 1997, pela Comissão de Estatística das Nações Unidas, presidido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e secretariado pela CEPAL.

³⁸ O recente estudo de Oliveira (2005) aprofunda a análise crítica desses documentos, vistos como propostas de enfrentamento à pobreza, e da adesão desses programas pelos governos da América Latina.

Em conformidade aos ideários do Consenso de Washington³⁹, a CEPAL passou apoiar a abertura comercial e financeira da América Latina (MARTINS, 2006, p. 269).

Dessa maneira, essas instituições têm seus objetivos pautados na lógica de mercado, com fins de ampliação da dominação sobre o capital, o trabalho e os bens naturais do meio ambiente. Assim, os programas do ajuste estrutural visam a “[...] desvalorização cambial, liberalização comercial, corte dos gastos sociais, privatização de empresas estatais, redução salarial, desregulamentação, restrições à expansão do crédito e elevação das taxas de juros” (GONÇALVES, 2003, p. 56).

A questão a ser pensada é sobre a necessidade de manter os países do Terceiro Mundo⁴⁰ sob dependência desses organismos, geralmente situados em países desenvolvidos e que direcionam as políticas econômicas mundiais. Destaca-se o termo Terceiro Mundo, que passou a existir nas décadas de 50 e 60 do século XX, período em que se conformaram duas potências de domínio econômico e militar (Estados Unidos e União Soviética). Surgiu nos jornais franceses, fazendo uma comparação alusiva às reivindicações formuladas pelo Terceiro Estado⁴¹ (LACOSTE, 1991). Os países do Terceiro Mundo têm uma herança colonial e “[...] estão presos a estruturas arcaicas que os subjugam aos centros industrializados e ao capitalismo mundial [...]” (WOLKMER, 1989, p. 24).

O Brasil está inserido no rol dos países do Terceiro Mundo, dado que tem acordos firmados com os organismos internacionais, como Banco Mundial, Organizações das Nações Unidas e Fundo Monetário Internacional⁴². O endividamento desses países começou em 1982,

³⁹ “A expressão Consenso de Washington surgiu da denominação dada por John Williamson, economista e pesquisador do Institute of International Economics, sediado em Washington, para a convergência de pensamentos para as políticas públicas dos anos 80, a partir dos governos de Ronald Reagan e George Bush. [...] Williamson resumiu as teses que embasaram o Consenso de Washington em dez pontos estratégicos: 1) disciplina fiscal; 2) priorização do gasto público em saúde e educação; 3) realização de uma reforma tributária; 4) estabelecimento de taxas de juros positivas; 5) apreciação e fixação do câmbio, para torná-lo competitivo; 6) desmonte das barreiras tarifárias e pára-tarifárias, para estabelecer políticas comerciais liberais; 7) liberalização dos fluxos de investimento estrangeiro; 8) privatização das empresas públicas; 9) ampla desregulamentação da economia; e 10) proteção à propriedade privada” (SADER, 2006, p. 345).

⁴⁰ Em contraposição aos países desenvolvidos, o chamado G8 — Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Reino Unido e Rússia (convidada devido a sua importância geopolítica) —, criou-se o G20 composto por: África do Sul, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, China, Cuba, Egito, Filipinas, Guatemala, Índia, Indonésia, México, Nigéria, Paquistão, Paraguai, Tailândia, Tanzânia, Uruguai, Venezuela e Zimbábue. Disponível em: < http://www.g-20.mre.gov.br/members_port.asp>. Acesso em: jan. 2007.

⁴¹ Para fins de esclarecimento sobre o que foi o Terceiro Estado: “[...] surge na França no começo da Revolução Francesa de 1789, opondo-se às duas outras ordens, a nobreza e o clero” (LACOSTE, 1991, p. 7).

⁴² Em 14 de dezembro de 2005, o Governo brasileiro anunciou a quitação da dívida com o Fundo Monetário Internacional. O Brasil é considerado o país com maior dívida, US\$ 15.460 milhões (SÃO PAULO, 2005). Pelo cronograma original de pagamentos, o Brasil teria que desembolsar em 2006, cerca de US\$ 7 bilhões e mais US\$ 8,4 bilhões em 2007. O cronograma de vencimentos é o seguinte: março de 2006, US\$ 952,59 milhões; em junho de 2006, US\$ 1,225 bilhão; em setembro de 2006, US\$ 1,702 bilhão; em dezembro de 2006, US\$ 3,151 bilhões; em março de 2007, US\$ 3,219 bilhões; em junho de 2007, US\$ 2,946 bilhões; em setembro de 2007, US\$ 1,990 bilhão; em dezembro de 2007, US\$ 272,52 milhões (FREIRE, 2005).

devido ao “[...] efeito conjugado da alta súbita das taxas de juros decidida pela Reserva Federal dos Estados Unidos no fim de 1979, da baixa das receitas de exportação [...] e da interrupção dos empréstimos bancários” (TOUSSAINT, 2002, p. 33). Ou seja, esses países são alvo de estratégia e manutenção econômica dos países desenvolvidos, que buscam, nas mazelas sociais, o crescimento através de incentivos à industrialização, ao consumo e, sobretudo, à implementação de um projeto societário voltado aos ideais capitalistas. Portanto, essas iniciativas, ao invés de proporcionarem um real desenvolvimento desses países, pelo contrário, criam uma maior dependência, transferência de riqueza produzida e aumento das desigualdades. É preciso que as dívidas sejam canceladas e retornadas por um “[...] fundo de desenvolvimento gerido localmente de modo democrático” (TOUSSAINT, 2002, p. 14).

O chamado Programa de Privatização aumentou a participação de empresas e bancos estrangeiros na economia, ou seja, os investimentos estrangeiros tiveram um grande papel nesse setor. Esse processo leva ao desafio de alcançar crescimento significativo baseado no mercado. Nesse sentido, considera-se que a privatização “[...] atende ao objetivo econômico de abrir todas as atividades econômicas rentáveis aos investimentos privados, com o intuito de ampliar os âmbitos de acumulação, e ao objetivo político-ideológico de remercantilizar o bem-estar social” (LAURELL, 1997, p. 167). Esse processo fica muito explícito no Brasil, principalmente pelas propostas das políticas econômicas de recorte neoliberais que vão sendo implantadas, essencialmente no que se refere às privatizações das políticas sociais (CAMPOS, 1998).

A partir dessa definição, desenvolve-se a discussão da redução do papel do Estado e da exaltação do “cidadão-consumidor”⁴³ (MOTA, 2005), com o intuito de demonstrar a necessidade de reformar o sistema de proteção social. Presencia-se uma forte inserção dos organismos internacionais no sistema de proteção social brasileiro, propondo a desconstituição da seguridade social e a ampliação da execução das políticas sociais através do terceiro setor. Entender os processos de transformação do sistema de seguridade social no Brasil é ter a clareza de que a classe trabalhadora, representada pelos grandes sindicatos, nos anos 80 do século XX, através das empresas e do mercado amplamente difundido dos planos de saúde e seguros previdenciários privados, passou a “negociar” cordialmente a garantia de direitos, não mais no âmbito coletivo, mas pontualmente, conforme as necessidades reestruturativas (MOTA, 2005). O empresariado, ao suprir, através de serviços privados, um direito garantido dos trabalhadores, como saúde e previdência, estabeleceu um pacto de

⁴³ Termo utilizado para definir o sujeito político nuclear da sociedade regulada pelo mercado (MOTA, 2005, p. 24).

produtividade, a fim de conseguir suprir seus gastos, inclusive criando uma falsa idéia sobre os serviços públicos, enquanto ineficazes e falidos.

A crise na seguridade social vem sendo desmistificada a partir de justificativas objetivas na problematização da seguridade, demonstrando que a “cultura da crise” está associada ao processo de privatização e de constituição do “cidadão consumidor” (MOTA, 2005, p. 42). Trabalhos desenvolvidos no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (GENTIL, 2006) demonstram que essa crise — que passa a apontar os idosos, a baixa taxa de natalidade, as lutas pelos aumentos salariais dos trabalhadores, dentre outros fatores, como os principais vilões — começa a ser discutida e desmistificada através da análise dos dados estatísticos divulgados na mídia em prol de interesses econômicos. A análise demonstra que as informações nada têm a ver com seguridade social, cujos objetivos estariam voltados a “[...] por um lado, abrir espaços para o crescimento de fundos de pensão, seguros e planos de previdência e de saúde privados; por outro, propiciar alta rentabilidade aos títulos da dívida pública pela manutenção de taxas de juros elevadas, favorecendo o capital financeiro” (LOPES, 2006, p. 11). Portanto, essas pesquisas sobre avaliação da capacidade de sustentação financeira do sistema de seguridade social, com base no levantamento de suas fontes de financiamento e de gastos, comprovam que no Brasil, não há crise financeira da previdência ou do sistema de seguridade social. Conseqüentemente o que ocorre é um uso inadequado e,

[...] de certa forma, perversamente manipulado, dos dados estatísticos da Previdência baseia-se em argumentos que dissociam da análise um fator importante que foi introduzido a partir da promulgação da Constituição de 1988. Um dos maiores avanços inscritos na atual Constituição, em termos de direitos sociais, foi à criação de um sistema integrado de Seguridade Social abrangendo a saúde pública, a assistência social e a Previdência (Artigo 194, Constituição Federal 1988). Este sistema deve ser financiado com receitas próprias, previstas na Constituição e a ele especificamente vinculadas (GENTIL, 2006, p. 4).

Entretanto as lutas por melhoras na constituição do sistema de proteção social continuam, sendo cada vez mais necessárias a percepção da sociedade de que “[...] as políticas de proteção garantem a cobertura de vulnerabilidades à redução de riscos sociais e defendem um padrão básico de vida. É preciso entender que proteção social não é assistencialismo ou assistencialização, no sentido pejorativo de tutela” (SPOSATI, 1997, p. 29).

Verificam-se alguns mecanismos que servem de desmonte da seguridade social no Brasil, dentre estes, destacam-se: a despolitização, a tecnificação dos interesses públicos desqualificadores dos processos democráticos, no intuito da fragmentação do tripé das políticas, desconstituindo o princípio universalizante; o encurtamento da seguridade, ou seja, através dos discursos da globalização, reestruturação produtiva, desnacionalização do capital,

visa-se a uma redução da força política da seguridade; e, por fim, o maniqueísmo de se ter um sistema de um tipo ou de se ter um sistema de outro tipo (VIANNA, 1999).

A intenção não é desmerecer ou ignorar o avanço das tecnologias e do conhecimento, mas problematizar a forma e o acesso que em mais um ciclo de reordenamento do capitalismo,⁴⁴ esse sistema utiliza, usando mecanismos cada vez mais avançados, que são criados com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da humanidade, mas que, de forma perversa, são empregados meramente com fins econômicos e de controle sobre qualquer “desvio” que possa prejudicar os objetivos em prol do capital, como, por exemplo, o mapeamento territorial da produção nos assentamentos (GERD, 2005), expresso pelos governos com a finalidade de produção e melhoria de políticas voltadas a tal segmento e pelo mercado como controle da terra e de seus usos. Outro exemplo podem ser os zoneamentos que possibilitam calcular o preço de cada metro quadrado da fauna e da flora nacional (BRASIL, 2005). Nesse sentido, é necessária a problematização dos interesses que podem ser ecológicos e de preservação ou até mesmo de utilização pública, ou, principalmente, pelo cunho econômico de utilização privada (PRETTE, 2006). Tem-se, ainda, do mundo inteiro, a cada ano, a direção a ser dada a esse ou a aquele país mais pobre, a partir dos **Relatórios de Desenvolvimento Humano**, o espaço em que se encontram as pessoas mais pobres, assim como as mais ricas (PROGRAMA DAS NAÇÕES..., 2005). Existem justificativas que tornam as políticas sociais seletivas e focalizadas, como a identificação dos bolsões de pobreza, enquanto estratégia de favorecimento ao mercado, descartando a participação do Estado, privilegiado, no Brasil, pelos Programas da Comunidade Solidária; a cultura de benemerência, através do voluntariado; filantropia empresarial, através do contemporâneo termo de responsabilidade social; investimento em capital humano, como os programas de inclusão digital; retomada de crescimento econômico, pelos programas de geração e emprego e renda; cooperação global com a criação dos fundos internacionais de investimento (SILVA, 2004, p. 108-109). Enfim, “está tudo controlado”. Pode-se dizer que se vive no mundo de Truman⁴⁵.

⁴⁴ “A cultura do capitalismo seculariza tudo o que encontra pela frente e pode transformar muita coisa em mercadoria, inclusive signos, símbolos, emblemas, fetiches. Tudo se seculariza, instrumentaliza, desencanta. Essa é uma exigência da racionalização formal, pragmática, definida em termos de fins e meios objetivos, imediatos. Uma racionalização cada vez mais vazia de valores gerais e particulares que não podem traduzir-se nos termos do *status quo*” (IANNI, 2003, p. 73).

⁴⁵ Referência ao filme **O show de Truman**, onde, segundo sua sinopse, “Truman (Jim Carrey) está a ponto de descobrir o quanto sua vida, aparentemente normal, é completamente anormal. O que ele não imagina, pelo menos, ainda não, é que sua vida inteira é um reality-show, televisionado e transmitido para que o mundo inteiro acompanhe!” (O SHOW, 1998).

2.3 Sociedade civil: resistência à reiteração da fragmentação das políticas sociais

A humanidade organiza-se socialmente, a partir de mais de um indivíduo. Ou seja, para se tratar de sociedade, necessariamente, terá que se ter mais que uma pessoa, e esses se envolvem para atingir um bem comum, ou ainda, “[...] a sociedade é o produto da conjunção de um simples impulso associativo natural e da cooperação da vontade humana” (DALLARI, 2001, p. 12). A partir do conceito de sociedade, desmembram-se outros tantos, como Estado e sociedade civil. Resgatar esses conceitos permite delimitar e entender as discussões recentes sobre a conformação contemporânea das sociedades.⁴⁶ Portanto, faz-se necessário saber que:

A gênese do Estado reside na divisão das sociedades em classes, razão por que ele só existe quando e enquanto existir essa divisão (que decorre, por sua vez, das relações sociais de produção); e a função do Estado é precisamente a de conservar e reproduzir tal divisão, garantindo assim que os interesses comuns de uma classe particular se imponham como o interesse geral da sociedade (COUTINHO, 1989, p. 74).

A partir da perspectiva gramsciana⁴⁷, o Estado, em sentido amplo, comporta duas esferas principais:

A sociedade política (que Gramsci também chama de ‘Estado em sentido restrito’, ou de ‘Estado-coerção’), que é formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executiva e policial-militar; e a sociedade civil, formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa), etc. (COUTINHO, 1989, p. 76).

Tendo por base essas referências, constrói-se o entendimento e as relações entre as sociedades, classes, mundo do trabalho, sociedade civil e Estado.

A sociedade civil abrange toda a troca material dos indivíduos dentro de uma determinada fase de desenvolvimento das forças produtivas. Abrange todo o comércio e indústria de uma determinada fase e, por isso, é mais ampla que o Estado e a nação, se bem que, por outro lado, é necessário, frente ao exterior, afirmar-se como nacionalidade e organizar-se no interior como Estado. [...] A sociedade civil,

⁴⁶ “As sociedades raramente vivem isoladas, sem serem atingidas ou influenciadas pelos avanços das forças produtivas que têm lugar fora delas. Assim sendo, todas as sociedades do mundo não estão destinadas a atravessar as mesmas fases de desenvolvimento econômico, nem a evolução de qualquer formação social em particular depende apenas do seu próprio desenvolvimento produtivo” (BOTTMORE, 1988, p. 262).

⁴⁷ Releva-se aqui a base gramsciana para definição de Sociedade Civil enquanto “[...] uma arena privilegiada onde as classes subalternas organizam as suas associações, articulam as suas alianças, confrontam os seus projetos ético-políticos e disputam o predomínio hegemônico” (SEMERARO, 2005).

como tal, só pode se desenvolver imediatamente a partir da produção e do intercâmbio e que forma em todos os tempos a base do Estado e do resto da superestrutura idealista, sempre tem sido indicada por esse mesmo nome (MARX; ENGELS, 2004, p. 63-64).

Reside nessa discussão das relações entre Estado e sociedade civil a extinção do Estado. Entende-se essa extinção não voltada aos preceitos liberais de redução do papel do Estado, mas, sim, enquanto um processo de “[...] desaparecimento progressivo dos mecanismos de coerção, ou seja, a reabsorção da sociedade política na sociedade civil. As funções sociais da dominação e da coerção — à medida que se avança na construção econômica do socialismo — cedem progressivamente espaço à hegemonia e ao consenso” (COUTINHO, 1989, p. 83).

Tem-se em Gramsci a teoria que pode explicar a realidade da sociedade, como por exemplo, ao definir a sociedade civil enquanto “[...] o conjunto das associações sindicais, políticas, culturais, etc., geralmente designadas como ‘privadas’ para distingui-las da esfera ‘pública’ do Estado” (LIGUORI, 2003, p. 179). A partir das definições clássicas (Marx e Gramsci)⁴⁸, claras quanto à não-hegemonia que compõe a sociedade civil, critica-se a forma com que o termo tem sido utilizado nos últimos anos, criando, assim, uma mitologia desse conceito (MONAL, 2003). O que se verifica hoje é a forma em que se configura a sociedade civil, os interesses econômicos que envolvem as entidades ou grupos que fazem parte da sociedade,⁴⁹ ou seja,

[...] a sociedade civil é atravessada por conflitos e contrastes; a burguesia, os latifundiários (da América Latina e de outros países subdesenvolvidos) e os exploradores de todo tipo (em particular, na perspectiva internacional, o imperialismo) organizam também suas associações ou apóiam e manipulam outras tantas que chegam a aceitar (ou foram especificamente criadas para isso) e desempenhar funções e ações públicas que servem para tornar menos evidente seu real objetivo (MONAL, 2003, p. 192).

Confunde-se sociedade civil com os movimentos associativos, com as ONGs, chegando a atribuir a esta o substantivo de terceiro setor. Portanto, o entendimento desses conceitos merecem apreço nos diversos âmbitos, da academia, da política, da economia e, principalmente, das instituições e grupos que compõem o processo de lutas e conquistas da

⁴⁸ “Para Gramsci, assim como para Marx, a sociedade civil é um lugar onde se dão e se chocam diversas contradições, entre as quais as lutas de classe e de diversos grupos e camadas sociais. Como Gramsci observou, a sociedade civil é o local das lutas pela hegemonia, bem como o local onde, sob certas condições, é possível obter consenso” (MONAL, 2003, p. 192).

⁴⁹ Destaca-se a notícia de capa da **Revista Exame** de outubro de 2006, intitulando **As Organizações Não-Governamentais Como os Novos Inimigos do Capitalismo**. Na seqüência da reportagem, apresentam-se algumas entrevistas em que se destacam as seguintes observações: “Entidades cobram transparência de empresas e governos, mas relutam em abrir suas próprias contas”; “Um dos fundadores do Greenpeace, Paul Watson diz que ONGs se prostituem por financiamentos”; “Cada vez mais, as demandas internacionais determinarão que organizações devem ou não receber financiamentos”; “Preocupadas em manter sua própria estrutura, as ONGs tornam-se mais manipuláveis por quem lhes fornece dinheiro” (SEIBEL; GIANINI, 2006).

própria sociedade civil. Apesar de se estar centrando o debate na sociedade civil, deve-se ter claro que não se deve diminuir o papel do Estado, dos sindicatos, dos partidos políticos e das organizações.

Quanto ao terceiro setor, apresenta-se no Brasil, conformado pelas organizações não-governamentais. No período da Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, a ECO-92, teve sua ascensão associada à Igreja e ao redirecionamento dos movimentos sociais que eclodiram na década de 80 do século passado. Nesse período, “[...] muitos movimentos se institucionalizaram em organizações por meio de políticas sociais. A grande novidade passou a ser a centralidade das ONGs no cenário das demandas sociais” (GOHN, 2000, p. 340).

Conforma-se também a sociedade global⁵⁰, em que “[...] há organizações públicas e privadas que produzem, atuam e tomam decisões. [...] São organizações econômicas, políticas, culturais e sociais que exercem missões ‘civilizatórias’ nos países menos desenvolvidos, atrasados, periféricos, do Terceiro Mundo” (IANNI, 2003, p. 42). Essa ampla discussão sobre a definição e os rumos que tomam o Estado e a sociedade civil está latente e, pelas doutrinas liberais, passa a ser utilizada de forma distorcida, suprimindo a crítica e ampliando a alienação. Reduz-se o papel do Estado, principalmente enquanto agente econômico, e amplia-se o setor privado de capitais, com as privatizações e reduções dos setores públicos. Ao ser destituído do Estado o caráter público, substitui-se, abusivamente por segmentos da sociedade civil que estão “[...] articuladas em torno de uma oligarquia financeira globalizada que busca garantir seus interesses ampliando os canais e as instituições capazes de aglutinar seus projetos, o que lhe confere uma hegemonia político-econômica assegurada pela organização atual do capitalismo” (SIMIONATTO, 2003, p. 279).

Pode existir uma relação entre os então denominados três setores, onde o Estado trabalha com o “[...] capital político, proveniente das relações pessoais e intergovernamentais. No segundo setor, o capital econômico orienta e indica as direções do seu planejamento, e, no terceiro setor, o capital social, como marca definidora das relações entre as pessoas e as organizações, sustenta as ações do planejamento” (KOTHER, 2004, p. 32). As possibilidades de relações entre os âmbitos que compõem as sociedades sempre são democraticamente

⁵⁰ “Aos poucos, a morfologia da sociedade global envolve direitos humanos, narcotráfico, proteção do meio ambiente, dívida externa, saúde, educação, meios de comunicação de massa, satélites e outros itens. Assuntos sociais, econômicos, políticos e culturais que sempre parecem nacionais, internos, logo se revelam internacionais, relativos à harmonia da sociedade global. E assim se criam organizações e políticas, expressando aspectos mais ou menos importantes da sociedade mundial em formação. Debilita-se o Estado-nação, inclusive porque os governos nativos não seriam competentes para gerir assuntos internacionais” (IANNI, 2003, p. 42-43).

aceitas, desde que não descartem a centralidade e a importância do Estado. Nesse sentido, cabe o conceito de publicização, fundamentado pela democracia, para implementação, tanto no Estado quanto na sociedade civil, de novos mecanismos e formas de atuação na busca da universalização dos direitos. Um processo de construção social e política constituída por sujeitos sociais. Portanto, a esfera pública seria o lócus de consolidação da publicização. A esfera pública seria um espaço transparente, de constantes propostas, debates, conflitos, questionamentos e decisões (DEGENNSZAJH, 2000).

Nesse movimento de participação, no decorrer das últimas décadas, as possibilidades de se envolver nas questões de decisão pública tornaram-se mais acessíveis. Os conselhos gestores de políticas públicas, que são protagonistas das políticas a partir da Constituição de 1988, constando como instrumentos de participação da sociedade, são mais uma maneira de fortalecimento da esfera pública no âmbito das políticas sociais. O conselho é um espaço de sistematização coletivo entre governo e sociedade civil, em que se definem políticas públicas, por participação, negociação, debates, pactos e deliberações, bem como o controle social.

Contudo o terceiro setor não é o principal meio de efetivação das políticas sociais, mas, sim, mais um espaço de discussão e de disputas, a fim de questionarem o seu próprio papel na sociedade. As políticas de ajuste estrutural implementadas majoritariamente nos países em desenvolvimento apresentaram a necessidade de ampliação e implementação de programas sociais necessários para sustentarem o ajuste econômico. Por outro lado, existem diversas formas de resistência, demarcadas na América Latina, pelos movimentos sociais com suas distintas lutas e defesa pelos direitos, geralmente não divulgados pela mídia. Cita-se, por exemplo, o relatório que divulga as multinacionais⁵¹ que mais violam os direitos humanos. Dentre as violações, estão assassinatos, degradação ambiental, abuso de recursos públicos, discriminação.

A luta política por direitos dos movimentos sociais da América Latina, onde a cultura é ponto de partida para a análise e a interlocução na consolidação da democracia e da cidadania, passa a ser alvo ao incorporar funções estatais, justamente no sentido de minimização do Estado frente às propostas de implementação das políticas econômicas de recorte teórico neoliberal. A sociedade civil é convocada a assumir e a responsabilizar-se por competências do Estado, tornando os princípios coletivos de cidadania meras ações pontuais. A sinalizar um balanço sobre o neoliberalismo, verifica-se que as propostas econômicas

⁵¹ Segundo o relatório, estas são as corporações que violaram os direitos humanos em 2005: Caterpillar, Chevron, Coca-Cola, Dow Chemical, Dyncorp/Csc, Ford Motor Company, Kbr (Kellogg, Brown and Root), Lockheed Martin, Monsanto, Nestlé (USA), Philip Morris (USA) And Philip Morris International (A.K.A. The Altria Group Inc.), Pfizer, Suez-Lyonnaise Des Eaux (Slde), Wal-Mart (GLOBAL EXCHANGE, 2006).

fracassaram. Socialmente, ampliou-se a desigualdade social nos países em que foram implementadas as propostas, sendo maior o seu êxito ideológico e político, visto que foi possível difundir e fazer com que as nações fossem se adaptando ao sistema (ANDERSON, 2003, p. 23).

O sistema de proteção social brasileiro, apesar de todas as pressões externas para a implantação de um Estado de Bem-Estar Social⁵² fora de conjuntura, materializa-se, através da seguridade social, por leis e políticas com a luta diária dos sujeitos e não apenas por parte dos governos. Ressalta-se que o Estado de Bem-Estar Social foi implantado nos países que representam economias centrais do capitalismo mundial. Em países do Terceiro Mundo como os da América Latina, as reformas desse projeto foram tardias, ou não chegaram a ser implantadas, causando significativas variações no grau de proteção social (POCHMANN, 2004). Trata-se de centralizar a discussão na realidade econômica e na sociedade alicerçada sob

[...] base capitalista, urbano-industrial, que têm no trabalho assalariado a chave da modernização da sua estrutura social, as políticas sociais constituem o sistema através do qual se impõem freios ou contrapesos às forças 'brutas' do mercado as quais, pela suas próprias natureza e dinâmica, produzem, reproduzem e tendem a aumentar as desigualdades entre os homens (DRAIBE, 2004, p. 22).

Busca-se desenvolver os conceitos, inter-relacionando os mesmos, com o fim de entender como se configura, na sociedade capitalista — onde o trabalho é central — o sistema de proteção social. A base explícita dos sistemas de proteção sociais está na evolução dos indicadores sociais na América Latina, sendo estes não absolutamente lineares e, nas últimas duas décadas, apresentando fortes traços de retrocesso em dois sentidos. Um deles, os avanços sociais obtidos, corre o risco de desaparecer ou sofrer perdas do ponto de vista da proteção social que o proporcionava, isso devido às políticas do “ajuste”; o outro é a piora de antigos problemas, como a precarização do trabalho, o agravamento de doenças, a volta de epidemias que já estavam controladas, dentre outros (SOARES, 2000, p. 47).

⁵² Não se discutirá o conceito de Estado de Bem-Estar Social, prioriza-se, neste texto, o sistema de proteção social brasileiro e sua configuração. “O Estado de bem-estar (Welfare State), ou Estado assistencial, pode ser definido, à primeira análise, como Estado que garante tipos mínimos de renda alimentação, saúde, habitação, educação, assegurados a todo cidadão, não como caridade mas como direito político. [...] independente da sua renda, todos os cidadãos, como tais, têm direito de ser protegidos — com pagamento de dinheiro ou com serviços — contra situações de dependência de longa duração (velhice, invalidez...) ou de curta (doença, desemprego, maternidade...). [...] Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, todos os Estados industrializados tomaram medidas que estenderam a rede de serviços sociais, instituem uma carga fiscal fortemente progressiva e intervêm na sustentação do emprego ou da renda dos desempregados” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2002, p. 416-417).

Adota-se o conceito de aparato e práticas de ajuste social (APAS)⁵³ (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000, p. 46), no intuito de fazer a relação com os documentos elaborados pelos organismos internacionais, ao se referirem à “solidariedade” que deve haver para a efetivação e a redução das desigualdades sociais. Pensar o sistema de proteção social pautando o alcance, o subsídio estatal, a sofisticação, os “aparatos de ajuste”, torna “[...] manifesta mais uma vez a propensão das classes dominantes da América Latina para experimentar e improvisar com as classes populares [...]” e evidencia “[...] seu propósito de transformar a base social e cultural da mobilização” (ALVAREZ, DAGNINO, ESCOBAR, 2000, p. 46).

Para a efetivação das políticas econômicas de recorte teórico neoliberal a utilização deste “aparato social”, visa criar “novas categorias de clientes entre os pobres e introduzindo novos discursos individualizadores e atomizados, tais como o do ‘desenvolvimento pessoal’, da ‘cidadania ativa’ e similares” (ALVAREZ, DAGNINO, ESCOBAR, 2000, p. 47). Portanto, os “aparatos e práticas de ajuste social” visam tornar os sujeitos atuantes nos programas, nos termos individualizadores e economicistas do mercado, buscando a despolitização e as práticas mobilizadoras, características dos movimentos de resistência contra a hegemonia. O espaço institucional identificado como privilegiado para a mediação entre o Estado e a sociedade são as chamadas organizações não-governamentais profissionalizadas (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000, p. 47).

A contra-proposta aos programas focalizados e seletivos, aqueles que visam atingir os “bolsões de pobreza”, as “ajudas aos países periféricos”, o “Terceiro Mundo”, a “garantia de ração básica diária”, as “frentes sociais de emergência”, está em contingenciar os mecanismos geradores dessas desigualdades (SILVA, 2004, p. 108). É necessário que se priorize um plano interventivo nas causas e não somente nas conseqüências, visto que, “[...] deslocar a questão social da pobreza para as margens parece ser mais fácil que intervir nos processos que a produzem, tendo em conta que este último exige um tratamento político mais que técnico”⁵⁴ (DUSCHATZKY, 2000, p. 17).

⁵³ Soares (2000) apresenta o conceito de “ajuste neoliberal”, onde, nesse modelo de acumulação, se verifica uma nova “reintegração social”, onde os pobres são uma categoria classificatória, algo das políticas focalizadas de assistência, massificando a dualidade perversa da lógica individual de forte e fraco, rico e pobre, incluído e excluído, ou seja: “[...] os direitos sociais perdem identidade e a concepção de cidadania se restringe; aprofunda-se a separação público-privado e a reprodução é inteiramente devolvida para este último âmbito; a legislação trabalhista evolui para uma maior mercantilização (e, portanto, desproteção) da força de trabalho; a legitimação (do Estado) se reduz à ampliação do assistencialismo” (SOARES, 2000, p. 13).

⁵⁴ No original: “[...] desplazar la cuestión social de la pobreza a los márgenes parece ser más sencillo que intervir en los procesos que la producen, teniendo en cuenta que esto último exige un tratamiento político más que técnico” (DUSCHATZKY, 2000, p. 17, tradução nossa).

As políticas econômicas de recorte teórico neoliberal, apesar de todos os ideários centrados no indivíduo, prevêem atendimento às demandas sociais, subordinando o social ao econômico. Nessa proposta, estaria também a resolução da crise, que se solucionaria a partir do domínio absoluto do mercado. A crítica a ser feita é que seria inviável, com os preceitos do mercado, sustentar um sistema historicamente desigual, portanto, “[...] sem a intervenção do Estado, o futuro do capitalismo na América Latina vai parecer um pesadelo” (SALAMA, 2003, p. 52).

Os sistemas de proteção social passam a ser implementados nas sociedades a partir do Estado que busca regular as condições para o processo de acumulação, ou seja,

[...] o Estado flexiona sua intervenção na esfera econômica e social, ao criar mecanismos de contratendência à queda da taxa de lucros e ao instituir políticas que favorecem o processo de acumulação monopolista, investindo nos setores de infraestrutura, transferindo recursos públicos para o setor privado e implementando políticas voltadas para a reprodução ampliada da força de trabalho, nelas incluídas a proteção social pública (MOTA, 2005, p. 125).

Começa-se a conformar um sistema de proteção social no Brasil em que as relações entre público e privado passam a se complementar. A crítica está na forma com que se implementam e também nos objetivos e necessidades dessas “fusões” entre Estado e mercado,⁵⁵ bem como na contemplação da sociedade civil nestas conformações. Portanto, ao estudar-se a trajetória nacional, verifica-se que a constituição do sistema de proteção social não está “descolada” das relações entre Estado e sociedade, tampouco, nas últimas décadas, do âmbito da esfera do mercado. É a partir desses espaços que se desenvolve o debate das relações que se estabelecem entre os sujeitos sociais na consolidação dos direitos, numa perspectiva pública e universal.

⁵⁵ “Na ideologia capitalista, o mercado não implica compulsão, mas liberdade. Ao mesmo tempo, esta liberdade é garantida por alguns mecanismos que asseguram uma economia racional, na qual a oferta se equipara à demanda, colocando a disposição mercadorias e serviços que as pessoas escolhem livremente. [...] Nesse raciocínio, o capitalismo, suprema ‘sociedade de mercado’, é a situação ótima de oportunidade e escolha: há mais bens e serviços a oferecer, mais pessoas têm maior liberdade de vender e obter lucro com sua venda, e mais pessoas têm maior liberdade de escolher entre esses bens e serviços e comprá-los” (WOOD, 2001, p. 16).

2.4 O projeto de “contra reforma” do Estado: a (con) fusão do público e do privado

O sistema de proteção social, através da seguridade social, materializou-se legal e institucionalmente neste século XXI, em conformidade com as políticas econômicas de recorte teórico neoliberal propostas através das reformas estabelecidas no final do século XX. A legalidade estabelecida regula as relações entre sociedade e Estado, na perspectiva de atender à lógica do mercado. O sistema de proteção configura-se na abertura dos cofres públicos, com a mínima participação da sociedade nas decisões e no direcionamento da aplicação das verbas para a gestão privada, ou seja, ocorre um retorno (através dos impostos e incentivos fiscais) financeiro para a iniciativa privada aplicar o dinheiro público em projetos sociais, ambientais e culturais. Apesar disso,

O Estado passa por importantes mudanças, mas não se retira da cena da gestão da reprodução social. O seu papel é modificado, modernizado, reduzido, mas não abolido. Pelo contrário, pode até voltar a ampliar-se. Educação, saúde, seguridade social, políticas sociais são componentes essenciais na intransferível missão do Estado (SILVA, 2004, p. 155).

A composição do sistema de seguridade social no Brasil, construída pelos segmentos da sociedade que defendem a perspectiva dos direitos públicos e universais e que não chega a sua plenitude, acaba por ser apropriada pela iniciativa privada, que a busca através do discurso das práticas “solidárias” (de “ajuda”), por meio de desenvolvimento de programas de ajuste social, dando um diferente direcionamento social, sensibilizando e mobilizando de forma fragmentada e despolitizada, desestabilizando o que é público, ampliando as práticas solidárias, desresponsabilizando socialmente o capitalismo.

Ao se referir a constituição do sistema de proteção social brasileiro — apesar de visar a universalização das políticas públicas sociais — não se está descartando a participação institucional do “privado”, no sentido de que o empresariado tem participação na formulação das políticas. Nesse sentido, tem-se uma conformação diferenciada por parte do empresariado, na busca da construção da sua hegemonia, que, anteriormente, pensava apenas na reprodução da força de trabalho (MOTA, 2005, p. 155). Nessa conformação da relação entre Estado, sociedade e mercado, a questão social “[...] deixa de ser objeto específico da atuação do Estado e passa a ser também foco da ação empresarial, como parte da formação de outra cultura” (MOTA, 2005, p. 156).

Os mecanismos utilizados pelo empresariado para a desqualificação dos recentes direitos sociais adquiridos estão na lógica inversa da classe trabalhadora, culpabilizando a proteção social pela crise econômica. Utilizam-se termos e expressões apontadas para uma “ideologia da globalização” ou, ainda, para a fortificação da hegemonia capitalista através da “[...] revitalização da cultura da benemerência em suas vertentes laicas ou confessional, aí destacado o voluntariado, seja pelos apelos à responsabilidade social da empresa cidadã ou à comunidade solidária” (SILVA, 2004, p. 28).

Mesmo as recentes iniciativas estabelecidas de regulação legal, no que confere à área social, têm o Estado como principal financiador, apesar de haver uma “[...] tendência de complementaridade e de mixagem das ações do Estado, da sociedade civil e do mercado, fomentando as ações privadas na área da seguridade social” (SILVA, 2004, p. 137). Há condições básicas para compor um sistema de proteção que visa ao estabelecimento de aplicação de um bem público pelo e ao coletivo, universal e solidário, dessa forma, “[...] a seguridade social constitui um lócus privilegiado de processamento e mediação das contradições relacionadas às formas de geração, apropriação e distribuição de riquezas” (SILVA, 2004, p. 137-138).

Em plena transição e aprovação de mecanismos democráticos e públicos, no Brasil, ao final da década de 90 do século XX, constituíram-se leis que, implicadas pela “contra reforma” do Estado, começam a formar um arcabouço legal de descentralização das atribuições dos conselhos de políticas públicas, de redução do controle social por parte da sociedade civil e de redução considerável da gestão pública através do Estado. Essas regulamentações ampliam, portanto, a iniciativa empresarial e as prerrogativas voltadas aos fins privados. Para tanto, não foi possível sequer implementar os preceitos constitucionais que, concomitantemente, foram criando impedimentos a tais propostas.

Toda a luta do processo constituinte, dos movimentos sociais, dos partidos de esquerda e dos diversos segmentos sociais ocorreu com base em uma agenda reformista que previa os preceitos progressistas e democrático. O que se estabelece na agenda chamada reformista, na verdade, é uma proposta de “contra reforma” do Estado,

Trata-se da agenda da inserção subalterna do país na economia internacionalizada do final do século XX, e informa que o prenúncio do novo século contribuiu para as construções ideológicas da modernidade: tratar-se-ia de nosso passaporte para o futuro. À nova agenda, concorrem expressões tais como ‘ajuste estrutural’, ‘globalização’, ‘neoliberalismo’, ‘Estado mínimo’, dentre outras. A adaptação do Brasil à ordem mundial, nas condições impostas pelo Capital, passou a demandar, dentre outras medidas, a revisão da constituição, mas também da legislação complementar e ordinária (RIZZO, 2005).

A ilustração desses processos de desapropriação do bem público, em contraproposta à ampliação do privado, é objeto de ilustração da “nova” configuração do sistema de proteção social brasileiro, abordado através das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público. No Brasil, a busca pela desconstituição dos direitos sociais vem sendo assumida pelas práticas utilitárias que as propostas neoliberais criaram, ao responsabilizar a sociedade civil por atribuições centradas e de responsabilidade do Estado. Essas práticas ganham corpo através das instituições privadas sem fins lucrativos, que, acabam por se utilizar das estratégias para se manterem. Os preceitos da “contra reforma”, de atender aos privilégios do mercado, reduzem o poder do Estado e ampliam as responsabilidades da sociedade civil, que acaba por ser culpabilizada pela situação de desigualdade que aumenta a cada ano, no País.

A capacidade de rápida implementação das propostas das políticas econômicas de recorte neoliberais, através do plano diretor para a “contra reforma”, faz com que, no Brasil, a reforma defendida na Constituinte seja descartada, isto é, não se considera a Constituição Federal de 1988 como uma reforma democrática, que, mesmo com o poder de persuasão da retórica neoliberal, acaba demonstrando mecanismos consolidados, como os Conselhos de Políticas Públicas e de Defesa dos Direitos, nas Câmaras Setoriais, nos Orçamentos Participativos e nos meios políticos, intelectuais e da sociedade civil (BEHRING, 2000, p. 45; DINIZ, 1996).⁵⁶

A “contra reforma” busca centralizar sua retórica no cidadão, enquanto melhor beneficiário desta, inclusive justificando a necessidade de individualização, sendo estes “[...] mais conscientes dos seus direitos individuais, mas também mais solidários, embora isto possa parecer contraditório, porque mais aptos à ação coletiva e portanto mais dispostos a se organizar em instituições de interesse público ou de proteção de interesses diretos do próprio grupo” (PEREIRA, 1997, p. 52).

Entende-se essa reforma, viabilizada no Governo Fernando Henrique, como uma “contra reforma” que, ao contrário do que pretende a proposta, “[...] se compôs de um conjunto de mudanças estruturais regressivas sobre os trabalhadores e a massa da população brasileira, que foram também antinacionais e antidemocráticas” (BEHRING, 2003, p. 281). No Brasil, a “contra reforma” também é implementada pelo mecanismo da “política de defesa do capital de empréstimo” e da “política fiscal de isenção do capital”. Ou seja, não se pensou em novos meios de produção, mas sim, nos oligopólios internacionais. Dessa maneira, a perversidade do sistema conquista os países do Terceiro Mundo, incluindo o Brasil, onde a

⁵⁶ Para um maior aprofundamento da discussão da proposta de reforma do Estado que culmina em tais experiências, ver DINIZ (1996, p. 25).

“[...] adaptação à dinâmica do capitalismo contemporâneo foi destrutiva das possibilidades de autonomia de um país que deu saltos para frente pela via de processos de modernização conservadora, mas que na última década deu passos para trás pela via da “contra reforma” do Estado [...]” (BEHRING, 2003, p. 247).

As reformas do Estado foram sistematizadas através do **Plano Diretor da Reforma do Estado** (BRASIL, 1995), elaborado pelo Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado, aprovado pela Câmara da Reforma do Estado e submetido ao Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, que o aprovou. Verifica-se que, conforme as propostas, tanto em âmbito teórico como prático, dadas as limitações temporais, essa “contra reforma” foi viabilizada através de suas estratégias institucional-legal (reforma do sistema jurídico e das relações de propriedade), cultural (cultura burocrática para uma cultura gerencial) e de gestão pública (introdução da administração gerencial) (BRASIL, 1995).

A “contra reforma” queria romper com a burocracia, tendo por base os sistemas gerenciais do mercado, mas “[...] na verdade, nenhuma reforma do aparelho de Estado feita sob o capitalismo tem como se objetivar contra a burocracia, em nome da superação de algum ‘defeito estrutural’ que esse modelo conteria” (NOGUEIRA, 2004, p. 42-43).

Os objetivos e os princípios previstos no plano previam uma implementação de forma gradual: “[...] não pretende esgotar a tarefa de reformar o aparelho do Estado, mas tem o firme propósito de tornar irreversível o processo de mudança através de resultados imediatos no curto prazo, e outros de mais longo alcance nos médio e longo prazo” (BRASIL, 1995, p. 56). Conforme documentos governamentais, constituídos em plena “contra reforma” do Estado brasileiro, as organizações sociais são estratégicas no plano, cuja proposta está “[...] em incentivar a publicização, ou seja, a produção não lucrativa pela sociedade de bens ou serviços públicos não exclusivos de Estado” (BRASIL, 1997, p. 7).

Portanto, o capitalismo sempre precisou das funções desempenhadas pelo Estado, principalmente no que concerne ao social, sendo este último uma “[...] arena de disputas fundamentais em torno de decisões que, no plano da vida nacional, criam as condições para a revitalização do capitalismo em escala global” (SILVA, 2004, p. 155). A partir do entendimento de que o Estado é incapaz de dar conta da questão social, inventa-se a crise estrutural do mesmo e divulga-se a auto-sustentabilidade, ou manutenção pela sociedade civil⁵⁷. Dessa maneira, tem-se o fortalecimento da “[...] dicotomia entre ‘público’ e ‘privado’,

⁵⁷ A sociedade civil, nesse caso, está “[...] deslocada da esfera estatal e atravessada pela racionalidade do mercado, tornando-se, em última instância, espaço de articulação dos interesses de instituições privadas que controlam o Estado e negam a existência de projetos de classe diferenciados” (SIMIONATTO, 2003, p. 284).

caracterizando-se por público tudo o que é ineficiente, aberto ao desperdício e à corrupção, e, por privado, a esfera da eficiência e da qualidade” (SIMIONATTO, 2003, p. 281). Para tanto, existe uma disputa pela hegemonia, centrada em pensar um Estado diferente, ou seja:

[...] se quisermos, grosso modo, um Estado para proteger o mercado e para alocar recursos, podemos pensar em reformá-lo a partir de uma ótica dominante ‘gerencial’, mais concentrada em custos e números (orçamentos, funcionários, órgãos e organizações). Se, em vez disso, desejarmos um Estado para dignificar a vida coletiva — um Estado para a sociedade civil —, não teremos como deixar de pensar em uma reforma de natureza qualitativa, democrática, fortemente concentrada nas finalidades e na dimensão ética do Estado (NOGUEIRA, 2004, p. 87-88).

Dada a importância da “contra reforma” ao tema em discussão, salienta-se que as organizações sociais “[...] podem ser a forma de gerir negócios públicos, que não necessitam ser estatais, em que a competitividade pode ser uma forma copiada da iniciativa privada, sem assumir os riscos desta” (OLIVEIRA, 2001, p. 146). Portanto, há um reordenamento institucional das novas organizações sociais da “contra reforma” que passam a estar sob a égide da economia de mercado.

O mercado, idealizado, e a competição que se dá nos mercados. O que está por trás de tudo é a concepção liberal clássica de que o mercado é o lugar da autonomia do indivíduo, mas não do cidadão. No centro da opção pelo mercado, no liberalismo, é autonomia do indivíduo rompendo com as regras e costumes da tradição, que reproduzia eternamente o mesmo (OLIVEIRA, 2001, p. 147).

Portanto, a idéia de redução do Estado e de ampliação e priorização ao mercado tornou as sociedades latino-americanas “[...] mais tensas, violentas, inseguras e fragmentadas. Paradoxalmente, quanto mais o mercado se desvencilhou do Estado, mais se mostrou despreparado para funcionar sem um Estado” (NOGUEIRA, 2004, p. 54). Precisa-se localizar a discussão sobre as políticas sociais sob um momento em que as propostas das políticas econômicas de recorte teórico neoliberal também começam a permear os espaços do Estado e da sociedade. Contudo tem-se uma nova coalizão de forças para enfrentar as demandas do sistema capitalista entre o Estado, o mercado e o terceiro setor, que conformam um Estado pluralista (PEREIRA, 2004). Nesse sentido, o Estado materializa-se de forma máxima para o capital e mínima para o trabalho. Assim, têm-se experiências onde o terceiro setor formula, participa, gestiona e fiscaliza os projetos voltados para a efetivação das políticas sociais. Tem-se o controle por parte do terceiro setor, por exemplo, em denúncias contra o próprio Estado, “desde violações de direitos humanos até omissão no cumprimento de compromissos públicos, nacionais ou internacionais” (VIEIRA, 1998, p. 68).

Porém verifica-se que o terceiro setor busca, no Estado, a base para seu funcionamento, ou seja, o processo mais comum que vem ocorrendo no terceiro setor é que:

De um lado, aliam-se com o Estado para exigir do mercado o equacionamento dos custos sociais e ambientais da produção exigido pelo desenvolvimento sustentável; de outro lado, aliam-se ao mercado para exigir do Estado a realização de reformas democráticas que aumentem sua eficácia administrativa (VIEIRA, 1998, p. 68).

Inserese, assim, a sociedade civil nas discussões sobre a reforma do Estado, ou seja, “[...] hoje, é quase unânime o argumento de que só pode haver reforma que produza um Estado ativo, competente e democrático, se ela trouxer consigo uma sociedade civil igualmente forte, ativa e democrática” (NOGUEIRA, 2004, p. 58).

Não seria necessário reescrever o que críticos vêm sistematizando, nos últimos anos, sobre as propostas e os documentos idealizados da “contra reforma”, mas vale ressaltar como esta vem se consolidando através da redução do papel do Estado, principalmente no que se refere às respostas sociais, pautadas através da responsabilização da sociedade e instituídas através das organizações sociais e das associações e fundações de direito privado sem fins lucrativos. O essencial é não substituir os interesses coletivos públicos pelos individuais privados, ou seja, deve-se levar em conta a totalidade do social, não fragmentando as ações em grupos, mas, sim, fortificando os espaços públicos para a concretização de uma hegemonia voltada aos princípios democráticos.

2.5 A nova regulação: contra-argumento a seguridade social pública

As novas regulações propostas a partir da “contra reforma” do Estado prestam-se à (des)regulação, a começar pelas contradições das organizações, caracterizadas principalmente pela ordem de serem “jurídica privada”, complementadas pela finalidade “sem fins lucrativos”.⁵⁸ Verifica-se, assim, uma incoerência nessas regulações, haja vista a quantidade de verbas públicas que são destinadas a organizações que estão enquadradas nessas propostas reestruturantes. Ou seja, instituições sem fins lucrativos, geridas com quantidades não reveladas de verbas públicas, cuja destinação é para fins privados. Revelam-se ainda as organizações que de estatais passam a ser privadas e mantidas pelo Estado, como no caso das organizações sociais reguladas pelos contratos de gestão, que caracterizam o ideal proposto pela “contra reforma” na privatização do espaço estatal. Dentre outras “vantagens” mercadológicas, estão as possibilidades de realizar a contratação de trabalhadores sem concursos públicos, privatização de serviços, desregulamentação dos critérios de compra de

⁵⁸ Essa definição está inclusive na recente atualização do Código Civil Brasileiro (BRASIL, 2002).

materiais, sem a necessidade de licitação, dentre outras estratégias que visam veladamente o lucro e a desapropriação do bem público. Para além dessa regulação, criam-se procedimentos utilizados na relação estabelecida entre o público e o privado, como, por exemplo, as qualificações e os instrumentos instituídos: Registro no Conselho Nacional de Assistência Social (utilidade pública); Certificado de Entidade Beneficente (antigo de Fins Filantrópicos); Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (termo de parceria).

Dadas a dificuldade e o não-amadurecimento das discussões em torno do terceiro setor, apresentam-se algumas definições do mesmo. Não é por nada que estão inseridas nessa classificação entidades filantrópicas, ONGs, associações e grupos comunitários de perfis diversos. Nesse sentido, a crítica é que essa equivalência é

[...] construída por referência a uma medida não-política que faz referência a uma noção moral de responsabilidade, entendida como dever de solidariedade em relação aos pobres [...] o discurso sobre o terceiro setor omite a tessitura democrática construída na interface entre Estado e sociedade por meio de espaços de participação, de representação e negociação política (TELLES, 2001, p. 160).

A discussão perpassa uma definição para o terceiro setor, que deixe de tratar todas as instituições fora do âmbito do Estado como pertencentes a ele. Uma das conceituações mais utilizadas supõe um “primeiro” e um “segundo” setor, referindo-se ao Estado e ao mercado, remetendo à negação, “nem governamental, nem lucrativo”. O terceiro setor não é Estado e sequer mercado, mas, sim, um setor “privado, porém público”.

Em termos explícitos o conceito designa simplesmente um conjunto de iniciativas particulares com um sentido público. Enquanto a noção de uma ‘sociedade civil’ coloca-nos numa posição complementar e sistêmica ao Estado, a idéia de um ‘terceiro setor’ orienta a reflexão para outras direções, sem fronteiras definidas, mas com o foco na ação social (FERNANDES, 1994, p. 127).

No sentido de entender essa relação do terceiro setor, vale apresentar o espaço privado, porém público. O que compõe o setor público é o conjunto de órgãos e empresas industriais ou de serviços pertencentes ao Estado (transporte, educação, energia, saúde). Já o setor privado compreende o mercado, sendo o “[...] conjunto de empresas particulares e propriedades urbanas e rurais pertencentes a pessoas físicas ou jurídicas cujo controle não é de responsabilidade do Estado” (SANDRONI, 2003, p. 555).

Na realidade, o que permeia o terceiro setor é uma corrente muito forte de pensadores neoliberais, cujas idéias são

[...] umbilicalmente contrário ao Estado de bem-estar, porque seus valores individualistas são incompatíveis com a própria noção de direitos sociais, ou seja, direitos que não são do homem como cidadão, mas de categorias sociais, e que se destinam a desfazer o veredicto dos mercados, amparando os perdedores com recursos públicos, captados em grande medida por impostos que gravam os ganhadores (SINGER, 2003, p. 254).

Existem algumas debilidades teóricas sobre o terceiro setor. Entre elas, uma relacionada ao termo “terceiro”. Seria o terceiro setor quem estaria entre o Estado e o mercado, dando conta de superar a dualidade público-privado e da equiparação público-estatal. Outra debilidade seria quanto à sua composição, que ora engloba organizações formais; ora, as atividades informais, individuais, *ad hoc*; ora não inclui as associações empresariais; ora, os sindicatos, os movimentos políticos insurgentes, as seitas (MONTAÑO, 2003, p. 55).

No Brasil, a definição de terceiro setor não seria necessária, dada a acepção legal que as instituições possuem. O parâmetro de definição conceitual para as organizações brasileiras⁵⁹ dá-se no avanço legislativo que qualifica as mesmas, permitindo, assim, que não se enquadrem, de maneira utilitária, essas entidades no chamado e indefinido terceiro setor. As fundações privadas e as associações sem fins lucrativos recebem essas classificações por serem privadas, não integrantes, portanto, do aparelho de Estado; sem fins lucrativos, isto é, organizações que não distribuem eventuais excedentes entre os proprietários ou diretores e que não possuem como razão primeira de existência a geração de lucros — podem até gerá-los desde que aplicados nas atividades fins; institucionalizadas, isto é, legalmente constituídas—; auto-administradas ou capazes de gerenciar suas próprias atividades; e voluntárias, na medida em que podem ser constituídas livremente por qualquer grupo de pessoas, isto é, a atividade de associação ou de fundação da entidade é livremente decidida pelos sócios ou fundadores (ADMINISTRAÇÃO..., 2003, p. 17).

Dessa forma, tem-se uma base conceitual jurídica e que define o papel das organizações. Essa base, no entanto, é produto das disputas de interesses muito complexos e que, ao oferecerem elementos legais, podem subsidiar luta pela obtenção dos direitos sociais. A questão legal no Brasil está condicionada às relações sociais que não estão sendo atendidas, ou seja, “[...] o problema está nas dificuldades de investir a esperança de justiça na esfera mundana das leis e traduzi-las na linguagem pública dos direitos, enquanto exigência coletiva que cobra da sociedade suas responsabilidades nas circunstâncias que afetam suas vidas” (TELLES, 2001, p. 86).

Entre outros sinônimos que vêm se utilizando para o terceiro setor, estão as chamadas organizações não-governamentais, as entidades filantrópicas, as instituições autônomas ou sem fins lucrativos. Instituições que não fazem parte do Estado, são privadas e não visam ao lucro. No Brasil, conforme o Código Civil (BRASIL, 2002), a entidade que não

⁵⁹ A legislação brasileira define duas formas institucionais para as organizações sem fins lucrativos: as fundações privadas e as associações civis sem fins lucrativos (ADMINISTRAÇÃO..., 2003, p. 17).

visa a fins lucrativos deve ser registrada juridicamente como associação civil ou fundação. O caso das OSCIP, que, na ótica neoliberal, são sinônimas de terceiro setor, em verdade, não passa de mais um tipo de registro facultativo⁶⁰.

Observa-se também que, para atingir a sociedade, enquanto partícipes dos processos sociais, se criou a Lei do Voluntariado (BRASIL, 1998) que permite a utilização do trabalho sem responsabilização por vínculos trabalhistas. Ainda está em processo de regulação a responsabilidade social⁶¹, que estabelece princípios compensatórios aos projetos sociais e de lucro sobre o social, visto o aumento de adesão das empresas privadas brasileiras que realizaram ações sociais em benefício das comunidades (INSTITUTO DE PESQUISA..., 2006). Expressões como detentora de mérito social ou de interesse público foram cunhadas pelos agentes do poder público para designar organizações privadas que prestam serviços de interesse social, coletivo — em uma palavra — público. Ter mérito social significa, portanto, ampliar o alcance da ação social do Estado e compartilhar responsabilidades quanto àquela missão (SILVA, 2004).

Sob a perspectiva das reformas, o Estado passa a ser o principal “vilão” e causador da “crise do capital”, por esse viés, transcendendo a economia. Através da “contra reforma”, tratou-se de — com probabilidades liberais, privatista, terceirizadas e mercadológicas — modificar as estruturas institucionais que visam dar conta do sistema de proteção social. A partir de axiologias de desqualificação do Estado (ineficaz, burocrático, corrupto, inviável, ineficiente, inepto, dispensável, desnecessário, dentre outras), passa-se a promover uma cultura de desmonte deste, para que as adesões às “novas” propostas sejam aceitas e destacadas no senso comum como a “salvação para os problemas sociais”. Com o discurso desqualificador do Estado, “[...] vem se fortalecendo a dicotomia entre ‘público’ e ‘privado’, caracterizando-se por público tudo o que é ineficiente, aberto ao desperdício e à corrupção, e por privado a esfera da eficiência e da qualidade” (SIMIONATTO, 2000, p. 12). Na concepção da “contra reforma”, o Estado é quem deve ser o único responsável na distribuição da renda, sendo, inclusive, em outras funções, ineficaz e atravancador dos processos, “[...] o

⁶⁰ Os títulos, declarações e qualificações podem ser: de Utilidade Pública Federal; Registro no Conselho Nacional de Assistência Social; Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social; e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

⁶¹ A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) publicou as normas: **Responsabilidade social — Sistema da gestão — Requisitos**, que “[...] estabelece os requisitos mínimos relativos a um sistema da gestão da responsabilidade social, permitindo à organização formular e implementar uma política e objetivos que levem em conta os requisitos legais e outros, seus compromissos éticos e sua preocupação com a: promoção da cidadania; promoção do desenvolvimento sustentável; e transparência as suas atividades” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS..., 2004) e **Responsabilidade social — Sistema de gestão — Qualificação de auditores**, que “[...] fornece orientações aplicáveis para a competência de auditores de sistemas de gestão da responsabilidade social” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS..., 2005).

controle estatal tem ainda o problema de submeter a operação das empresas a critérios políticos muitas vezes inaceitáveis, e a confundir a função da empresa, que é a de ser competitiva e ter lucros, com a do Estado, que na área econômica pode ser a de distribuir renda” (PEREIRA, 1997, p. 23).

A justificativa e a necessidade de abordar o processo de “contra reforma” no Brasil está em que as organizações privadas sem fins lucrativos “[...] tem sido uma marca recorrente em processos de reforma do Estado nas democracias contemporâneas” (BRASIL, 1997, p. 7). Faz-se questão de citar parte do texto que propõe esse mecanismo, no sentido de que as propostas, conforme suas intenções, estão em vigor, e muitas vezes não se tem a dimensão do que está implementado ou em fase de implementação. Basta um exemplo ocorrido no Rio Grande do Sul, a apresentação do documento **A Crise do Estado: Reformas para Racionalizar a Máquina Pública** (FEDERAÇÃO..., 2004), que deu base recentemente, aos Projetos de Lei nº 94 e 95/2006, que dispõem sobre a qualificação de entidades como Organizações Sociais e sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e instituem o Termo de Parceria, respectivamente, em âmbito estadual.

A necessidade de melhorar o sistema de proteção social brasileiro está inserida nas propostas do ajuste fiscal, ou seja, a retórica de que a “contra reforma” iria rebater principalmente na seguridade social, através de princípios democráticos e cidadãos, se apresenta de forma a conduzir o senso comum à participação da sociedade civil, no sentido de acobertar a inserção do País em uma lógica de ordem internacional de submissão e cordialidade. No Brasil, ironicamente, as propostas da “contra reforma” acabam por se conformar em contradições:

[...] argumenta-se que o problema está localizado no Estado, donde é necessário refuncionalizá-lo para novas requisições, corrigindo distorções e corrigindo custos; enquanto isso, a política econômica corrói aceleradamente os meios de financiamento do Estado brasileiro por meio de uma inserção na ordem internacional que deixa o país à mercê dos especuladores no mercado financeiro, de forma que todo esforço de redução de custos preconizado escoar pelo ralo do crescimento galopante das dívidas interna e externa (BEHRING, 2000, p. 67).

Para essa análise, a crítica de maior relevância quanto à “contra reforma” do Estado reporta-se à publicização⁶². Essa “produção de bens públicos” desconsidera a construção dos direitos sociais, da seguridade social e principalmente da Constituição Federal de 1988,

⁶² “Publicização refere-se à produção não-estatal de bens públicos, por entidades situadas no âmbito do denominado terceiro setor (setor de serviços não orientado para o lucro). O projeto Organizações Sociais baseia-se na publicização de atividades relacionadas à produção de bens públicos realizadas por entidades estatais, ou seja, permitir sua absorção por entidades não-estatais orientadas para certas políticas públicas” (BRASIL, 1997, p. 17).

desmembrando o tripé das políticas sociais públicas, principalmente ao atribuir a responsabilidade de gestão às organizações sociais e OSCIP, estrategicamente criadas na mesma lógica desfragmentadora. Estas últimas, inclusive, por se aportarem aos conselhos de políticas públicas, somente com fins consultivos. As OSCIP estão cadastradas no Ministério da Justiça⁶³ principalmente por burlar o controle social instituído e atribuído aos conselhos paritários e deliberativos. As OSCIP passam a contemplar a proposta da “contra reforma” do Estado, pois, através dela, é possível a terceirização e/ou a privatização da seguridade social, por meio das políticas sociais. Ou seja, as atividades que são de responsabilidade do Estado passam a ser transferidas ao setor privado, mantido por verba pública.

As OSCIP foram concebidas, no Brasil, como instrumento de viabilização e implementação de políticas públicas, a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso, instituídas pela Lei nº 9.790/99, mais conhecida como a Lei do Terceiro Setor. O berço das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público está no **Programa Comunidade Solidária**⁶⁴ e visam política e ideologicamente, bem como através de suas práticas, desmontar a construção da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS):

[...] implode prescrições constitucionais que viabilizariam integrar a Assistência Social em um sistema de Seguridade Social, passa por cima dos instrumentos previstos na LOAS, desconsidera direitos conquistados e esvazia as mediações democráticas construídas (TELLES, 2001, p. 157).

O que caracteriza a qualificação de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público é ser pessoa jurídica, de direito privado e sem fins lucrativos; atender aos objetivos sociais e às normas estatutárias previstas na lei. As entidades têm que obedecer, ao mesmo tempo, aos critérios de finalidade — não ter fins lucrativos e desenvolver determinados tipos de atividades de interesse geral da sociedade (BRASIL, 1999).

A adesão à qualificação pode ser acessada por consulta ao sítio do Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação (DJCTQ) da Secretaria Nacional de Justiça⁶⁵, sendo que existem, no Brasil, 3.748 entidades “enquadradas” na nova lei. Atualmente, no Estado do Rio Grande do Sul, existem 175 e, em Porto Alegre 66. A lei apresenta algumas “inovações”, como o Termo de Parceria, sendo este um instrumento jurídico para a realização

⁶³ Sua missão está centrada na garantia e na promoção da cidadania, da justiça e da segurança pública, através de uma ação conjunta entre o Estado e a sociedade.

⁶⁴ Esse projeto, depois de estar inserido como um programa governamental no período do Governo Fernando Henrique Cardoso, sob o comando de Ruth Cardoso, primeira dama, passou a ser OSCIP. Ruth Cardoso foi presidente do Conselho da Comunidade Solidária. Este projeto tem se mantido até agora e, em de 2004, lançou um fundo de investimentos pelo Deutsche Bank do Brasil, o Mercatto Gestão de Recursos, onde se pretende captar, num prazo de 12 meses, R\$ 100 milhões (COTTA, 2004).

⁶⁵ Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação (DJCTQ) da Secretaria Nacional de Justiça. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/snj/oscip/>>. Acesso em: jan. 2007.

de parcerias unicamente entre o poder público e as OSCIP, para o fomento e a execução de projetos. Essa “parceria” surge em concomitância ao processo de retração do Estado e das privatizações das políticas sociais,

[...] levando a dualidade no acesso a esses serviços, criando um setor público para pobres, sem recursos e cada vez mais desfinanciado; e, de forma ‘complementar’, um setor privado (representado hoje por empresas e conglomerados financeiros de seguro) para quem pode pagar e, o que é mais grave, cada vez mais subsidiado com recursos públicos (SOARES, 2000, p. 91).

Essa “parceria” visa à obtenção de recursos públicos, a fim de financiar as atividades desenvolvidas pelas OSCIP. O papel dos Conselhos de Políticas Públicas é consultivo, não podendo induzir modificação das obrigações estabelecidas pelo Termo de Parceria celebrado, devendo fazer os encaminhamentos de recomendações e sugestões ao órgão estatal, para que o mesmo adote as providências cabíveis.

As OSCIP podem remunerar seus dirigentes. Essas organizações, anteriormente à lei, se utilizavam de outros meios (não legais) para a remuneração dos mesmos, não sendo “[...] prática incomum a distribuição disfarçada de lucros aos sócios ou o pagamento de remuneração aos dirigentes por meio de expedientes que visam a ocultar do Fisco^[66] a natureza remuneratória dos pagamentos” (CARVALHO, 2005, p. 27).

Comporta fazer referência à própria legislação discutida no período de conformação do marco legal que não contemplou as defesas e preocupações vislumbradas pelas organizações implicadas na garantia de atendimento as suas necessidades, devido, a gama de projetos de leis⁶⁷ que ainda tramitam e de regulações que estão em pauta e vinculadas a essas instituições de direito privado e sem fins econômicos. As discussões, nesse âmbito, nunca são esgotadas, dadas as dificuldades de controle sobre essas instituições. Recentemente, o Ministério do Desenvolvimento Social apresentou um decreto que estabelece mais um critério para a Certificação às Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS), ou seja, para obter o certificado e as respectivas isenções fiscais, as entidades deverão atender unicamente a pessoas com renda familiar *per capita* inferior a meio salário mínimo (ZAVALA, 2006). Ou, ainda, está na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 5.974/2005, de autoria do Senado, que tem como objetivo estimular doações de pessoas físicas e jurídicas a entidades ambientalistas ou a fundos governamentais, como o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), por intermédio de descontos no Imposto de Renda (MEDEIROS, 2006).

⁶⁶ “[...] o fisco é parte da administração pública (municipal, estadual ou federal) encarregada da arrecadação e fiscalização dos impostos, taxas e tributos” (SANDRONI, 2003, p. 244).

⁶⁷ Segundo a Associação Brasileira de Associações Não-Governamentais (ABONG), hoje tramitam sete projetos de lei no Senado Federal e 17 na Câmara dos Deputados relacionados às atividades das ONGs (AQUINO, 2005).

No Brasil, tem-se um sistema de proteção social dos segmentos com acesso ao mercado e outro destinado aos pobres. A questão social passa a ser enfrentada através de um “[...] somatório de políticas e programas sociais setorializados, sem a presença de um projeto para a sociedade que os articule e imprima um sentido político ao seu conjunto” (COHN, 2000). A política social brasileira tem como marco legal a Constituição de 1988 e prevê a proteção social a partir da seguridade social, através de políticas “[...] reconhecidas como direitos sociais e associadas diretamente ao núcleo de proteção social, que envolve programas e ações de educação, cultura, proteção ao trabalhador, habitação, urbanismo e saneamento básico” (CASTRO; CARDOSO JÚNIOR, 2006, p. 9).

As respostas à questão social não estão somente voltadas ao Estado, mas também aos interesses do sistema capitalista, isto porque a mesma é resultado das próprias contradições advindas do capitalismo e de sua necessidade de exploração e acumulação para manter-se, assim como da relação com o trabalho livre, do crescimento econômico e, ainda, da situação das conquistas e manutenção dos direitos civis, políticos, sociais e das políticas públicas, tendo em vista o empobrecimento da classe trabalhadora.

Ao se tratar de interesses mercantis, estes se vinculam aos interesses privatistas. Portanto, as fusões previstas na “contra reforma” do Estado entre público e privado — com as denominações de “sociedade civil de interesse público”, “responsabilidade social”, “empresa cidadã”, “socialmente responsável”, “filantrópica”, “parceria público-privado”, “setor social” — necessariamente devem carregar consigo os critérios públicos que visem compor um sistema de proteção social embasado nos direitos sociais, que preze a universalidade, a democracia, a justiça social, a equidade, a igualdade e a solidariedade. Nesse sentido, “[...] é preciso resistir à tendência de dissociar a política social da política econômica e a seguridade social do mercado” (SILVA, 2004, p. 200).

Nas últimas décadas do século XX, tem-se um crescimento da seguridade social privada, principalmente no que tange à saúde e à previdência, destacando que essa cobertura passa a atender aos serviços básicos, apelando, para atendimentos mais complexos, aos serviços públicos. Na política de assistência, verifica-se uma ampla rede de organizações “privadas” e “sem fins lucrativos” que visa dar conta do atendimento das mais diversas expressões da questão social. Têm-se ainda iniciativas resguardadas pela “responsabilidade social” das empresas, através de projetos focalizados e restritos a uma parcela de trabalhadores e que, apesar de serem privados, estão sendo subsidiados pelo Estado. É nessa perversa lógica que o público é “ruim”, e o serviço privado é “bom”, que a “cultura da crise” se estabelece na relação entre trabalhadores e empresários. Tem-se hoje, no Brasil, uma gama

de serviços voltados à área social que conformam um sistema economicamente centralizado no Estado, sendo o setor privado espaço privilegiado para execução dessas ações. Justifica-se a centralidade, ao destacar-se, por exemplo, a quantidade de serviços disponíveis nas áreas da saúde, assistência e previdência social.

Em termos elucidativos, enquanto ações sociais seguem alguns programas e projetos desenvolvidos pelo Governo: Programa Agricultura Familiar; Programa Bolsa-Família; Programa Cartão-Alimentação; Programa de Atenção Integral à Família (PAIF); Programa de Atendimento a Comunidades de Baixa Renda (PACBR); Programa de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual e Comercial de Crianças e Adolescentes; Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; Programa Fome-Zero; Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano; Projeto Apoio ao Agroextrativismo da Amazônia; Projeto Banco de Alimentos; Projeto Construção de Cisternas, dentre outros (BRASIL, 2006).

Faz-se a necessidade de programas que possibilitem a continuidade e a efetividade das ações, tendo por base a participação dos sujeitos, não havendo diferenciação de acessos ao direito de ter direito: “[...] os destinatários dos programas sociais vêm passar ‘o mundo’ mas não circulam por ele e converter-se em beneficiários efetivos não supõe diminuir as distâncias que os separam dos ‘outros’” (DUSCHATZKY, 2000, p. 16)⁶⁸.

A proteção social brasileira deve estar implicada na integralidade da seguridade social e na efetivação das políticas sociais públicas, principalmente abrangendo a universalidade, sendo seus sujeitos protagonistas nos processos de decisão, na participação, na transparência e na aplicação dos princípios democráticos e coletivos, visando à equidade e à justiça social.

⁶⁸ No original: “[...] los destinatários de los programas sociales vem pasar ‘el mundo’ pero no circulan por él y convertirse en beneficiarios efectivos no supone franquear las distancia que los separam de los ‘otros’” (DUSCHATZKY, 2000, p. 16, tradução nossa).

3 PROCESSO DA PESQUISA

Centraliza-se, neste capítulo, a pesquisa deste estudo, a fim de dar maior ênfase ao tema abordado, no sentido de instigar outras pesquisas, visto a carência de estudos sobre o mesmo voltados à área de conhecimento. Apresentam-se a proposta de investigação, seu problema, seus objetivos e a metodologia. Segue-se com a descrição dos momentos da investigação, apontando a importância da pesquisa para a construção de uma sociedade diferente. Realiza-se o tratamento estatístico, e, com a proposta da Análise de Conteúdo, explicitam-se suas etapas enquanto técnica, constituindo, assim, a dissertação. Sintetizam-se essas etapas através de um quadro metodológico (Apêndice A).

A proposta da pesquisa teve como objetivo desvendar a composição sociopolítica das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e as possibilidades de possíveis contribuições do trabalho dos Assistentes Sociais nesses espaços socioocupacionais, no intuito de potencializá-los. Para isso, propôs-se atingir os seguintes objetivos específicos:

- conhecer, sistematizar e analisar as características das OSCIP, para dar maior visibilidade a esse espaço;
- verificar a opinião dos Assistentes Sociais sobre o processo de trabalho nas OSCIP, a fim de desvendar suas contradições;
- discutir a efetivação do processo trabalho do Assistente Social nas OSCIP, visando contribuir para o aprimoramento dos referenciais teóricos e para a qualificação dos processos nesses espaços socioocupacionais;
- identificar quais as contribuições dos Assistentes Sociais para a garantia de direitos, na perspectiva de consolidação do projeto ético-político da profissão.

Enquanto propostas para a investigação, têm-se as seguintes questões norteadoras:

- quais as características e como se conformam as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público?
- qual a opinião do Assistente Social sobre o processo de trabalho nas OSCIP?
- como se efetiva o processo trabalho do Assistente Social nas OSCIP?
- como o Assistente Social contribui ou pode contribuir para a garantia de direitos nesses espaços socioocupacionais?

O material empírico, produto do processo de pesquisa, foi analisado a partir da Análise de Conteúdo. Para a utilização dessa técnica, consideram-se importantes as categorias

teóricas do Método Dialético Crítico (contradição, totalidade, historicidade), que são transversais a todo o trabalho. Quanto às categorias teóricas da realidade advindas das grandes categorias “trabalho” e “processo de trabalho”, têm-se: “Trajetória Profissional do Assistente Social”; “Serviço Social na Instituição”; “Teorias e metodologias”; “Instrumentos e técnicas”; “Projeto Ético-Político”; “Produtos do Serviço Social”. Estas, por sua vez, possibilitaram a análise das informações empíricas.

3.1 Primeiros procedimentos à coleta de dados

Os primeiros procedimentos da coleta de dados da pesquisa iniciaram por contato, via telefone, com as OSCIP, a fim de verificar a atuação de Assistentes Sociais. Este primeiro levantamento surge, para que se possa definir os instrumentos (Apêndice B), compostos de entrevistas semi-estruturadas que foram realizadas com os Assistentes Sociais que atuaram em OSCIP. O roteiro foi elaborado com perguntas que servem como eixo orientador para a entrevista, possibilitando, muitas vezes, elaborar outras questões de forma indireta, visando qualificar os dados obtidos.

Esse contato foi possível devido às informações cadastrais disponibilizadas pelo Ministério da Justiça, como nome, CNPJ, endereço, telefone, data de publicação e finalidade. No caso dos contatos telefônicos, apesar de muitos não estarem disponíveis, foram localizados pelo auxílio à lista⁶⁹, utilizando os dados do endereço. Alguns endereços correspondem ao endereço pessoal do representante legal da OSCIP. Quanto às OSCIP não encontradas, seus telefones não correspondiam ou depois de várias tentativas, não eram atendidos, algumas apresentavam endereços de residência, que informavam desconhecem o assunto, de outros estabelecimentos comerciais ou de escritório virtual⁷⁰.

⁶⁹ Sítio de busca de telefones por endereço, por nome ou por assunto. TELELISTAS. Disponível em: <<http://www.telelistas.net>>. Acesso em: ago. 2006.

⁷⁰ “Escritório virtual: espaço sem vínculo fixo com a empresa, usado por profissionais de diferentes origens empresariais” (COUTINHO, 2002).

Nesse levantamento, foi possível localizar uma instituição que teve seu pedido indeferido no Conselho Municipal de Assistência Social⁷¹ (PORTO ALEGRE, 2004a) posteriormente a sua publicação enquanto OSCIP.

Em um segundo momento, depois da construção do instrumento e da aprovação do Projeto de Pesquisa pelo Comitê de Ética⁷² da universidade (Anexo A), fizeram-se os contatos, primeiramente, com as Assistentes Sociais que estão vinculadas permanentemente às OSCIP, independentemente dos seus regimes de trabalho (por contrato, pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), voluntário, como assessor). O agendamento das entrevistas ocorreu diretamente por contato telefônico com o entrevistado a fim de permitir a definição da data, da hora e do local da mesma. Sugeriu-se que o local fosse a sede da OSCIP, quando houvesse.

3.2 Aplicação do pré-teste

As entrevistas foram introduzidas através da apresentação do pesquisador, assim como de sua vinculação com a universidade, a faculdade, o pós-graduação e o núcleo de estudos e da orientadora. Explicitaram-se a justificativa, os objetivos e a metodologia da pesquisa. Antes, ainda, de iniciar a entrevista é apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice C). Após sanar dúvidas e colher a assinatura do entrevistado no termo, iniciava-se a entrevista orientada pelo roteiro semi-estruturado. As entrevistas foram gravadas em meio digital e transcritas, manualmente, pelo pesquisador.

⁷¹ “O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PORTO ALEGRE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar 352/95, considerando: 1. período de análise e estudo do regimento existente neste CMAS, com vistas à definição, com maior clareza, dos critérios para inscrição de entidades de assistência social, de acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social — LOAS; 2. conteúdo disposto no art. 11 da Resolução nº 089/2004; 3. esforço conjunto da Comissão de Normas, que analisou todos os pedidos e constatou haver incompletude da documentação apresentada pelas entidades, de acordo com as disposições deste Conselho, RESOLVE: Indeferir os pedidos de inscrição das entidades [...]” (PORTO ALEGRE, 2004a).

⁷² Após ter sido avaliado pela Comissão Científica do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, o projeto foi encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e aprovado no dia 25 de abril de 2006. O projeto está cadastrado no Sistema Nacional de Informações Sobre Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (SISNEP), no Ministério da Saúde, sob o Certificado de Apresentação Para Apreciação Ética (CAAE) nº 0060.1.002.000-06.

Para validar o instrumento da coleta de dados, foi realizada uma entrevista denominada de pré-teste⁷³, no sentido de avaliação do instrumento, a fim de verificar sua veracidade e se atendia aos critérios para atingir os objetivos da pesquisa, assim como responder as questões norteadoras que a mesma propõe. O pré-teste é um “[...] procedimento mensurativo em que o objetivo do conhecimento não consiste em testar hipóteses de conteúdo, mas controlar a validade do procedimento” (SCHRADER, 1978, p. 157).

O pré-teste foi importante para revisar o processo de pesquisa, assim como contribuir na utilização das categorias enquanto eixos que irão estruturar a Análise de Conteúdo. Inclusive, fez-se necessária a alteração do instrumento que anteriormente focalizava as organizações em si, ao invés dos processos de trabalho em que participam os Assistentes Sociais.

3.3 Análise de Conteúdo: definindo teoricamente a técnica

A orientação técnica da Análise de Conteúdo para a análise das entrevistas está na necessidade de aprofundar e entender os processos de trabalho em que participam os Assistentes Sociais nas OSCIP, a partir de suas experiências. Portanto, justifica-se, pela Análise de Conteúdo, a possibilidade objetiva de cientificidade permeada pelas inferências subjetivas, contribuindo, assim, para a construção do conhecimento do Serviço Social.

Pela sua natureza científica, a análise de conteúdo deve ser eficaz, rigorosa e precisa. Trata-se de compreender melhor um discurso, de aprofundar suas características (gramaticais, fonológicas, cognitivas, ideológicas, etc.) e extrair os momentos mais importantes (RICHARDSON, 1999, p. 224).

A Análise de Conteúdo é um conjunto de técnicas de análise de comunicação que visa

[...] obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1977, p. 42).

A Análise de Conteúdo, enquanto uma técnica de interpretação qualitativa de pesquisa dá-se pelas categorias teóricas do método e explicativas da realidade. Sob esse aspecto, há a opção por essa técnica, através dos mais diversos tipos de documentos. Assim,

⁷³ “Refere-se à aplicação prévia do questionário a um grupo que apresente as mesmas características da população incluída na pesquisa. Tem por objetivo revisar e direcionar aspectos da investigação” (RICHARDSON, 1999, p. 202).

“[...] ao desempenharem o papel de ‘técnica de ruptura’ face à intuição aleatória e fácil, os processos de análise de conteúdo obrigam à observação de um intervalo de tempo entre estímulo-mensagem e a reação interpretativa” (BARDIN, 1977, p. 10).

A Análise de Conteúdo também atende à necessidade de verificação (confirmação ou não) das questões norteadoras e de descobrir o que está por trás dos conteúdos manifestos nas entrevistas (GOMES, 1994). Salienta-se ainda a opção por ela, por ser considerada uma técnica empírica, que depende dos fatores da fala e da interpretação desta, bem como a possibilidade de, após definição dos objetivos, se reinventarem a cada momento. Por fim, justifica-se também a escolha dessa técnica, porque “[...] qualquer comunicação, isto é, qualquer transporte de significações de um emissor para um receptor, controlado ou não por este, deveria poder ser escrito, decifrado pela técnica de análise de conteúdo” (BARDIN, 1977, p. 32).

A operacionalidade da Análise de Conteúdo “[...] parte de uma literatura de primeiro plano para atingir um nível mais aprofundado: aquele que ultrapassa os significados manifestos” (MINAYO, 1998, p. 203). Nesse sentido, a Análise de Conteúdo deve contemplar algumas premissas, em que:

[...] relaciona estruturas semânticas (significantes) com estruturas sociológicas (significados) dos enunciados. Articula a superfície dos textos descrita e analisada é articulada com os fatores que determinam suas características, como aspectos psicossociais, contexto cultural, contexto e processo de produção da mensagem (MINAYO, 1998, p. 203).

Diante das justificativas e definições teóricas, o que se tem da Análise de Conteúdo é que “[...] é uma técnica de pesquisa e, como tal, tem determinadas características metodológicas: objetividade, sistematização e inferência” (RICHARDSON, 1999, p. 223).

Assim, caracteriza a pesquisa enquanto um processo dialético de ensino e aprendizagem, principalmente na relação estabelecida entre pesquisador e sujeito da pesquisa, fundamentalmente pelo comprometimento estabelecido no contato de explicitação dos objetivos e procedimentos da pesquisa, bem como pela disponibilidade e atenção disponibilizada por parte do entrevistado. A “adaptação” da entrevista passa a ser aprendizado, no sentido de melhor objetivar e atender aos critérios de cientificidade à área de conhecimento. Com a finalidade de contemplar os procedimentos técnicos da Análise de Conteúdo, será utilizada a Análise de Conteúdo Temática.

3.4 Análise de Conteúdo Temática

Os procedimentos da análise dos dados aconteceram a partir da escolha da Análise de Conteúdo Temática, que “[...] funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos” (BARDIN, 1977, p. 153). A Análise de Conteúdo Temática é uma técnica taxionômica concebida para “[...] satisfazer os *coleccionadores* preocupados em introduzir uma ordem, segundo certos critérios, na desordem aparente” (BARDIN, 1977, p. 37)

A Análise Temática possibilita identificar temas que parecem óbvios para quem está estudando o assunto, mas que, ao atribuí-los a categorias, tomam outro sentido, sendo possível, nesse processo, a identificação coerente da construção do conhecimento através de técnicas que estabelecem cientificidade aos desdobramentos da realidade. No intuito de qualificar os dados, visa-se, através da Análise de Conteúdo Temática, “[...] observar os ‘núcleos de sentido’ que compõem a comunicação, e cuja presença ou frequência de aparição poderá significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido” (BARDIN, 1977, p. 105). Ou seja, a Análise Temática “[...] se encaminha para a contagem de frequência das unidades de significação como definitórias do caráter do discurso. Ou, ao contrário, qualitativamente a presença de determinados temas denota os valores de referência e os modelos de comportamento presentes no discurso” (MINAYO, 1998, p. 209).

A escolha por essa técnica permite a compreensão, tanto qualitativa como quantitativamente, do material coletado nas entrevistas. Esse tipo de análise “[...] consiste em descobrir o ‘sentido’ que o autor deseja dar a uma determinada mensagem” (RICHARDSON, 1999, p. 236). Optou-se pela Análise Temática, pois a “[...] noção de tema está ligada a uma afirmação a respeito de determinado assunto. Ela comporta um feixe de relações e pode ser graficamente apresentada através de uma palavra, uma frase, um resumo” (MINAYO, 1998, p. 208).

A Análise Temática contemplará as seguintes etapas: leitura flutuante; constituição do *corpus*; composição das unidades de registro; codificação e recortes; categorização e descrição das categorias. Ao se tratar da proposta de Análise de Conteúdo Temática, visa-se à organização cronológica através dos processos implicados na pré-análise, pela exploração do material e pelo tratamento dos resultados.

3.5 A fase de pré-análise

Para essa fase, mantêm-se como material de análise as entrevistas realizadas, assim como as categorias do método e da realidade. A pré-análise consiste na “[...] escolha dos documentos a serem analisados; na retomada das hipóteses e dos objetivos iniciais da pesquisa, reformulando-as frente ao material coletado; e na elaboração de indicadores que orientem a interpretação final” (MINAYO, 1998, p. 209).

O procedimento seguinte da pré-análise foi a leitura flutuante, que permite se familiarizar e conhecer o material a ser trabalhado. Porém, anteriormente à leitura flutuante, prevista na técnica, as entrevistas foram realizadas pelo pesquisador, posteriormente transcritas, revisadas e corrigidas. Dessa forma, contempla-se a “preparação do material”⁷⁴. Todas as entrevistas foram utilizadas para a análise, visto que estão de acordo com os propostos do projeto e os objetivos a serem atingidos na pesquisa.

Posteriormente submeteram-se as entrevistas à constituição de um *corpus*, a partir das categorias do método e da realidade. A constituição deste implica submeter os documentos a regras de exaustividade (que contemple todos os aspectos levantados no roteiro), representatividade (que contenha a representação do universo pretendido), homogeneidade (que obedeça a critérios precisos de escolha em termos de técnicas e interlocutores) e pertinência (os documentos analisados devem ser adequados ao objetivo do trabalho) (BARDIN, 1977; MINAYO, 1998).

As questões norteadoras e os objetivos específicos para iniciar a análise das entrevistas sofreram ajustes e passaram a contemplar os aspectos levantados no roteiro, os quais subsidiaram parte da pré-análise. **Quanto à definição da representatividade, estabeleceu-se que o material coletado e a ser analisado representa o universo.** Os critérios de escolha das técnicas e dos interlocutores ocorreram, justamente, a partir da sua definição como pesquisa qualitativa e, concomitantemente, pela pertinência de os documentos estarem adequados aos objetivos do trabalho.

Em função da definição das categorias teóricas do método e da realidade, a “referenciação dos índices e a elaboração dos indicadores” foram realizadas concomitante ao “tratamento dos resultados obtidos e interpretação”.

⁷⁴ Conforme previsto na Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977, p. 99-100).

3.6 Codificando os dados coletados

A codificação é o momento, no tratamento dos dados levantados, em que estes são transformados em unidades de registro (no caso, em temas). A codificação dá-se pela forma de unidade de registro, que são os elementos constitutivos das mensagens. A unidade de registro “[...] é a unidade de significação a codificar e corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade de base, visando à categorização e à contagem freqüencial” (BARDIN, 1977, p. 104). No caso da Análise de Conteúdo Temática, a unidade de registro dar-se-á pelo tema, sendo, assim, classificadas por frases (contemplando as palavras) e parágrafos (contemplando o tema) destacados das entrevistas. Ou seja, “[...] tema é a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura” (BARDIN, 1977, p. 105). O tema é o recorte do sentido das mensagens que induz aos núcleos de sentido (próprios de entrevistas), sendo utilizado no estudo.

Constituindo procedimento da pré-análise, a unidade de contexto contempla a unidade de registro, no sentido de “[...] compreensão para codificar a unidade de registro e corresponde ao segmento da mensagem, cujas dimensões (superiores às unidades de registro) são óptimas para que se possa compreender a significação *exacta* da unidade de registro” (BARDIN, 1977, p. 107). A categorização para a análise dos dados será definida a partir dos temas (recortes de frases das entrevistas) apresentados no Quadro da Sistematização Utilizada para a Análise de Conteúdo (Apêndice D).

3.7 Categorizando os temas

Cria-se um conjunto de categorias, fundamentadas teoricamente e embasadas pelo Método Dialético Crítico. As categorias, por sua vez, são rubricas ou classes, as quais “[...] reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos”

(BARDIN, 1977, p. 117). Os critérios de categorização utilizados foram semânticos, ou seja, separados por temas. O procedimento da análise partiu então, das unidades de registros pela categorização (temas), fazendo-se, assim, a utilização de um processo dialético de análise dos dados, relacionando unidades de registro, temas e categorias.

A categorização nada mais é que uma “[...] classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamentos segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos” (BARDIN, 1977, p. 117). Seguem-se os procedimentos categoriais pela classificação dos dados coletados nas entrevistas. A codificação faz parte do processo técnico da Análise de Conteúdo, sendo essa, uma forma de tratar o material coletado. Esse procedimento é realizado por regras que auxiliarão na transformação das informações coletadas nas entrevistas, possibilitando, através de recortes, dar sentido valorativo, científico e objetivo. Após a leitura flutuante e a constituição do *corpus*, selecionaram-se, a partir das produções sobre os processos de trabalho do Assistente Social, as categorias “Trajetória Profissional do Assistente Social”; “Serviço Social na Instituição”; “Teorias e Metodologias”; “Instrumentos e Técnicas”; “Projeto Ético-Político”; “Produtos do Serviço Social”.

Em relação às categorias do método, estas necessariamente não precisam estar em destaque nas falas, ou as falas destacarem o que as contemplem, mas, sim, devem orientar toda a análise, ou seja,

[...] devem orientar o processo (mostrar contradições entre o que está teoricamente aportado e a fala dos sujeitos, mostrarem contradições entre a legislação e a materialização concreta da política, entre o discurso e a ação, etc). Mostrar a relação entre múltiplos fatores, à interconexão entre múltiplos fatores para explicar determinado fenômeno, expressão ou atitude (totalidade) realizar sistematicamente o movimento histórico para buscar a explicação, reconhecendo processo e movimento, explicitando o movimento e mencionando a articulação com a categoria do método (historicidade) (PRATES, 2005).

É importante salientar que as categorias do método são transversais a todo o trabalho, necessariamente estão sendo desenvolvidas desde a construção teórica do estudo, perpassando principalmente a análise de conteúdo das falas dos profissionais entrevistados, constituindo-se integrante das informações empíricas.

Destacam-se as categorias do método. A categoria contradição, no sentido dialético,

[...] se tem caracterizado em contraste com (a) as oposições ou conflitos exclusivos ou ‘reais’ (*a Realrepugnantz kantiana*), pois seus termos ou pólos pressupõem-se mutuamente, de modo a constituir uma oposição inclusiva; e com (b) as oposições lógicas formais, pois as relações envolvidas são dependentes de significado (ou conteúdo), e não puramente formais, de modo que a negação de A não leve ao seu cancelamento abstrato, mas à criação de um conteúdo mais abrangente, novo e superior (BOTTOMORE, 1988, p. 80).

Enfocando a construção do conceito, verifica-se que as contradições se materializam, nos “[...] aspectos concretos úteis e os aspectos sociais abstratos do trabalho, e entre o valor do uso e o valor da mercadoria — que se manifestam na distinção entre formas de valor relativas e equivalentes, e se exteriorizam nas contradições entre mercadoria e dinheiro e trabalho assalariado e capital” (BOTTOMORE, 1988, p. 80).

Compondo junto com a contradição e a totalidade, a historicidade é referida, ao destacar-se o processo histórico, enquanto “[...] todas as épocas históricas que se vão sucedendo não passam de outras tantas fases transitórias no infinito processo evolutivo da sociedade humana, do inferior para o superior” (MARX; ENGELS, 1974, p. 22). Assim “[...] significa o reconhecimento da processualidade, do movimento e transformação do homem, da realidade e dos fenômenos sociais. Significa que os fenômenos não são estáticos, estão em curso de desenvolvimento e, portanto só podem ser apreendidos por cortes históricos” (PRATES, 2003a)

Sobre a totalidade, tem-se um conceito “[...] dinâmico, refletindo as mediações e transformações abrangentes, mas historicamente mutáveis, da realidade objetiva” (BOTTOMORE, 1988, p. 381). Complementa-se, ainda, que, na teoria marxista, a totalidade social é

[...] um complexo geral estruturado e historicamente determinado. Existe nas e através das mediações e transições múltiplas pelas quais suas partes específicas ou complexas — isto é, as ‘totalidades parciais’ — estão relacionadas entre si, numa série de inter-relações e determinações recíprocas que variam constantemente e se modificam (BOTTOMORE, 1988, p. 381).

Para o processo de análise fez-se o inventário, isolando os elementos a partir de leituras das entrevistas, codificando os mesmos segundo as categorias, portanto, classificando os elementos e organizando as informações.

3.8 Explorando o material: descrição analítica

A Técnica de Análise de Conteúdo passou pela interpretação de diversos autores, em vista disso, verifica-se que a fase de exploração do material (BARDIN, 1977) também pode ser chamada de descrição analítica (TRIVIÑOS, 1987) ou, ainda, análise do material (RICHARDSON, 1999).

Na sistematização do material, faz-se a “[...] inclusão ou exclusão do conteúdo ou categorias de um texto de acordo com regras consistentes e sistemáticas” (RICHARDSON, 1999, p. 223). Dessa forma a Análise Temática prevê o “[...] recorte do texto em unidades de registro que podem ser uma palavra, uma frase, um tema, um personagem, um acontecimento [...]” (MINAYO, 1998, p. 210). Após a sistematização, trabalhou-se com a classificação e a associação das frases com as categorias teóricas do método e da realidade que são pertinentes aos temas.

O material é codificado, a fim de localizar, a partir dos enunciados das entrevistas, categorias do método e da realidade, assim como observações referentes às impressões e associações teóricas. Em função de se utilizar roteiro semi-estruturado, a cada entrevista varia o número das questões, portanto, esses indicativos servem apenas como forma de identificação e organização para a análise dos dados.

3.9 Tratamento dos resultados obtidos e interpretação inferencial

Conforme a lógica dos procedimentos da Análise de Conteúdo, as inferências são elaboradas a partir do conteúdo que se pode verificar nas entrevistas, demonstrando o que não é possível apenas pela leitura pura e simples do material. É um momento de articulação dos dados com a teoria. O tratamento dos resultados obtidos e a interpretação (BARDIN, 1977) também podem ser referidos como interpretação inferencial (TRIVIÑOS, 1987).

A inferência é a etapa intermediária que permite a transição entre a primeira etapa (descrição, pré-análise) e a última (interpretação, tratamento dos resultados obtidos). É nessa fase que se deve, principalmente na pesquisa qualitativa, “[...] tentar desvendar o conteúdo subjacente ao que está sendo manifesto” (GOMES, 1994, p. 76).

Nesse momento da análise, contempla-se “[...] a reflexão, a intuição, com embasamento nos materiais empíricos, estabelecem relações, [...] aprofundando as conexões das idéias [...]” (TRIVIÑOS, 1987, p. 162). Assim, está-se determinando o seguinte objetivo da Análise de Conteúdo: “Analisar um texto (mensagem) sem referência às intenções do emissor ou aos efeitos da mensagem sobre o receptor” (RICHARDSON, 1999, p. 225). Para isto será necessário “[...] comparar as mensagens com categorias exógenas, por exemplo, conceitos sociológicos, para determinar o contexto ou significado que determinada fonte dá a

esses conceitos” (RICHARDSON, 1999, p. 225). Portanto, “[...] a intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)” (BARDIN, 1977, p. 38).

Os dados coletados através das entrevistas foram categorizados e, a partir destas, foram referenciados e relacionados com as teorias que qualificam o método e as categorias da realidade. A base teórica é fundamental para substancializar e subsidiar a análise inferencial dos dados empíricos, sendo o aporte teórico essencial para as inferências.

3.10 O produto da análise de conteúdo temática: tratamento estatístico e análise qualitativa

Verifica-se que, nas entrevistas, determinados temas aparecem em mais de uma resposta, sendo, assim, possível sintetizar a frequência e fazer tratamento estatístico a partir das respostas. Vale a leitura sob os diversos olhares temáticos, a fim de associar, a qualquer momento, uma frase à categoria mais próxima que explique a realidade. No momento de transpor os temas no quadro, retiraram-se algumas repetições de falas e “limpou-se” o texto, visando melhor focalizar os temas com maior relevância ao estudo. Um segundo momento de seleção dos temas ocorreu na leitura direta do texto no quadro, subtraindo mais algumas expressões.

Foi reservado um espaço para observações, estas, referentes a comentários utilizados na análise inferencial. Portanto, contemplam algumas indicações de autores, onde se busca a fundamentação teórica. Essa técnica permite apontamentos imediatos à leitura flutuante ou mesmo na codificação. Em seguida, ao se fazer a interpretação inferencial, estar-se-á se ilustrando com algumas falas, a fim de justapor os aporte e fundamentações teóricas.

Anteriormente às entrevistas, foi necessário fazer um mapeamento das organizações que existem em Porto Alegre, desde a regulamentação da Lei das OSCIP, em 1999 (BRASIL, 1999), até 2005,⁷⁵ período de delimitação do universo, para ser viável a continuidade dos procedimentos previstos na pesquisa. A partir do levantamento realizado no banco de dados

⁷⁵ Apesar da Lei (BRASIL, 1999) ter sido aprovada em 1999, em Porto Alegre, tem-se o registro da primeira OSCIP publicada em 2000.

do Ministério da Justiça, foi possível tabular a finalidade e o ano de publicação da abertura das OSCIP, assim como a distribuição geográfica destas.

Algumas Características das OSCIP

Não obstante a centralidade da investigação estar focalizada a partir das categorias trabalho e processos de trabalho em que participam os Assistentes Sociais, visou-se atingir alguns objetivos da pesquisa, tais como conhecer, sistematizar e analisar algumas das características das OSCIP, para dar maior visibilidade a este espaço socioocupacional do qual se está tratando. Para isso, pôde-se, através de alguns dados levantados no Ministério da Justiça, tabular a quantidade atual de organizações por unidade federada, classificação e ano de sua criação.

A partir desse estudo, sinaliza-se a necessidade de um aprofundamento maior em decifrar as propostas das OSCIP, quanto a suas formas de gestão, organização pessoal, constituição política, instâncias de participação e captação de recursos, relação entre os setores públicos e privados, dentre outros. Os dados da Tabela 1 são demonstrativos da distribuição por unidade federada, a fim de se ter uma proporcionalidade da prioridade geográfica que os espaços territoriais têm no Brasil.

Tabela 1 – Distribuição das OSCIP, por unidade da Federação, no Brasil — 2006

ESTADOS E DISTRITO FEDERAL	NÚMERO	FREQÜÊNCIA (%)
Roraima	9	0,24
Amapá	11	0,29
Piauí	13	0,35
Tocantins	14	0,37
Acre	21	0,56
Alagoas	25	0,67
Amazonas	25	0,67
Maranhão	29	0,77
Mato Grosso	30	0,80
Rondônia	35	0,93
Pará	37	0,99
Rio Grande do Norte	37	0,99
Sergipe	40	1,07
Mato Grosso do Sul	44	1,17
Paraíba	46	1,23
Goiás	96	2,56
Pernambuco	96	2,56
Ceará	122	3,26
Bahia	142	3,79
Espírito Santo	165	4,40
Santa Catarina	172	4,59
Rio Grande do Sul	175	4,67
Distrito Federal	262	6,99
Minas Gerais	270	7,20
Rio de Janeiro	284	7,58
Paraná	422	11,26
São Paulo	1126	30,04
TOTAL	3748	100,00

Fonte: BRASIL. Ministério da Justiça, 2007.

É importante destacar que a maior concentração (30%) das OSCIP estão localizadas em São Paulo, inversamente, ao fato de os maiores focos de pobreza no Brasil, estarem localizados nas Regiões Norte e Nordeste, conforme demonstram os estudos do **Atlas da Exclusão Social no Brasil**” (POCHMANN; AMORIM, 2003, p. 21). Por outro lado, a concentração da riqueza, no País, está em São Paulo, que “[...] possui 76.738 famílias que recebem mais que o valor acima (75,7% das famílias mais ricas do estado) [...] a renda média dessas famílias paulistas mais ricas está em R\$ 36,6 mil, ou seja, mais que o dobro da renda média dos 01% mais ricos do Brasil (R\$ 14,6 mil)” (POCHMANN, et al., 2005, p. 152), justamente nas regiões onde existe uma maior concentração dessas organizações. Isto pode estar associado a situação destas organizações focalizarem a captação de recursos, no sentido mercadológico do trato ao social.

Tabela 2 – Classificação das OSCIP segundo suas finalidades, no Brasil — 2006

FINALIDADE	NÚMERO	FREQÜÊNCIA (%)
Pesquisa	1	2,17
Creditícia	2	4,35
Jurídica	2	4,35
Saúde	2	4,35
Cultural	4	8,70
Educacional	4	8,70
Não declaradas	7	15,22
Ambiental	8	17,39
Assistencial	16	34,78
TOTAL	46	100,00

Fonte: BRASIL. Ministério da Justiça, 2007

Sem o intuito de desfocar o objeto da pesquisa, relacionado-o aos processos de trabalho em que participam os Assistentes Sociais foi possível coletar algumas características das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público. Para situar o universo das estudadas, sistematizou-se a distribuição geográfica e a sua classificação segundo suas finalidades⁷⁶ e o período de publicação no Ministério da Justiça. Apesar de o artigo terceiro da Lei das OSCIP (BRASIL, 1999) visar ao princípio da universalização dos serviços, a lógica de ampliação das chamadas áreas de atendimento está associada à idéia da fragmentação das políticas, ao ter-se por base a seguridade social brasileira, que se sustenta a partir das políticas de saúde, assistência social e previdência. Portanto, em função de essas organizações não estarem registradas em qualquer tipo de conselho deliberativo, torna-se inviável um controle social efetivo sob essas entidades.

Essa classificação para as OSCIP deve estar explícita no estatuto da entidade. Para tanto, trata-se de exigências relativas aos objetivos sociais, ou seja, as entidades devem estar voltadas, pelo menos, a uma das seguintes finalidades: (a) promoção da assistência social (o que inclui, de acordo com o artigo 3º da LOAS, Lei nº 8.742/93, a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice ou às pessoas portadoras de deficiência, ou a promoção gratuita de assistência à saúde ou à educação, ou, ainda, a integração ao mercado de trabalho); (b) promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de

⁷⁶ Segundo a lei, as finalidades são: promoção da assistência social; promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata essa Lei; promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata essa Lei; promoção da segurança alimentar e nutricional; defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; promoção do voluntariado; promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza; experimentação, não lucrativa, de novos modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito; promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar; promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais; estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo (BRASIL, 1999).

participação (o Decreto nº 3.100/99, artigo 6º, define a promoção gratuita da educação e da saúde como os serviços prestados com recursos próprios, excluídas quaisquer formas de cobranças, arrecadações compulsórias e condicionamentos a doações ou contrapartidas); (c) promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de participação; (d) promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; (e) promoção da segurança alimentar e nutricional; (f) defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; (g) promoção do voluntariado; (h) promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar; (i) promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais; (j) promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza; (l) experimentação não-lucrativa de novos modelos socioeducativos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito; (m) estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades supramencionadas (FERRAREZI, 2001).

Chama atenção a quantidade de instituições que se classificam enquanto “Assistencial” (34,78%), devido a prioridade e ao direcionamento ao acesso a recursos e à trajetória histórica da política de assistência no Brasil. Tem-se um exemplo ilustrativo no fato de a indefinição dos termos poder ser percebida através dos primeiros contatos com as OSCIP, por telefone, pois em determinada ocasião, foram questionadas pelo pesquisador as atividades realizadas pela instituição que a caracterizam como “assistencial”, e a resposta ficou indefinida, mas foi dito que, apesar de o endereço da organização estar registrado como o da residência do diretor, a OSCIP funcionava na beira do rio, onde eram ministradas aulas de remo e meio ambiente.

Somando os dois segmentos, a maioria (52,17%) das OSCIP são de finalidade assistencial⁷⁷ e ambiental, áreas que estão fortemente envolvidas na aplicação de recursos em “responsabilidade social”, ou que desenvolvem ações de impacto midiático, no caso das ambientais.

Cabe a análise da necessidade e dos interesses que se têm em criar diferentes, amplas e indefinidas classificações, que visem a vantagens e a acesso a verbas e benefícios

⁷⁷ Segundo pesquisa do Instituto de Pesquisa... (2006), destaca-se, contudo, no período, o crescimento das ações na área de alimentação, que, como consequência, se torna a área prioritária de atendimento, envolvendo, em 2004, 52% das empresas, contra 41% daquelas que se dedicam à área de assistência social. No primeiro ano da série, a situação era inversa, com 54% das empresas atuando em ações de assistência e 41% em alimentação.

prioritariamente advindos dos orçamentos públicos. Assim, condicionam-se as finalidades aos recursos e ações que as instituições devam realizar.

Tabela 3 – Número de OSCIP por ano de publicação, no Brasil — 2006

ANOS DE PUBLICAÇÃO	NÚMERO	FREQÜÊNCIA (%)
2000	1	2,17
2001	2	4,35
2002	8	17,39
2003	9	19,57
2004	13	28,26
2005	13	28,26
TOTAL	46	100,00

Fonte: BRASIL. Ministério da Justiça, 2007

Na Cartilha das OSCIP (FERRAREZI, 2001), existem algumas atribuições referentes à não-adesão da sociedade pela qualificação de OSCIP, em função dos seguintes motivos:

[...] os dirigentes e funcionários estatais [...] ainda não se dispuseram a fomentar as atividades públicas das OSCIP, celebrando com elas Termos de Parceria; [...] as entidades sem fins lucrativos já reconhecidas pelo Estado ainda estão inseguras diante de uma inovação que coexiste contraditoriamente com o velho marco regulatório que as abriga e têm medo de perder os poucos benefícios que auferem; [...] porque a mudança do marco legal enfrenta um cipoal contraditório de normas que não pode ser removido de uma vez, gerando numerosas dificuldades (FERRAREZI, 2001)

Conforme o **Censo Demográfico 2000**, a população porto-alegrense cresceu 7,6%, a uma taxa de 0,9% ao ano, no período 1991-2000, chegando a 1.360.590 habitantes. Apesar de alguns índices de desigualdade, a capital gaúcha tem tradição em experiências que visem atender a questão social a partir dos mecanismos democráticos, como, por exemplo, teve a implantação do Orçamento Participativo no governo do PT, que serviu de referência para todo o País, com repercussão no mundo.

Os indicadores de desenvolvimento humano e condições de vida da Cidade de Porto Alegre, nas avaliações realizadas pelo **Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento**, situaram-se em patamar elevado, entre as grandes metrópoles brasileiras (PORTO ALEGRE, 2004b). Os índices de qualidade de vida da população apresentam melhoras. O percentual de domicílios urbanos que contam com água encanada cresceu de 95,7% em 1991 para 97,8% em 2000; os que desfrutaram de energia elétrica passaram de 97,0% em 1991 para 99,3% em 2000, ao passo que a coleta de lixo, que era um serviço disponibilizado a 97% dos domicílios em 1991, passou a abranger 99,3% das residências em 2000.

Revela-se, assim, o interesse das OSCIP, principalmente pelo apoio que os órgãos governamentais têm em subsidiá-las. Mesmo a partir dessas referências, percebe-se um

crescimento da adesão à qualificação de OSCIP, haja vista as chamadas vantagens econômicas que essas propiciam, por exemplo, na manutenção e na remuneração dos seus dirigentes e de “convênios” públicos celebrados através dos “Termos de Parceria”. Ou seja, existe um crescimento progressivo anual, com concentrações nos últimos dois anos (2004-05), o equivalente a 56,52%, em Porto Alegre.

Trajetória Profissional do Assistente Social

Ao construir um aprofundamento referente aos processos de trabalho em que participam os Assistentes Sociais, busca-se resgatar, através da trajetória profissional, algumas das relações que se pode vincular ao próprio método. Principalmente, podem-se estabelecer, com a historicidade, algumas inferências e contradições referentes ao ano de formação, formação, vínculo empregatício, áreas de atuação durante a trajetória profissional, os espaços socioocupacionais e formas de contato para trabalhar em OSCIP.

Essas informações estão de acordo com a constituição dos dois primeiros capítulos, que retratam o mundo do trabalho e suas relações, assim como a constituição do sistema de proteção social.

Tabela 4 – Atuação dos Assistentes Sociais nas OSCIP, em Porto Alegre — 2006

ATUAÇÃO	NÚMERO	FREQÜÊNCIA (%)
Organização foi extinta	1	2,17
Almejam ter a atuação	4	8,70
Atuação permanente	5	10,87
Atuação por projetos	6	13,04
Não tinham contato	9	19,57
Nunca tiveram Assistentes Sociais ...	21	45,65
TOTAL	46	100,00

Fonte: Pesquisa empírica realizada, via telefone, pelo autor.

Do total das 46 organizações, foram realizados contatos telefônicos com 37. A conformação da atuação dos Assistentes Sociais assim se estabelece: cinco OSCIP têm a atuação permanente do Assistente Social; seis tiveram a atuação por projetos; quatro almejam ter a atuação; e 21 nunca tiveram a atuação; uma das Organizações foi extinta; e nove não tinham contato. Em relação aos Assistentes Sociais nas OSCIP, — conforme as informações obtidas, via telefone, junto aos responsáveis pelas organizações —, cotejou a atuação dos profissionais identificados por esses dirigentes, secretários, presidentes ou coordenadores.

Por se tratar da categoria “Trajetória Profissional”, foi possível verificar informações referentes à formação dos Assistentes Sociais que atuam em OSCIP, seus tipos de vínculos com as organizações, as áreas de atuação durante a trajetória profissional e os espaços socioocupacionais que percorreram na carreira profissional.

Para esse estudo, consideraram-se, para a realização das entrevistas, todos os Assistentes Sociais que estejam vinculados permanentemente (cinco) na OSCIP, independentemente dos seus vínculos, assim como aqueles profissionais que atuam ou atuaram em algum projeto (seis) realizado através das Organizações.

Contudo, apesar de o contato ter sido realizado com todas as entidades incluídas pelo recorte de atuação do Assistente Social, em uma das instituições não se obteve mais o contato com o profissional. Em outra instituição, o profissional preferiu não participar, em função de a Organização estar em implementação e ainda não ter divulgado seu trabalho publicamente, apesar de estar cadastrada, no Ministério da Justiça, desde 2004. Um dos profissionais atua em duas organizações qualificadas como OSCIP. **Portanto, foram realizadas oito entrevistas, onde três profissionais têm vinculação direta com a OSCIP, e cinco atuam por projetos.**

Tabela 5 – Ano de Formação dos Assistentes Sociais participantes da pesquisa

ANO DE FORMAÇÃO	NÚMERO	FREQÜÊNCIA (%)
1980-82	4	50,00
1990-93	1	12,50
2000-04	3	37,50
Total	08	100,00

Fonte: Entrevistas realizadas pelo autor.

Os períodos da Tabela 5 foram compostos a partir do ano de formação dos profissionais. A metade (quatro) dos profissionais formou-se entre os anos de 1980 e 1982, sendo um formado na década de 90 do século XX, e os demais (três), entre 2000 e 2004. Esses diferentes períodos remetem à formação, bem como se atribui a relação com os aportes teórico-metodológicos, técnico-operativos e ao projeto ético-político da profissão, sendo que existem profissionais atuando em OSCIP que se formaram antes da elaboração das Diretrizes Curriculares de 1996, fizeram parte do período das discussões, da transição formativa e da implementação do Código de Ética da Profissão. Apesar do número de Assistentes Sociais que se formou antes das novas diretrizes, metade deles se formou entre 1990 e 2004.

É nesse contexto que se verifica a relação de continuidade e de ruptura dos processos os quais a profissão vem passando nas últimas décadas, ou seja, “[...] uma relação de ruptura, em função de alterações históricas de monta que se verificam no presente, da necessidade de

superação de impasses profissionais vividos e condensados em reclamos da categoria profissional” (IAMAMOTO, 2006b, p. 51).

A questão temporal e de formação dos profissionais deve ter conotação inserida no processo histórico, necessário para a compreensão dos fatos reais da profissão na atualidade⁷⁸, a fim de manter coerência com as transformações societárias, numa perspectiva crítica. A produção científica e de consolidação da área de conhecimento dos anos 80 do século XX, tiveram grande valia para a definição do projeto ético-político que passou a ser implementado nos anos 90 do mesmo século.

Tabela 6 – Formação dos Assistentes Sociais participantes da pesquisa

FORMAÇÃO	NÚMERO
Doutorado	1
Outra graduação	2
Apenas graduação	2
Mestrado	4
Especialização	5

Fonte: Entrevistas realizadas pelo autor.

Em relação à formação acadêmica dos Assistentes Sociais entrevistados, dois possuem outra graduação, os demais buscaram continuidade na formação: especializaram-se cinco, e/ou são mestres quatro, e/ou doutores um. Devido à definição dos períodos das formações posteriores à graduação, é possível fazer inferências, pretendendo-se relacionar a continuidade da formação dos Assistentes Sociais aos processos societários que começaram a emergir no Brasil, a partir da década de 80 do século XX, vinculados à transformação no mundo do trabalho e às “novas” exigências mercadológicas.

As OSCIP estariam inseridas na lógica da reestruturação, sendo o social mais um espaço de difusão do *just-in-time* (CARRION, GARAY, 2000), configurando-se como espaços induzidos à terceirização, com redução dos postos de trabalho e modificação do perfil da mão de obra. Por esse olhar, é que se estaria em busca de uma qualificação⁷⁹. Poder-se-ia inferir que a busca pelos cursos de pós-graduação, no contexto em que se encontram os trabalhadores sociais, estaria vinculada à:

⁷⁸ “O grande desafio na atualidade é, pois, transitar da bagagem teórica acumulada ao enraizamento da profissão na realidade, atribuindo, ao mesmo tempo, uma maior atenção às estratégias, táticas e técnicas do trabalho profissional, em função das particularidades dos temas que são objetos de estudo e ação do Assistente Social” (IAMAMOTO, 2006b, p. 52).

⁷⁹ “Os novos requisitos de qualificação, que extrapolam o campo empresarial, envolvem capacitação para atuar em equipes interdisciplinares, para atuar em programas de qualidade total e para elaboração e realização de pesquisas; reciclagem do instrumental técnico; capacitação em planejamento (planos, programas e projetos), aprofundamento de estudos sobre as áreas específicas de atuação e temas do cotidiano profissional, entre outros” (IAMAMOTO, 2006b, p. 131).

[...] necessidades de superar deficiências técnico-científicas da formação profissional básica, de obter prestígio e estabilidade profissional em um campo em que a oferta dessa mão-de-obra qualificada vem crescendo, estabelecendo maior concorrência entre profissionais e, ainda, necessidade de aperfeiçoamento da prática profissional (IAMAMOTO, 1997, p. 161-162).

A competição passa a ser não mais entre os profissionais da mesma categoria, mas, sim, com “[...] a abertura de fronteiras entre profissões, fazendo com que os profissionais afins concorram entre si em um mercado restrito que passa a exigir níveis aperfeiçoados de formação [...]” (IAMAMOTO, 2006b, p. 125). Ao se tratar de atender às demandas do mercado de trabalho, apresentam-se novas exigências que estão para além do diploma, ou seja, a competência é medida, na competição mercadológica, através da formação.

Apesar de não se mensurar nas entrevistas, alguns profissionais (seis) explicitaram o porquê buscaram a formação continuada, conforme algumas falas respectivamente listadas abaixo: devido ao potencial de trabalho oferecido pelas organizações sem fins lucrativos, pela necessidade que a atuação prática propiciou ou exigiu depois da graduação, por indicação de amigos, ou pela busca de uma formação continuada.

E, por necessidade de continuidade deste trabalho, eu tive, com um ano e meio de formada, eu tive que dar supervisão [...] E aí eu fiz esta especialização relâmpago em fim, como lidar com a parte mais acadêmicas das alunas [...] (Entrevista 01, p. 2).

Aí fui para o mestrado, por sugestão de uma amiga minha (Entrevista 03, p. 2).

E eu fui fazer a formação no que eu queria conhecer mais, são as famílias (Entrevista 04, p. 4).

A partir das informações referentes à trajetória profissional, coletadas empiricamente, é importante analisar e relacionar os processos de trabalho em que participam os Assistentes Sociais à formação continuada. Pensa-se a formação continuada enquanto necessidade de esta estar voltada aos processos investigativos e interventivos da profissão sob um olhar não endógeno da profissão, para fora da universidade⁸⁰, podendo articular teoria e prática, associada à contemporaneidade das transformações societárias, buscando “[...] alongar os horizontes, voltados para a história da sociedade brasileira nos quadros do novo reordenamento mundial, para aí melhor apreender as particularidades profissionais em suas múltiplas relações e determinações, densas de conteúdo histórico” (IAMAMOTO, 2006b, p. 170).

O sentido a ser dado à formação continuada é que esta “[...] não vem para preencher lacunas da formação inicial, mas para inseminá-la, provocando reflexão e promovendo

⁸⁰ “Este ‘salto para fora’ dos limites profissionais e da vida universitária não significa a diluição das condições e relações específicas nas quais se molda a formação profissional; ao contrário, é mediação necessária para que ela possa adquirir inteligibilidade nos quadros do processo da vida social contemporânea, como totalidade social” (IAMAMOTO, 2006b, p. 171).

interrogações de sentido e efetividade” (MAIA et al., 2004, p. 5). Por outro lado, têm-se a necessidade de articulação da formação profissional com o mercado de trabalho e, assim, a de entender que os Assistentes Sociais estão nas mesmas condições profissionais que qualquer outro trabalhador assalariado, estando subordinados às necessidades da reprodução capitalista. Portanto a busca pela formação continuada não deve estar associada a necessidades de adequação às exigências do mercado, sob a lógica neoliberal, mas, sim, deve-se buscar uma sintonização das relações entre Estado, sociedade civil e mercado que possibilite:

Descobrir na vida social as possibilidades parcialmente ocultas, dadas pelas formas de resistência e de defesa da vida, pela pressão social, pela intervenção da prática social cotidiana realizada pelos indivíduos sociais, as quais permitem vislumbrar novos rumos sociais e formas de sociabilidade que estão sendo construídos no presente, rompendo possíveis amarras que ameacem esterilizar as ações profissionais (IAMAMOTO, 2006b, p. 172).

Negar a relação da profissão com o mercado de trabalho é estar “dando um passo para trás”, ou seja, essa relação é essencial para a manutenção da profissão na sociedade, principalmente por o Assistente Social ser um trabalhador assalariado e que “[...] depende da venda da sua força de trabalho especializada no mercado profissional de trabalho. Para que ela tenha valor de troca, expresso monetariamente no seu preço, é necessário que confirme o seu no mercado” (IAMAMOTO, 2006b, p. 172).

Nesse sentido, busca-se apresentar a formação continuada não somente restrita a um espaço institucional, mas, sim, enquanto a necessidade de uma profissão estar em constante crítica às normas determinadas pelo sistema capitalista, caracterizando, inclusive, a defesa dos espaços que possibilitem contradições.

Tabela 7 – Vínculo dos Assistentes Sociais com as OSCIP participantes da pesquisa

TIPO DE VÍNCULO	NÚMERO	FREQUÊNCIA (%)
Prestador de serviço	1	12,50
Contratado	1	12,50
Voluntário	2	25,00
Assessor e/ou Consultor	2	25,00
Convênio Público e/ou Privado	2	25,00
TOTAL	8	100,00

Fonte: Entrevistas realizadas pelo autor.

Dos profissionais entrevistados, três atuam ou atuaram enquanto Assistentes Sociais concursados. Um dos profissionais foi funcionário público, não atuando com esse vínculo enquanto Assistente Social, e quatro sempre atuaram em instituições privadas, tendo passagem pelas instituições estatais. Portanto, os profissionais exercem a profissão através dos diferentes tipos de vínculos com as instituições, onde: um é prestador de serviços; um é contratado via CLT; dois são voluntários e exercem atividades enquanto Assistentes Sociais;

dois são assessor e/ou consultor para as OSCIP; e dois atuam em projetos através de convênios entre as OSCIP e o órgão estatal. Dos profissionais entrevistados, três declararam ser aposentados.

O perfil variado em que se enquadram funcionalmente os Assistentes Sociais que atuam em OSCIP revela que esses espaços socioocupacionais “[...] são indissociáveis dos processos de reestruturação produtiva e gerencial das empresas, da intensificação e desregulamentação do trabalho, da investida contra a organização dos trabalhadores” (IAMAMOTO, 2002, p. 15).

Destaca-se aqui a inserção enquanto “profissional voluntário” atuando nas OSCIP. Esses espaços são privilegiados para a adesão do trabalho voluntário, inclusive pela caracterização atribuída a essas organizações de sua auto-manutenção. O Assistente Social, enquanto trabalhador inserido na divisão sociotécnica do trabalho, tem implicado a defesa dos direitos trabalhistas, inclusive pela remuneração e pela manutenção das garantias através do trabalho profissional. Nesse sentido, “[...] o trabalho voluntário vai na contramão da luta pela preservação, efetivação e ampliação dos direitos sociais universais inscritos na institucionalidade democrática e dotados de respaldo legal e canais jurídicos para a sua defesa” (IAMAMOTO, 2002, p. 45-46). Com isso, não se firma aqui a negação dessa forma de atuação profissional, porém devem-se ter a leitura necessária da realidade e o embasamento teórico-metodológico da práxis, no sentido de apresentar propostas diferenciadas da lógica hegemônica do sistema capitalista, propostas progressistas, democráticas, populares, públicas e de direitos, com a finalidade de ampliação da cidadania e de efetivação do papel político, técnico e profissional do Assistente Social.

O tipo de vínculo como o qual os Assistentes Sociais estão atuando nas OSCIP volta-se à discussão de que esses profissionais passam a ser contratados para atuarem enquanto “investidores sociais”⁸¹, ou seja,

[...] um ator social antigo, que a partir de novas estratégias — entre as quais a sensibilização da população para o trabalho voluntário, a captação de recursos nacionais e internacionais, públicos e privados, e a formação de parcerias — está ampliando sua participação em um campo de ação tradicionalmente reservado ao Estado: a área social (CARRION; GARAY, 2000, p. 13).

Nessa lógica, estão inseridos também os Assistentes Sociais, tratando de atender às demandas do mercado e manter a inserção em espaços de trabalho. Esse “investidor social” aparecem não enquanto Assistentes Sociais, mas realizam o trabalho enquanto vínculos

⁸¹ Termo utilizado por Carrion e Garay (2000), sendo alguém que decide em função da relação custo-benefício, ou ‘lucro-social’ estimado.

descritos anteriormente. Ilustra-se esse fato pela fala do profissional (Assistente Social) a seguir, relatando sobre o seu trabalho a partir de uma proposta, ou idéia de projeto social.

Transformar aquilo numa linguagem que possa passar por dentro de uma Secretaria do Trabalho, buscar dinheiro no Ministério... [...] Tem um linguajar específico que não se aprende na faculdade. [...] E também a coisa de que se aprende, não adianta, tu com um projeto inicial tu tem que estar lá buscando o Top Cidadania ou o Top Ser Humano, Prêmio Metas do Milênio, e que quanto mais tu tiver, mais gente vai botar dinheiro em cima do teu projeto (Entrevista 02, p. 6).

Assim, expressa-se nessa fala a questão dos processos de trabalho voltados ao atendimento de preceitos mercadológicos e de incoerência com o projeto ético-político da profissão, principalmente no que se refere à formulação e à implementação das políticas sociais públicas para o enfrentamento da questão social e de suas expressões.

O tipo de vínculo que os profissionais mantêm com as organizações confirma a transferência dos serviços estatais no campo da prestação de serviços e da redução dos direitos trabalhistas, ou seja, ampliam-se as formas de parceria entre o Estado e as organizações, contratam-se temporariamente os profissionais ou faz-se com que esses adiram ao voluntariado. Consolidam-se assim, os processos de terceirização da prestação de serviços sociais.

Tabela 8 – Áreas de atuação durante a trajetória profissional dos Assistentes Sociais participantes da pesquisa

ÁREAS DE ATUAÇÃO	NÚMERO
Trabalho e renda	1
Habitação	1
Qualidade total	2
Saúde	2
Família	2
Sistema penitenciário e/ou Judiciário	2
Supervisão e/ou Docência e/ou Educação	3
Criança/Adolescente	5

Fonte: Entrevistas realizadas pelo autor.

Demonstra-se a importância da formação generalista que se tem no Serviço Social, portanto, esses espaços não são exclusivos do Serviço Social, sendo necessário o entendimento de que não se trabalha “[...] com fragmentos da vida social, mas com indivíduos sociais que condensam a vida social” (IAMAMOTO, 2002, p. 31).

Apesar da área da atuação demonstrada na Tabela 8 não estar necessariamente vinculadas as OSCIP em que atuam os Assistentes Sociais, destaque-se que:

[...] há uma tendência do empresariado em possuir como público-alvo a criança e o adolescente, investindo em projetos sociais na área da educação (ensino fundamental e profissionalizante). [...] Considera-se que a estratégia desse tipo de investimento tem como uma de suas metas capacitar o elemento humano, que poderá permitir ao empresariado a possibilidade de buscar, no mercado de trabalho, o profissional que

apresente o novo perfil que atenda às vantagens competitivas dos mercados voltados às economias abertas (RICO, 2004, p. 80).

Todos os Assistentes Sociais entrevistados tiveram atuação em mais que uma área de trabalho, durante a trajetória profissional, sendo predominante a da criança e do adolescente, seguida da atuação em atividades voltadas à formação profissional, como em supervisão, e/ou docência e/ou educação.

Tabela 9 – Espaços socioocupacionais de atuação durante a trajetória profissional dos Assistentes Sociais participantes da pesquisa

ESPAÇOS SOCIOOCUPACIONAIS	NÚMERO
Hospital	1
SENAC e/ou SESI	2
Prefeitura e/ou Estado – Contrato	2
Universidade	2
Empresa	2
Servidor público	3
Associação ou fundação	8

Fonte: Entrevistas realizadas pelo autor.

Apesar de todos os profissionais estarem vinculados ou terem trabalhado em associações e fundações, verifica-se que alguns passaram por concursos públicos. Majoritariamente, os espaços socioocupacionais em que esses profissionais se vincularam na sua trajetória profissional foram espaços privados. A Tabela 9 contempla apenas os espaços de atuação em que os profissionais estiveram ou estão vinculados na sua trajetória profissional, depois de formados. Estão quantificados somente os tipos de espaços socioocupacionais, não o total de instituições que os profissionais trabalharam. Por exemplo, alguns profissionais atuaram, paralelamente, em mais de um espaço, portanto, se esses espaços fazem parte da mesma qualificação, não são contemplados. Isso não significa que, na sua trajetória profissional, esses Assistentes Sociais não possam ter passado por mais de uma instituição cada um, muito pelo contrário, têm-se profissionais que atuaram, por exemplo, em mais de uma empresa.

A Tabela 9 demonstra, de certa forma, que as relações de trabalho também estão sendo ocupadas no setor privado, apesar da história da inserção dos Assistentes Sociais, na qual aparecem majoritariamente empregados no setor público. A maioria dos profissionais entrevistados teve sua trajetória profissional vinculada aos espaços privados, como as empresas, associações ou fundações. Preocupar-se com essas transformações é entender, por exemplo, que essas mudanças são atribuídas à proposta da “contra reforma”, de redução do papel do Estado, haja vista a precarização das relações de trabalho, “[...] redução dos concursos públicos, demissão dos funcionários não estáveis, contensão salarial, corrida à

aposentadoria, falta de incentivo à carreira, terceirização acompanhada de contratação precária, temporária, com perda de direitos, etc.” (IAMAMOTO, 2006b, p. 124).

A vinculação com a instituição demonstra o entendimento e a diferenciação dos processos de trabalho pelos Assistentes Sociais que atuam nesses espaços. Dessa maneira, tem-se um diferencial analítico a ser ponderado na definição de processos de trabalho para esses profissionais.

Tabela 10 – Formas de contato para contratação de trabalho em OSCIP, dos Assistentes Sociais participantes da pesquisa

FORMA DE CONTATO PARA CONTRATAÇÃO	NÚMERO	FREQÜÊNCIA (%)
Experiência profissional (via projetos)	1	12,50
Iniciativa própria e/ou Interesse pelo campo de atuação	1	12,50
Seleção	1	12,50
Convênio (funcionário público)	2	25,00
Relação pessoal; indicação ou troca de favor (amigo, conhecido, parente)	3	37,50
TOTAL	8	100,00

Fonte: Entrevistas realizadas pelo autor.

A forma de contato para contratação do trabalho remete a não-identificação do profissional, ou seja, muitos profissionais não fazem questão de se identificarem enquanto Assistentes Sociais, apesar de serem reconhecidos pelos dirigentes e participantes das OSCIP como tal, e, muitas vezes, também são contratados pela não identificação do profissional. Isso pode ser demonstrado nas seguintes falas:

Então, eu fui como um técnico, não interessava para eles se eu era um Assistente Social, ou se eu era Administradora, era um técnico que eles queriam. E eu fui indicada pelo superintendente [...] (Entrevista 01, p. 5).

Ela não tem a mínima idéia de um trabalho de um Assistente Social e não me procurou como tal. Me procurou como alguém que sabe fazer (Entrevista 02, p. 6).

Na verdade, eu fui contratada muito pela minha experiência, pelo que eu produzi, pela minha experiência [...], pelo que eu estudei, enfim, pela minha trajetória nesta temática do que pelo fato de ser Assistente Social. Não estava se procurando uma Assistente Social [...] (Entrevista 05, p. 8).

Essa não-identificação com a profissão pode estar associada à falta de clareza dos preceitos formativos, éticos e políticos da profissão, visto que “[...] identificar-se como um trabalhador que, nos limites do contexto social e econômico em que está inserido, tem a capacidade profissional de realizar intervenções que contribuam para a emancipação humana, é reconhecer sua importância” (CONSELHO REGIONAL..., 2006, p. 2).

Assim, as falas dos profissionais demonstram que, nas OSCIP, não existe ainda um reconhecimento da importância da atuação dos Assistentes Sociais, principalmente ao ter-se a conformidade, por parte dos profissionais, ao reforçarem o que está instituído, não

desenvolvendo estratégias que afirmem o significado social da profissão nesses espaços socioocupacionais.

Serviço Social na OSCIP

Contemplam-se algumas questões que subsidiam o entendimento dos processos de trabalho em que os Assistentes Sociais estão envolvidos, através de questionamentos que possam esclarecer sobre a inserção histórica destes nas OSCIP. Em relação à inserção do Serviço Social nas OSCIP, três dos profissionais não relacionam suas atuações enquanto Assistentes Sociais, não conseguindo apresentar subsídios que orientem ao histórico. Convidados a relatar sobre o histórico do Serviço Social na OSCIP, os profissionais direcionam suas respostas para as atividades desenvolvidas, afirmam que não existe um setor, inclusive pelo não-reconhecimento institucional retratado no contrato trabalhista ou pelo tipo de trabalho que foi ou é desenvolvido por esses profissionais.

Volta-se à análise feita anteriormente sobre a forma de contato para contratação de trabalho a que são submetidos os Assistentes Sociais, ocorrendo uma não-identificação pelos profissionais que os associe à profissão. Geralmente, obtiveram-se as informações dos secretários ou dirigentes das OSCIP, que informaram os contatos e a atuação dos profissionais enquanto Assistentes Sociais. Esses profissionais são identificados enquanto Assistentes Sociais, dados os contatos realizados para a pesquisa. Sobre o histórico, pode-se elucidar, através das falas que seguem:

Não existe. Nas OSCIP é raro tu ter alguma que tenha que trabalhe de Assistente Social (Entrevista 02, p. 6).

Não existe um setor do Serviço Social [...]. Existiram Assistentes Sociais, trabalhando, coordenando projetos. [...] (Entrevista 05, p. 6).

Olha, na OSCIP, como Assistente Social, não teria uma vivência como ação direta, sempre foi mais focado nas relações estratégicas. [...] (Entrevista 08, p. 4).

Dois profissionais⁸² ajudaram a constituir as OSCIP, mas ambos referem o histórico às atuações profissionais, não localizadas no tempo, sobre as dificuldades, implementação do processo do Serviço Social na organização.

No [OSCIP], vem comigo, vem comigo. E aí, nesse meio tempo, eu me aposento, mas continuei fazendo parte dessa diretoria e eu recebo todas as atas, eu participo

⁸² Um desses profissionais faz associação a suas práticas “não enquanto Assistente Social”, portanto, também está contemplado na frequência anterior.

das reuniões periodicamente. [...] E, então nós, somos assim, estruturando ainda a equipe com o Serviço Social junto (Entrevista 01, p. 6).

Outros dois profissionais simplesmente não sabem sobre a forma em que o Serviço Social se inseriu ou foi chamado para atuar nas OSCIP, apenas remetem suas falas ao “pouco” tempo que trabalharam nesses locais. Para tanto, tratar da profissão é ter a clareza que ela é histórica e “[...] indissociável das particularidades assumidas pela formação e desenvolvimento da sociedade brasileira no âmbito da divisão internacional do trabalho, quando resultante dos sujeitos sociais que constroem sua trajetória e redirecionam seus rumos” (IAMAMOTO, 2002, p. 18).

Considerou-se que dois profissionais — um deles que atua por convênio, ou seja, não está vinculado diretamente com a instituição, e outro que possui vínculo empregatício — descrevem detalhadamente sobre o histórico do Serviço Social, a partir da sua atuação, desde o período de sua implantação, as dificuldades, as conquistas e as novas possibilidades. Para os fins que justifiquem as afirmações, apresentam-se os relatos:

[...] a gente veio para cá em 1989, instituímos o Setor de Serviço Social. Tivemos alguns atritos com a instituição, com os ranços da instituição também porque aí tem... Quando tu chega numa coisa tão pesada como o [setor público], que as coisas estão instituídas há séculos, anos [...] A coisa foi difícil no começo, a gente foi conquistando espaço e depois, com o tempo, a gente conseguiu até participar de treinamento de funcionários e gerir até um pouco na organização da instituição (Entrevista 03, p. 4).

Sim. O Serviço Social, ele surgiu aqui [em] 1992, com esta colega que implantou, que fez a seleção que eu participei, que é a [nome próprio]. Ela trabalhou um bom tempo aqui na instituição e implantou o Serviço Social aqui. Isto em 1992. Em 1995 eu entrei para trabalhar na instituição [...] Depois, em 1996, nós tínhamos uma senhora que trabalhava aqui no administrativo e que cursou Serviço Social na [nome da universidade] e se formou. [...] Ela trabalhou conosco até 2002 [...]. Depois ela foi demitida, em função de que ela já estava aposentada e por contenção de despesas e por questões da empresa. [...] Mas eu creio que agora, com esta inovação toda que está ocorrendo, nós vamos ter captação de recursos humanos também para o setor, até porque também vai ser necessário (Entrevista 06, p. 4).

Podem-se verificar, pela inserção do Serviço Social na instituição, algumas categorias relacionadas à historicidade, conhecimento da realidade, alienação, identidade, relações institucionais relacionadas aos espaços públicos, dentre outras situações que constituem a profissão nesse lócus contraditório e que valorizam a atuação profissional. Principalmente porque se visa a uma profissão que esteja conectada com os tempos atuais, “[...] comprometida com os valores democráticos e com a prática de construção de uma nova cidadania na vida social, isto é, de um novo ordenamento das relações sociais” (IAMAMOTO, 2006b, p. 168).

A importância do resgate histórico está na compreensão da “[...] profissão como um processo, vale dizer, ela se transforma ao transformarem-se as condições e as relações sociais nas quais ela se inscreve” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO..., 1996).

Portanto, entender o processo é estar consolidando práticas fundamentadas na historicidade, buscando a superação do conservadorismo e efetivando o projeto profissional. Possibilita-se, nesse processo, ampliar a crítica nas dimensões econômicas, culturais, políticas e ideológicas.

Objeto de Trabalho

Conforme se estimulou neste estudo, as categorias “trabalho” e “processo de trabalho” — que orientam o projeto profissional do Serviço Social, embasadas pelas diretrizes (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO..., 1996) e inspiradas na concepção marxista — necessitam ser aprofundadas a partir de outras categorias que advêm destas últimas, podendo, assim, contemplar a totalidade a partir de suas partes.⁸³ Para tanto, ao se referirem os processos de trabalho em que participam os Assistentes Sociais, busca-se, no objeto de trabalho, fundamentar a concepção central em que os profissionais estão desenvolvendo seus trabalhos, a fim de desvendar as contradições existentes nesses campos. Contradições estas que também estão nas expressões da questão social. Destaca-se que essa análise do processo de apreensão do projeto ético-político não se refere apenas ao processo de formação, mas também às práticas, participações coletivas, intervenções na realidade, capacitações, dentre outras, mas às concepções de humanidade e de mundo de cada profissional e à lógica que determina a utilidade do Serviço Social na sociedade. O projeto ético-político não deve estar voltado somente às conformações da formação profissional, mas, sim, à forma em que se percebe a humanidade e o mundo em relação aos sujeitos e principalmente ao que determina o Serviço Social enquanto uma profissão na sociedade atual.

Tanto valem as afirmativas anteriores, que o Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social das Diretrizes Curriculares apresenta a seguinte concepção:

O trabalho é assumido como eixo central do processo de reprodução da vida social, sendo tratado como práxis, o que implica no desenvolvimento da sociabilidade, da consciência, da universalidade e da capacidade de criar valores, escolhas e novas

⁸³ No sentido dialético, para explicar a realidade, a partir de outras categorias que estão condizendo e que permeiam categorias mais abrangentes.

necessidades, e, como tal, desenvolver a liberdade (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO..., 1996).

O Serviço Social é uma profissão inserida como especialização do trabalho, e sua prática, como concretização de um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social (IAMAMOTO, 2006b). A intenção é verificar a opinião dos Assistentes Sociais sobre o processo de trabalho nas OSCIP, para isto, um primeiro questionamento foi sobre o reconhecimento do objeto de trabalho do Assistente Social nessas organizações.

A questão social e suas diferentes expressões não são explicitadas pelos Assistentes Sociais enquanto objeto profissional. Os profissionais, em suas manifestações não conseguem estabelecer a relação do objeto do Serviço Social, enquanto questão social e suas expressões. Demonstram dúvidas diante da objetividade da pergunta, passando os mesmos a contar histórias dos relacionamentos profissionais, demonstram surpresa ao serem indagados sobre o objeto da profissão, remetendo-se a outros assuntos, inclusive se justificando por não estarem exercendo a profissão nas OSCIP. Isto fica claro nas expressões:

Eu vou te contar uma história que é uma audácia da nossa parte. Uma pretensão, mas faz parte da nossa história. A gente no começo, quando começou a estabelecer o Setor, tudo bem, era estabelecer o Setor nas questões administrativas, estruturais (Entrevista 03, p. 5)

É complicada a pergunta. Qual é o objeto de trabalho? Objeto de trabalho, depende da localização da instituição, porque nem sei se todas são localizadas. Bom, vamos ser específico. [...] Isto talvez fuja um pouquinho do objeto do Serviço Social que eu estou falando. Mas o que eu visualizei? [...] Qual foi o objeto do Serviço Social enquanto profissional destas organizações? [...] O que poderia ser feito dentro daquele trabalho? Uma pergunta bem interessante. Qual era o objeto de trabalho do Serviço Social ali dentro? (Entrevista 04, p. 6).

Não tem uma... como não tem um setor, como não tem um trabalho do Serviço Social, é difícil falar do objeto do Serviço Social (Entrevista 05, p. 7).

Grande pergunta. O objeto de trabalho nosso? (Entrevista 07, p. 8).

Eu diria assim Tiago, estou num trabalho que o cenário é multiprofissional (Entrevista 08, p. 5).

Essa (in)definição do objeto de trabalho remete à discussão de que, na profissão, historicamente, se vivem embates entre diferentes projetos sociais, que estão inseridos na categoria e que estão “[...] redundando em diferentes perspectivas de leitura do significado do Serviço Social, que incidem na condução e operacionalização do trabalho cotidiano” (IAMAMOTO, 2002, p. 23). Nesse sentido, tem-se, no conservadorismo do Serviço Social “[...] a capacidade que os profissionais possuem de conciliar elementos os mais diversos possíveis, de reunir elementos antagônicos, estranhos entre si, provenientes de universos diferentes e divergentes” (GUERRA, 2006, p. 4).

Por outro lado, na continuidade das repostas, os profissionais remetem a algumas (in)definições dos objetos. Sendo que três perpassam a definição do objeto a partir dos objetivos, das especificidades de determinados projetos, remetem aos sujeitos e aos instrumentos.

Defino hoje, como sendo o Serviço Social, ele segue dois eixos bem distintos. Um eixo é do atendimento das demandas institucionais internas vinculadas às diretrizes de ação do [OSCIP]. [...] E o outro voltado especificamente para o Serviço Social que inicialmente faz esta, este interno, por situação assim da contingência em que a gente está. E aí se pensa um outro lado, implementar o Serviço Social, então, com as nossas diretrizes, nossos objetivos, finalidades, enfim (Entrevista 01, p.7).

O que eu posso te dizer é do objeto do [...] que é o projeto que eu estou trabalhando. Claro que o olhar desse objeto, como é um Assistente Social que está coordenando, vai também passar por este olhar do Serviço Social. Mas não dá para dizer que é um objeto específico do Serviço Social [...] (Entrevista 05, p. 7).

O nosso objeto é o [público que atende, segmento de trabalhador] e os seus dependentes, no caso a família, que aí se inclui esposa, filhos, pai, mãe. Os servidores civis da [instituição]. [...] Este é o nosso objeto aqui, nosso foco de trabalho aqui (Entrevista 06, p. 5).

Voltar-se ao objeto de trabalho do Assistente Social é ter clareza do projeto ético-político que “[...] tem suas raízes nas forças sociais progressistas e está fundado nas reais condições sociais em que se materializa a profissão” (IAMAMOTO, 2002, p. 23). Apesar de apresentarem, em suas respostas, dúvidas, histórias, surpresa, justificativas, os profissionais (cinco) demonstram esforços para sintetizar o objeto da profissão em uma palavra:

Transformação (Entrevista 02, p. 8).

A ampliação de consciência. A gente não colocou o foco na consciência, porque nos parecia meio esdrúxulo colocar como objeto do teu trabalho a consciência das pessoas, isto é da pessoa, tem vários desdobramentos. [...] Então, para nós, fica muito claro, nós trabalhamos com as relações sociais, buscando ampliação de consciência (Entrevista 03, p. 5).

Olha, seria um trabalho quase que de mediação, organização. Porque o Serviço Social serve para planejar. [...] O Serviço Social pode se voltar, como objeto de trabalho dele para planejamento (Entrevista 04, p. 6).

Eu acho que principalmente, neste setor [...] é possibilitar alternativas de geração de renda, para que a família, para que as pessoas que estão inseridas, que buscam, que procuram este programa possam estar ampliando a sua autonomia, se independizando daquela questão do atendimento emergencial, o tapa-furo como a gente chama [...] Então, que as pessoas possam ter alternativas e condições de ampliar a sua autonomia (Entrevista 07, p. 8).

Então, o objeto, os instrumentos, estas coisas todas com que a gente trabalha, o foco é o fortalecimento das organizações sem fins lucrativos que já tem esta OSCIP. Este objeto é sempre trabalhar na intervenção (Entrevista 08, p. 5).

Um dos profissionais apresenta a questão social enquanto objeto, mas na resposta da questão subsequente. Acha-se importante contemplar, neste momento, essa descrição, pois, apesar de o profissional não ter respondido anteriormente, volta ao objeto, para fundamentar suas teorias e metodologias.

A questão do objeto, por exemplo, claro que, para mim passa, a questão social. Quando eu olho para aquelas [sujeitos do projeto em que atua], eu vejo as diferentes repercussões da questão social colocadas ali. [...] Então, a questão social está, de alguma forma, passando aí como o objeto também do projeto. O conhecimento das violações é também o conhecimento de como a questão social se expressa nesta realidade (Entrevista 05, p. 9).

Faz-se a defesa e a garantia crítica a partir da reflexão dialética fundamentada no pensamento marxista de vertentes que executam a crítica ao capitalismo, enquanto formas de enfrentamento teórico, político e profissional da influência do pensamento conservador no Serviço Social. Admite-se, porém, que “[...] a conquista da categoria profissional pelo pluralismo exige uma atitude de respeito e tolerância pelo diferente, sem, no entanto, se render a essas diferenças” (GUERRA, 2006, p. 5).

A importância de o profissional saber construir criticamente seu objeto de trabalho fundamenta-se “[...] em suas particularidades sócio-institucionais para a elaboração criativa de estratégias de intervenção comprometidas com as proposições ético-políticas do projeto profissional” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO..., 1996). Por outro lado, quando não se possibilita a definição do objeto, a partir das diretrizes e do projeto profissional, embasa-se no pensamento conservador, que permite realizar uma mistura de teorias pelas quais se sustentem os profissionais, ou seja,

[...] o Assistente Social é capaz de juntar valores pertencentes a uma corrente de pensamento com a teoria de uma outra corrente. [...] isso reproduz o pensamento conservador, pois é o único que permite isso, que detém essa flexibilidade e a capacidade de realizar esse ecletismo. Seleciona o que parece ser melhor em várias doutrinas, métodos, teorias e os organiza em um novo arranjo (GUERRA, 2006, p. 5).

A gama de processo de trabalhos em que estão inseridos os Assistentes Sociais, assim como as exigências institucionais e a busca de atender às demandas que surgem nos espaços socioocupacionais, remete à necessidade primeira de os profissionais definirem o seu objeto, para, a partir de então, traçar uma proposta, um plano de intervenção que seja fundamentado teórica e metodologicamente através dos subsídios e instrumentos produzidos na área de conhecimento do Serviço Social e afins.

Plano de Trabalho

Ao estruturar-se o instrumento de coleta das informações referentes aos processos de trabalho, contempla-se o plano de trabalho dos Assistentes Sociais, em função de verificar a

autonomia, os tipos de atividades, a percepção da necessidade do instrumento, as propostas de trabalhos a serem desenvolvidas (projetos, programas e serviços).

O plano de trabalho deve ser um instrumento que não só abranja as atividades a serem desenvolvidas, mas que também amplie descritivamente como serão executadas essas tarefas, passando por avaliações e efetivação do processo, atendendo às necessidades do público que demanda as políticas. A maioria dos profissionais (seis) elabora plano de trabalho. Em relação às respostas dos profissionais, verifica-se que não são detalhadas as atividades previstas nos planos. Assim, as falas apresentam algumas das atividades desenvolvidas no plano:

Debates nas reuniões, por exemplo, eles perguntavam, como é que se faz isto? No início, inclusive, bem no início, a proposta do [OSCIP] era atender, pontualmente algumas situações, atender uma instituição aqui, outra lá. [...] (Entrevista 01, p. 9).

A gente tem um projeto que a gente escreveu quando a gente estava muito preocupada com a questão teórica, com o marco teórico do trabalho [...] E a gente tem uma rotina que eu escrevi [...] São páginas e páginas, de todos os procedimentos que a gente faz aqui dentro (Entrevista 03, p. 6).

Eu elaborei o projeto de trabalho de atendimento às famílias que viessem, principalmente das vilas. Este curso. [...] O objetivo do projeto seria passar a educação da língua espanhola, do idioma espanhol para as crianças (Entrevista 04, p. 7).

A gente faz toda a questão da verificação da violação e da relação que isto tem com os tratados internacionais, com a legislação nacional, com a constituição, com a lei [...] (Entrevista 05, p. 8).

Vai fazer toda uma avaliação social, vai ver se tem atendimento a ONGs, se ela solicitou atendimento já pela Assistência Social, que outras políticas ela está vinculada, também, recebendo atendimento. [...] A gente faz uma avaliação e um parecer. [...] Então, depois disso, para continuar dizendo o que eram as tarefas, a gente faz um acompanhamento social à família (Entrevista 07, p. 7).

Dois profissionais expressam não ter um plano de trabalho, e que trabalham por demandas, solicitações que cada caso é um caso:

Não. Cada caso é um caso. Isto é uma coisa minha. Vai de, eu não sei se é de personalidade, ou o que é. Eu nunca trato nada como se fosse igual. Não tem um valor para nada (Entrevista 02, p. 9).

Sempre o Serviço Social busca ver quais são as demandas, as necessidades da clientela, e a gente busca montar o trabalho de acordo com estas necessidades (Entrevista 06, p. 6).

Para os profissionais que dizem ter um plano de trabalho, aparecem alguns desdobramentos, como, por exemplo, a questão das relações estabelecidas com as outras áreas do conhecimento também se explicita, configurando, assim, que os processos de trabalho em que participam os Assistentes Sociais implicados com a interdisciplinaridade.

O agente de crédito também faz uma avaliação e um parecer. A gente conversa, a gente tem momentos de troca. O agente de crédito vai ver a questão de valores e a

questão da gestão, faz toda esta avaliação mais prática, do negócio que a pessoa está querendo montar ou está querendo criar (Entrevista 07, p. 7).

O projeto tem seis profissionais comigo, são eu, duas advogadas, uma psicóloga e dois estagiários, um do Direito e um das Ciências Sociais (Entrevista 05, p. 8).

Aparecem ainda, nas respostas dos profissionais, a relação e as intenções dos trabalhos voltados às políticas públicas estatais, como o **Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**. Estabelecem-se a relação dos espaços privados, buscando subsídios no público, e, por parte dos profissionais, a coerência de ao atuarem no âmbito privado, prezar pelas políticas públicas.

E, *a priori*, o terceiro setor não é totalmente separado da Política de Assistência. Hoje é uma complementação. A própria NOB, determina, a última NOB, determina que a rede seja composta pela sociedade civil. [...] Nós fizemos parte de uma rede de recursos na comunidade que possa vir a complementar a rede de políticas públicas (Entrevista 01, p. 9).

As minhas demandas são demandas de coordenação do projeto. O que o projeto se propõe? A fazer um aprofundamento das violações na [órgão público] e propor políticas de intervenção, de superação até destas violações (Entrevista 05, p. 8).

O principal, que a gente trabalha mais é o crédito individual assistido. Tem o crédito solidário, que é com grupos que se associam. Tem o individual assistido, que é o que mais a gente trabalha. São pessoas que já pertencem, principalmente a atendimento, a serviços da Secretaria de Assistência Social. A prioridade é para pessoas em vulnerabilidade social. Então, a gente procura vincular aos atendimentos que a gente já faz... porque tem que ser ações integradas, as coisas não são isoladas (Entrevista 07, p. 7).

Olha, o plano de trabalho ele está mais focado a novas estratégias a partir do plano da **Política Nacional de Assistência Social**, o SUAS, neste seu novo entendimento, a partir da **Norma Operacional Básica**. Como as organizações sem fins lucrativos terão novas metodologias para dar conta desta nova realidade? É o trabalho de interação com a rede privada e a rede pública (Entrevista 08, p. 6).

O plano é uma etapa do processo de planejamento, e planejar é: transformar a realidade numa direção colhida; organizar a própria ação; implantar um processo interventivo na realidade; agir racionalmente; dar clareza e precisão à própria ação; explicitar os fundamentos da ação; por em ação um conjunto de técnicas. Ou seja, planejar é elaborar, executar e avaliar (GANDIN, 1993). É importante realizar o plano de trabalho, pois este ajuda a “[...] alcançar a eficiência. Isto é, elaboram-se planos, implanta-se um processo de planejamento a fim de que seja bem-feito aquilo que se faz dentro dos limites previstos para aquela execução” (GANDIN, 1993, p. 16).

A elaboração dos planos pressupõe conhecimento da realidade, decisão, ação e crítica. Para tanto, o planejamento pode conter plano, programas e projetos (CARVALHO, 1976). É importante que um plano seja viável econômica, estrutural e politicamente. Para tanto, exige alguns elementos: definição de objetivos; determinação de metas globais e

setoriais; programas setoriais; determinação de recursos; e sistemática de implementação (CARVALHO, 1976).

Verifica-se que o plano de trabalho é de grande monta para a efetivação dos processos de trabalho em que participam os Assistentes Sociais, atribui à isso a necessidade de: sistematização das atividades com a finalidade de organização, sistematização dos recursos a serem utilizados; possibilidades de efetivação das propostas, leitura da realidade; construção histórica da profissão nos espaços socioocupacionais, dentre outros subsídios que fortalecem a importância da profissão.

Teorias e Metodologias

A análise de conteúdo está sendo feita pelas categorias da realidade, e essas endossam-se, também, a partir das diretrizes curriculares (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO..., 1996). Ressalta-se que os núcleos de fundamentação da formação profissional não são dissociáveis uns dos outros. Indagam-se os profissionais sobre quais são suas teorias e metodologias utilizadas para fundamentar sua prática interventiva.

Um dos profissionais demonstra o conhecimento de sua inserção em um dos processos de trabalho em que participa. Expressa a “mediação” como metodologia, considera esta como sendo específica do projeto a partir de uma construção coletiva.

Então, esta mediação é feita continuamente. Não só por mim, mas por todas as pessoas que estão participando do projeto. Por isso, que fica complicado eu separar o Serviço Social, porque é uma metodologia do projeto que a gente está trabalhando e aí ela tem claro um pouco a minha cara, mas tem a cara também das outras pessoas que estão... (Entrevista 05, p. 8).

Um dos profissionais, apesar de remeter o embasamento fragmentado da metodologia e esta especificidade ao Serviço Social, apresenta-se focalizado para a lógica do mercado, buscando atender às solicitações de seus “clientes” a partir da formatação metodológica de projeto.

Então, qual é o método? É usar a composição de projeto mesmo. Tu pega lá do Serviço Social e tu aprende a montar projetos. Eu sigo a base do Serviço Social obviamente, de maneira... [...] Eu busco as orientações que a gente pegou lá na faculdade, que o projeto tem que ter aquela coerência, tem que isso, aquilo, aquilo e outro e só faço a adequação dele no dinheiro que eu estou buscando [...] (Entrevista 01, p. 10).

Um dos profissionais refere-se a teorias pós-modernas da complexidade, enquanto método, enfatizando a participação, prezando o coletivo.

A gente sempre utiliza como método, o método participativo. [...] Então, eu verifico, numa teoria da complexidade, em que é possível entender as partes, o todo, como um funcionamento, do bem, do mal, integrado e que possam, 'ns' (inúmeros) posicionamentos, vir em causa do bem comum dentro da instituição. Eu verifico como algo do contemporâneo, trabalhar o método participativo, trabalhar teoria da complexidade e envolver estas ferramentas que devíamos ter, da sustentabilidade, a própria ótica da qualidade, da responsabilidade social (Entrevista 08, p. 7).

A maioria dos profissionais (cinco) consegue apontar-se a metodologia, deixando clara, inclusive, sua fundamentação teórica. Expressa, em suas falas, a contradição.

[...] a gente teve a pretensão de ter um marco teórico marxista. [...] O grupo compactuava ideologicamente com aquilo. [...] Tenho colegas que fizeram formação na área de família, de terapia de família que vem com um marco sistêmico que a gente tentou aprender junto. Hoje eu acho que eu não posso te dizer, esta equipe tem um marco teórico e tem uma metodologia definida em cima desta ou daquela teoria (Entrevista 03, p. 9).

Planejamento eu me apoiei no Mário da Costa Barbosa que tem um manual de planejamento e todo material teórico de planejamento que eu tinha da faculdade. [...] Martinelli porque tu tem alcance e efetividade das ações, o Zimmerman, **Como trabalhar com grupos**, está aí. E temos um que eu acho bem pertinente, até nem coloquei aqui ele, deixa ver melhor, que é o **Trabalhando com o Povo**, Clodovis Boff. Eu acho que tu tem que saber trabalhar, Faleiros também, Freire. [...] Antropologia, François Laplantine, porque não tem como tu não fazer isto, tu não te aprofundando em alguns teóricos, principalmente (Entrevista 04, p. 8).

Então aí que eu vejo uma perspectiva dialética de a gente buscar, na medida em que tu vai tendo esta possibilidade de colocar questões, tu ir trazendo e discutindo e ir buscando esta transformação (Entrevista 06, p. 7)

Bom, eu me utilizo muito do Faleiros, que trabalha muito com o empoderamento, com as relações de poder, etc. e tal, nos atendimentos individuais e nos atendimentos também em grupos que a gente fazia. [...] e estou um pouco impregnada também com a teoria Marxista, apesar de não ter aprofundado muito [...] (Entrevista 07, p. 9).

Apesar de as instituições organizarem os processos de trabalho em que os profissionais participam, principalmente no âmbito dos serviços e políticas, ou seja, instrumentais que estão carregados de posicionamentos ideológicos e políticos, essas OSCIP não determinam os procedimentos teórico-metodológicos dos profissionais. Merecem destaque algumas ressalvas feitas quanto à questão institucional, ou seja, apesar das dificuldades institucionais enfrentadas pelos profissionais, estes conseguem fazer o diferencial e à resistência, por apresentarem propostas críticas, embasadas metodológica e teoricamente.

Nós temos o conservadorismo e tudo, mas com a perspectiva dialética. Até por estar justamente neste processo contraditório de trabalhar numa instituição conservadora, mas buscar trazer a perspectiva dialética, que, no meu ponto de vista, ela te dá diferentes... por exemplo, aqui na psicologia tu consegue desenvolver um trabalho mais atuante, sai daquele conservadorismo, tu consegue desenvolver, buscar o desenvolvimento organizacional, o desenvolvimento do setor. E nós estamos tendo assim... sempre foi respeitado as nossas posições (Entrevista 06, p. 7).

E foi uma coisa bem interessante, quando a gente está numa instituição super positivista, não tem mais do que ser positivista do que o direito, para uma postura do Assistente Social enquanto marxista, dialético-marxista. Nós tivemos vários enfrentamentos e dificuldades por conta disto. Aprendemos, com o passar dos anos, a ser mais estratégicas, a ter mais habilidade inclusive nestas negociações necessárias (Entrevista 07, p. 9).

Nesse mesmo sentido, não é possível o Assistente Social realizar seu trabalho sozinho, pois seu trabalho é coletivo, “[...] sua inserção na esfera do trabalho é parte de um conjunto de especialidades que são acionadas conjuntamente para a realização dos fins das instituições empregadoras, sejam empresas ou instituições governamentais” (IAMAMOTO, 2006b, p. 64). Cada vez mais, faz-se necessário ao profissional ter clareza da fundamentação teórico-metodológica no Serviço Social, principalmente para conseguir fazer a leitura do ser social e da sociedade. Ou seja, constitui-se de um “[...] acervo de fundamentos temáticos que possa fornecer bases para a compreensão da dinâmica da vida social na sociedade burguesa” (IAMAMOTO, 2006b, p. 72).

Nesse sentido, somente pela fundamentação teórico-metodológica, pode-se compreender e explicar a realidade e suas múltiplas expressões. Atende-se, assim, a mais um dos objetivos da pesquisa, em discutir a efetivação dos processos de trabalho em que participam os Assistentes Sociais nas OSCIP. Esse, por sua vez, visa contribuir para o aprimoramento dos referenciais teóricos e para a qualificação dos processos nesses espaços socioocupacionais, assim como permitir a reflexão das práticas realizadas neste campo.

Instrumentos e Técnicas

Uma das formas mais concretas para efetivação e de importância para o trabalho desenvolvido pelos Assistentes Sociais está nos instrumentos e nas técnicas utilizados nas atividades desenvolvidas. Isso não significa que esses são únicos e exclusivos do Serviço Social, mas são os meios que os trabalhadores sociais têm utilizado em seus processos de trabalho. Com o intuito de saber quais são os instrumentos e técnicas utilizados nas OSCIP, contemplou-se esse eixo na investigação.

Os profissionais (sete) apresentam, enquanto técnicas e instrumentos, as entrevistas realizadas com dirigentes, usuários, familiares; visitas domiciliares e a instituições; trabalhos com grupos; desenvolvimento de projetos; criação de rotinas de trabalho; promoção de seminários e fóruns; parecer em processos; banco de dados e tratamentos estatísticos; estudo

social; diagnósticos; reuniões técnicas; relatórios; fichas de avaliação; levantamento de dados e situações sociais; observação participante; e pareceres técnicos.

Eu visito, algumas vezes converso muito, muito, muito. Eu preciso ouvir. Ouvir e anotar. Não tenho um formulário padrão. [...] Eu sento, converso, observo, muitas observações, faço anotações (Entrevista 02, p. 11).

Entrevista individual, entrevista com os colaterais se for necessário, consulta à família, às visitas, às conveniadas, as reuniões com as conveniadas ou prestadoras de serviço e dirigentes da conveniada, este fórum a cada semestre. Depois tem toda a documentação claro que também é um instrumento nosso. Conteúdo processual, hoje, nós contamos na informática com todo... que nós conquistamos com muita perseverança. A gente conquistou um programa hoje. [...] Aquilo que a gente está acostumado a fazer no Estudo Social. [...] Temos estes diagnósticos muito atualizados nas reuniões técnicas que a gente tem todas as segundas-feiras. Também temos pastas onde são atualizadas, ainda temos pastas com papel pois isto ainda não foi para o sistema. [...] relatório de frequência, relatório... fichas de avaliação que foram montadas nestes fóruns, foram elaboradas nos fóruns (Entrevista 03, p. 6-7).

[...] levantamento de dados das famílias da região, das vilas, da própria instituição, quem estava ali dentro, como eram estas famílias. [...] Com entrevista, com avaliações, com anamnese, tu tem que ter todo este instrumental para trabalhar com eles, e construir a tua metodologia a partir deste trabalho. E assim, vamos... tu tem que construir os indicadores (Entrevista 04, p. 9).

A observação que a gente está fazendo, a observação participante. Então, tem todo, como eu já te disse, a gente tem o relatório preliminar. A gente está realizando entrevistas também [...]. Tem este trabalho de organizações de seminários [...] (Entrevista 05, p. 10).

Olha, a gente costuma utilizar o diagnóstico social das situações. A gente faz um estudo social, sempre, dependendo do caso, tem que ser analisado, ser visto, presta parecer técnico para diretoria, para que seja discutido. Visitas domiciliares, fizemos muito [...] A gente utiliza também, dados estatísticos de atendimento [...] Também se presta relatórios anuais de atividades do setor (Entrevista 06, p. 8).

Entrevista individual. A visita domiciliar era uma coisa que se utilizava bastante e que eu fui aos poucos começando a modificar. E o trabalho com grupos (Entrevista 07, p. 10).

São mais dinâmicas mesmo. [...] Então, este processo de construção, a partir de dinâmicas faz com que este pertencimento ele se vê uma identidade dentro da organização e é possível ver esta construção para além do burocrático, mas com uma forma de sustentabilidade a partir das ferramentas de gestão (Entrevista 08, p. 8).

Um dos profissionais não conseguiu definir, na resposta, seus instrumentos ou técnicas de trabalho, remetendo-se a um plano que ainda estaria em construção, conforme pode ser visto na fala:

Olha, eu não posso dizer que eu uso esse, que eu não uso. [...] Na verdade nós estamos construindo uma metodologia, nós estamos construindo uma forma de trabalho. [...] Mas a gente não sabe ainda. Eu não sei ainda o plano, que plano ideal nós vamos poder aplicar aqui (Entrevista 01, p. 11).

Tem-se a linguagem, como instrumento de trabalho, nesse sentido, “[...] suas atividades dependem da competência na leitura e acompanhamento dos processos sociais, assim como no estabelecimento de relações e vínculos sociais com os sujeitos sociais junto aos quais atua” (IAMAMOTO, 2006b, p. 97).

É importante analisar que, nas falas, os profissionais referem os instrumentos enquanto específicos do Assistente Social e não cogitam sobre as dificuldades e as restrições dos meios disponibilizados, ou não, pelas organizações. Mesmo sendo profissional com relativa autonomia, depende-se da estrutura dos locais em que se trabalha e que “[...] viabilizam aos usuários o acesso a seus serviços, fornecem meios e recursos para a realização, estabelecem prioridades a serem cumpridas, interferem na definição de papéis e funções que compõem o cotidiano do trabalho institucional” (IAMAMOTO, 2006b, p. 62).

Nesse sentido, faz-se necessário o entendimento de que o Assistente Social não detém todos os meios para a realização dos seus trabalhos. Esses meios também consideram os recursos financeiros, técnicos e humanos. Ou seja, o profissional, para realizar seus processos de trabalho, “[...] depende de recursos previstos nos programas e projetos da instituição que o requisita e o contrata, por meio dos quais é exercido o trabalho especializado” (IAMAMOTO, 2006b, p. 63). Faz-se necessário romper com as técnicas (instrumentais operativos) de adaptação do trabalhador as exigências do capitalismo, fortemente empregado nas empresas, onde seus trabalhos estavam voltados a “[...] detectar e atenuar as tensões provenientes da intensificação do processo de exploração da força de trabalho e do movimento de resistência dos trabalhadores” (CESAR, 1999, p. 170). Ou, ainda, “[...] não obstante as requisições profissionais por ‘novos’ instrumentos operativos, a profissão carece de uma racionalidade, como fundamento e expressão das teorias e práticas, capaz de iluminar as finalidades, a partir das quais o aparato técnico-operativo é mobilizado” (GUERRA, 1995, p. 14).

Retorna-se à discussão sobre os instrumentos de trabalho enquanto meios desse processo, portanto, tratar separadamente os eixos formativos no Serviço Social é correr o risco de, por exemplo, no caso dos instrumentos, tecnificar os processos de trabalho. Nesse sentido, têm-se a importância da clareza teórico-metodológica e que o acúmulo do conhecimento pelo profissional, durante sua formação e atuação profissional, também faz parte dos meios de seu trabalho, principalmente por contribuir com sua práxis e seu importante papel político.

Projeto Ético-Político

Atingir os objetivos da pesquisa direciona as atenções para determinadas perguntas, primordiais para o entendimento dessa realidade e do posicionamento dos Assistentes Sociais.

Para tanto, buscou-se identificar quais as contribuições dos Assistentes Sociais na perspectiva de consolidação do projeto ético-político da profissão através de questionamentos aos Assistentes Sociais.

Ao realizar-se a análise de conteúdo, a partir das falas dos profissionais, pode-se verificar, em relação ao projeto ético-político da profissão, uma maior heterogeneidade. Um profissional mostrou uma visão voltada à prescrita institucional, ou seja, direciona suas falas a atender à realidade institucional.

Eu diria que esta articulação, ela se dá com a ênfase muito na realidade da instituição, ou seja, ter esta possibilidade que nós verificamos da história, a partir de toda a documentação, toda a aplicação de recursos, toda a sua conformação e o que realmente esta organização está querendo. [...] O avançar no sentido, ético-politicamente é possível, a instituição está consolidada, sabe o que quer, objetivamente ela emprega os recursos. É possível desenvolver esta ação. Caso contrário, eu não tenho como avançar (Entrevista 08, p. 9).

Ao buscar o espaço do Serviço Social nas instituições, um profissional remete suas conquistas à relação necessária a ser estabelecida entre o projeto da profissão e o institucional, visando sempre respeitar este último, mas demonstrando outras possibilidades. Inscreve-se, assim, em defesa do projeto ético-político do Serviço Social, tratando-o como instrumento profissional para a demonstração da importância que tem o Serviço Social.

Este foi um entendimento muito importante, porque a gente saiu do ranço do autoritarismo do [espaço de trabalho público estatal], porque, no início, a gente se contaminou um pouco com isso. E aí tinha uma posição um pouco tanto autoritária da nossa parte, inclusive em exigir. [...] Para uma tecnização maior para as necessidades da instituição, do público que ela atende. [...] Porque nós tivemos alguns momentos em que o projeto ético-político do Serviço Social bateu de frente com o projeto da instituição [espaço de trabalho público estatal]. E nós tivemos que ir para o embate, onde nós fomos cobrados a fazer algumas coisas que a gente teve que devolver dizendo: 'Para isto vocês não precisam de Assistente Social, vocês contratam um bom secundarista, um bom aluno de ensino médio e ele vai fazer o que vocês pedem. Vocês resolveram que tem um Assistente Social neste programa porque vocês já estavam querendo outra coisa' (Entrevista 03, p. 10).

Um profissional ressalta a importância do projeto ético-político no atendimento ao indivíduo, não apresentando subsídios coletivos, e até mesmo remetendo ao projeto pessoal de vida, como é o caso demonstrado na fala.

O projeto ético político, acho que, neste trabalho que eu desenvolvi, no Setor [órgão público], sempre buscando... eu acho que possibilitar novas condições da pessoa, do ser humano estar refletindo sobre a sua condição, estar podendo participar do seu processo. [...] Mas assim, eu acho que o projeto ético-político, ele está em todas as nossas ações, mas a principal, eu penso que é a de a gente possibilitar ao ser humano de estar refletindo sobre o seu processo, sua vida, as suas condições de vida. [...] eu acho que o nosso projeto ético-político ele deve estar proporcionando condições, espaços, para que as pessoas consigam ser donas da sua vida, da sua existência, do seu trabalho (Entrevista 07, p. 11).

Três Assistentes Sociais direcionam suas falas ao Código de Ética Profissional, assim como ao estatuto da instituição, visando ao esclarecimento dos usuários. Demonstra-se, assim, o comprometimento desses para com a instituição e seus usuários, deixam explícito o entendimento do projeto profissional a partir da visão da humanidade, de mundo e da defesa pelos direitos.

De acordo com o nosso Código de Ética e também com as normas estatutárias da instituição, porque a gente tem, tem estatuto, tem que ter. A gente busca, Tiago, sempre trazer a questão dos direitos sociais, daquilo que é direito do cidadão, do nosso usuário. Então, deixar claro para eles. [...] Então a gente busca ter sempre esta questão de ver realmente aquilo que o usuário pode usufruir e deve usufruir e tem que estar informado disto e tem que estar orientado para ele poder se utilizar disto (Entrevista 06, p. 9).

Eu sei que por princípio, a gente, nós profissionais de Serviço Social temos compromissos tanto com a população, tanto quanto a nossa instituição. [...] Eu acho que a ética, para mim, está intrínseca nessa ação, na medida que se determina que vai fazer determinada ação, determinada atividade, respeitando a história, a realidade da clientela e levando em consideração os nossos instrumentos, os nossos princípios para não inventar uma outra profissão, digamos. [...] Por outro lado, o compromisso, mais político, que eu possa estar pensando neste momento, é de que a, eu diria no que diz respeito a toda uma leitura, do contexto político histórico que nós estamos vivendo, desde a **Política Nacional de Assistência Social** que a gente não pode estar afastado, nem como cidadão, nem como agente da Assistência. Interpretando esta política, acompanhando a evolução deste contexto e fazendo a correlação de que a constituição de uma OSCIP como a nossa possa estar fazendo em consonância com esta **Política de Assistência Social** em nível Nacional (Entrevista 01, p. 12).

Eu vejo a ligação superestreita com o projeto ético-político da profissão. O Projeto [um dos projetos da OSCIP] está superafinado, independente de ter uma Assistente Social ou não, mas pensando na minha inserção enquanto Assistente Social, existe uma identificação muito clara aí das questões colocadas no projeto ético-político da profissão com o que a gente desenvolve ali que é: a tentativa de democratização da instituição, esta questão do conhecimento das violações, a busca de alternativas, de propostas de inserção, etc.. Então, tem uma identificação total aí das duas questões (Entrevista 05, p. 11).

Outros (dois) profissionais não conseguem definir o projeto ético-político, dirigindo suas falas à divisão entre política e ética, bem como ao projeto pessoal.

[...] o ético político, como já diz todos os nossos atos são políticos. Confesso que eles são políticos. Então tu tem até na tua fala este ato político. Como tu vai mudar isto? Quando tu fala em política, fica muito fechado, porque o que te vem logo na cabeça? Vem o político, não atitudes e atos políticos. [...] Política partidária, não o ato político. Se tu for, assim, descobrir, tu vai ver que política é mudança, política é inclusão e o meu ato político enquanto Assistente Social voluntária e este trabalho que eu fiz ali, foi de inclusão. Foi meu ato político (Entrevista 04, p. 10).

A minha entrada e saída nas OSCIP, na maioria das vezes, ela se dá de uma forma tão... que eu prefiro não te dar uma fórmula perfeita. Ela se dá de uma forma, entrou, pontuou, saiu, que não tem este viés. [...] É muito mais um papel de lobista, na realidade, muitas vezes, o papel corre muito mais no meio da coisa do lobista (Entrevista 02, p. 12).

O projeto ético-político da profissão está endossado pelos preceitos democráticos, universalistas, participativos, de acesso coletivo, cidadão, de defesa dos direitos e políticas

sociais públicas. Nesse sentido, o Código de Ética Profissional foi constituído como base para a concretização do projeto ético-político da profissão. Desse modo, os princípios do Código de Ética (CONSELHO FEDERAL..., 1993) devem ter “[...] vida por meios dos sujeitos que, internalizando o seu conteúdo, expressam-no por ações que vão tecendo o novo projeto profissional no espaço ocupacional cotidiano” (IAMAMOTO, 2006b, p. 78).

A absorção necessária e de defesa do projeto profissional também está relacionada à capacidade profissional, que “[...] exige romper tanto com o teorismo estéril, quanto com o pragmatismo, aprisionados no fazer pelo fazer, em alvos e interesses imediatos. Demanda competência da organização, que dilui o poder como se ele não fosse exercido por ninguém, mas derivasse das ‘normas’ da instituição, da burocracia” (IAMAMOTO, 2006b, p. 80).

Apresenta-se a falta de apropriação do projeto ético-político pela categoria. Pode-se atribuir esse fato ao pouco tempo de maturação em que esses fundamentos estão na profissão e, à carência de produção de conhecimentos voltada ao assunto. Ressaltam-se os mecanismos utilizados para a divulgação desse projeto e a sua intenção de resistência ou de contra-hegemonia, voltado à construção de uma nova ordem social.

Direitos Sociais

Tem-se a finalidade de articular as discussões referentes à retórica e histórica resistência dos espaços de trabalho do chamado terceiro setor, buscando historicizar e contextualizar esses espaços, a partir da realização, ou não, de articulação do projeto ético-político da profissão com a realidade do exercício profissional, para a garantia de direitos nesses espaços socioocupacionais.

A partir das falas dos profissionais (cinco), pode-se verificar a clareza que esses têm dos seus papéis na consolidação dos direitos sociais. Apresentam posicionamento em defesa da consolidação das políticas sociais nas OSCIP. Alguns remetem à efetivação dos direitos a partir da realização de estudos, pesquisas, denúncias, leitura da realidade e se voltam para a interlocução entre as políticas públicas estatais e a relação com as organizações privadas sem fins lucrativos. Presa-se a efetivação dos direitos sociais a partir do esclarecimento e do acesso destes aos usuários. Preocupam-se com a definição desses direitos, inclusive questionando-se e formando grupos de estudo. Apresentam propostas de efetivação a partir da cobrança, da participação e da execução dos direitos pelos órgãos competentes.

Primeiro interpretando que direitos são esses. A OSCIP não funciona sozinha, ela não está independente, totalmente independente do contexto. Com outras instituições, outros mecanismos legais e ao mesmo tempo nós temos também condições de interpretar para esta OSCIP, o que é fazer uma Assistência Social, não assistencialismo. [...] E mostrando, indicando quem é a nossa clientela, enquanto pessoas que têm direitos e que são cidadãos (Entrevista 01, p. 13).

O que a gente está buscando hoje... que a gente vai se associando a alguns parceiros, tipo, a Defensoria Pública, o Ministério Público, a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, algumas coisas assim. (Entrevista 03, p. 11).

Eu acho que... para mim, é como eu te disse assim, é muito mais fazendo esta interface com as instituições, fazendo estudos, pesquisas, investigações, denunciando, expressando esta realidade, cobrando ações do Ministério Público, da Defensoria Pública, enfim, dos órgãos. Eu acho que a gente tem que ter o cuidado de simplesmente ter um projeto que presta um atendimento que deveria ser do Estado (Entrevista 05, p. 12).

Eu acho que basicamente fazendo um trabalho de informar aquele usuário, esclarecer, orientá-lo, quanto a estes direitos sociais. [...] Então isto eu acho que é um papel fundamental do Assistente Social dentro das instituições. [...] E se, por ventura, na instituição não se tem aquele determinado recurso, naquele momento, mas que tu possa também informar do que a rede, o que as parcerias podem estar oferecendo, para ti poder orientar o teu usuário (Entrevista 06, p. 10).

O público agora também está tendo a sua contraprestação, e as organizações sem fins lucrativos, antes, muito fragilizadas, sob o ponto de vista de sustentabilidade, começam a acenar agora um processo de participação. Ou seja, um envolvimento nas questões que tratam as políticas sociais enquanto processo, elas estão tendo este cenário das redes. Interligação, primeiro, segundo e terceiro setor (Entrevista 08, p. 10).

Um dos profissionais considera a efetivação dos direitos sociais a partir da contribuição dos usuários, da construção e da busca pelos direitos, a partir de suas capacidades

Eu acho que principalmente, não sendo o dono da verdade. Porque as pessoas que estão ali nestes espaços elas estão buscando, mas elas também têm o que contribuir e a gente possibilitando esta contribuição, esta troca, a gente está dando condições de participação real, que as pessoas consigam se colocar (Entrevista 07, p. 12).

Um dos profissionais vislumbra a garantia dos direitos sociais voltada ao projeto profissional, tendo por base os eixos formativos e a responsabilidade dos profissionais enquanto protagonistas dos direitos.

A garantia do direito é ter bem claro o teu objeto de trabalho. Se tu não tiver claro o teu objeto de trabalho, tu não vais a lugar nenhum. Tem que ser bem assim, tem que ter o compromisso, atendendo aos eixos da profissão: ético-político, teórico-metodológico e... (Entrevista 04, p. 11).

Por fim, em relação aos direitos sociais, um dos profissionais não consegue associar suas práticas com a garantia dos direitos sociais nas OSCIP, criticando a resistência profissional em se inserir nas novas exigências ao trabalho.

Bom. Como eu vejo isto. Eu acho que o direito, ele tem que ser garantido pela movimentação do Assistente Social em direção a isto. [...] Eu tenho uma bronca com Assistentes Sociais, tu não tem nem idéia, do tipo assim (Entrevista 02, p. 13).

A defesa dos direitos sociais deve permear toda a práxis profissional, nesse sentido, “[...] colocar os direitos sociais como foco do trabalho profissional é defendê-los praticamente, viabilizando a sua efetivação social. Essa é uma das frentes de luta que move os Assistentes Sociais nas microações cotidianas que compõem o seu trabalho” (IAMAMOTO, 2006b, p. 78). Pensar na perspectiva dos direitos sociais é estar voltado à primazia do Estado como central na gestão das políticas públicas (IAMAMOTO, 2002).

Os direitos sociais, ao serem trabalhados nos espaços privados, tendencialmente se tornam individuais e seletivos. Para eles, faz-se necessária a primazia do Estado, ente que pode desenvolver as propostas da sociedade na gestão das políticas sociais, pelos princípios universalistas garantidos na Constituição de 1988.

Produtos do Serviço Social

Busca-se materializar os processos de trabalho dos Assistentes Sociais a partir dos produtos que os profissionais atingem com suas práticas. Apesar de estarem inseridos em instituições do mesmo cunho jurídico, seus processos de trabalho direcionam-se para práticas diferenciadas. Assim, definem-se alguns produtos pelos trabalhadores.

Dois profissionais reportam-se ao usuário, apresentando a situação pontual e individualista de que o produto do trabalho do Assistente Social está em fortalecer o usuário.

Olha, produto, para mim, é a gente fortalecer o usuário para enfrentar as situações problema, que ele nos trás, que ele apresenta (Entrevista 06, p. 12).

De uma pessoa chegar na minha frente e dizer assim: ‘[...] as coisas ocorrendo como estão ocorrendo, daqui a pouco tu não vai nem ter que manter o meu prontuário mais aqui. Tu já vai poder tirar o meu prontuário daqui, porque eu estou conseguindo me manter, estou conseguindo ampliar o meu negócio, eu vou colocar alguém para trabalhar comigo’. Isto foi o melhor resultado que eu podia receber. [...] E isto é muito legal, e este é o maior resultado (Entrevista 07, p. 13).

Um dos Assistentes Sociais trata os produtos no âmbito do trabalho em equipe, responsabilidade, desempenho, decisão, planejamento e estratégia. Destacam-se os substantivos voltados à satisfação pessoal, confundindo ou não tendo clareza dos processos de trabalho.

Trabalho em equipe, responsabilidade, eu acho que desempenho, decisão. Não é ajudar pessoas é incluir pessoas. [...] Acho não, acredito que o Assistente Social não saiba visualizar a atitude de planejamento e estratégia (Entrevista 04, p. 12).

Um dos profissionais consegue apresentar seu produto de trabalho, uma pesquisa, realizada por projeto, voltada para a consolidação ou contribuição às políticas públicas.

Uma das questões foi à pesquisa realizada [...] Esta pesquisa, ela tem um material que ela ainda pode, deveria ser melhor explorado, porque ela teve um tempo então ela... [...] Mas, de qualquer maneira, esta pesquisa ela já foi para o [órgão governamental] que está utilizando os dados e as reflexões que estão ali para a projeção de uma política nacional [...], que não existe. [...] produzimos dois relatórios, este seminário, por exemplo, que a gente está organizando é já um resultado, de alguma forma, deste processo todo (Entrevista 05, p. 13).

Metade dos Assistentes Sociais (quatro) entrevistados materializam seus produtos de trabalho, conformando-os em palestras, seminários, fóruns, capacitações, projetos, cartilhas, manuais, cadastros, instrumentos de avaliação, artigos publicados em revistas. Assim descritos nas falas:

Bom. Na verdade, esse cadastramento, foi um produto de início nosso. [...] nós temos que ter um cadastro destas entidades. [...] A gente fez, um instrumento de avaliação, o treinamento dessas pessoas, a qualificação dos profissionais também (Entrevista 01, p. 14).

Eu acho que todo projeto, seja ele social ou pedagógico, que não modificou, não foi, consolidado. [...] Eu fiz o processo, meu compromisso era fazer o processo, livrar eles de uma multa no Ministério Público, e no DRT. [...] O planejamento foi este e realmente nós estamos empregando tantas pessoas portadoras de deficiência. [...] Nós começamos um processo social lá para conseguir 49 casas para modificar um pedacinho de uma vila. [...] A gente conseguiu 179 casas. Eu tenho isto, pois eu estou fazendo um documentário (Entrevista 02, p. 14).

Um instrumento de avaliação da prestação de serviço é uma conquista feita com eles, foi uma construção conjunta [...] Temos coisas assim, por exemplo, este Manual da Prestação de Serviço [...] É um produto concreto. Estes textos que a gente escreveu, também é produto disto (Entrevista 03, p. 12).

Os produtos, diríamos que são, mais aqui na grande Porto Alegre mesmo, questões de palestras, cartilhas, nesta área do terceiro setor, que são os passo-a-passo. [...] E estes produtos eles vão sendo desenvolvidos a partir das ferramentas de gestão (Entrevista 08, p. 11).

Um profissional, apesar de materializar os produtos, também apresenta como produto dos seus processos de trabalho a questão de vínculos entre usuário e profissional e, ainda, a importância do produto que se consolida abarcando a comunidade, não ficando restrito à instituição.

É produto disso até os vínculos afetivos que a gente criou com todas estas pessoas. É produto disso, ao nosso ver, aqui no nosso setor, a forma privilegiada que a gente tem, dos Assistentes Sociais daqui da equipe, de olhar para todo o movimento de organização da nossa comunidade em Porto Alegre (Entrevista 03, p. 12).

A discussão sobre o produto dos Assistentes Sociais nos seus processos de trabalho é que esses tem um “[...] efeito que não é material, mas socialmente objetivo. Tem uma objetividade que não é material, mas é social” (IAMAMOTO, 2006b, p. 67). Isso não significa que o trabalho dos Assistentes Sociais não tenha repercussão material e social. Ou

seja, “[...] tem um efeito no processo de reprodução da força de trabalho, que é a única mercadoria que ao ser colocada em ação, ao realizar o trabalho, é fonte de valor, ou seja, cria mais valor que ela custou” (IAMAMOTO, 2006b, p. 67).

Revela-se o papel político da profissão, em que as disputas de projetos societários e de defesa da garantia dos direitos se tornam privilegiadas nas organizações privadas. Nesse sentido, demonstrar o papel e a importância dos processos de trabalho em que estão inseridos os Assistentes Sociais é estar construindo espaços que estejam de acordo com o projeto ético-político da profissão.

Podem-se verificar, a partir desses questionamentos, quais os condicionantes que possibilitam e limitam a efetivação dos processos de trabalho em que estão inseridos os Assistentes Sociais. Nesse sentido, para a metade (quatro) dos Assistentes Sociais entrevistados, as dificuldades encontradas no campo de atuação profissional estão, geralmente, voltadas às discussões entre colegas e dirigentes, atribuindo-se comumente à hierarquia institucional.

Assistente Social. Sérico. Na grande maioria das vezes, ela não se alia, ela te vê como inimigo (Entrevista 02, p. 15).

Ainda um pouco a institucionalização. Um pouquinho ainda de uma prática estabelecida em função da questão [...], conservadora e a limitação física, que, para mim, é como eu já te disse, tem que colocar o Serviço Social mais bem localizado na instituição, questões éticas (Entrevista 06, p. 13).

A minha dificuldade maior não foi com a [OSCIP]. A minha dificuldade maior foi com as relações estabelecidas no setor [refere-se ao setor público] em função do atravessamento político partidário no trabalho que era desenvolvido (Entrevista 07, p. 14).

Uma das dificuldades que muito concreta, aparece em todos momentos da intervenção é este distanciamento, uma verticalização diríamos até por uma questão de cultura. [...] Tenho sentido que é muito difícil se fazer a avaliação daquela ação que desenvolve, com esta aproximação e eu vejo também como grande potencialidade enquanto atuação, inclusive do Assistente Social nesta área de estreitar estas relações. [...] Diríamos de migrar de um modelo conservador para uma proposta de gestão pautada em ferramentas contemporâneas, a partir do diagnóstico, plano, programas e projetos sociais (Entrevista 08, p. 12).

Um dos Assistentes Sociais salienta a dificuldade da instabilidade no trabalho, assim como a baixa remuneração, principalmente por atuar na Organização por projetos.

Uma das coisas que eu te diria é a baixa remuneração, como um limitador. Porque os projetos dependem de aprovação. Para serem aprovados, tem que ter toda uma negociação em relação ao pagamento dos profissionais. [...] E outra questão que para mim também não afeta tanto é a questão da instabilidade (Entrevista 05, p. 14).

Duas profissionais manifestam dificuldades pessoais, voltadas à dedicação e ao não-entendimento desses novos campos de trabalho. Ambas realizam atividades voluntárias para as OSCIP. Expressam suas dificuldades nas seguintes falas:

Olha, na verdade, para ser bem sincera, a minha maior dificuldade é tempo. Foi tempo até agora. [...] Eu sou sozinha e muito pouco tempo, então as coisas elas não evoluem (Entrevista 01, p. 15).

Então, clarificar, o que é processo de trabalho, o que é o objeto do seu trabalho. Qual é os objetivos do Serviço Social? Qual é a função do Assistente Social? Qual é a capacitação dele? Atendendo o seu Código de Ética, tendo conhecimento da realidade do seu código. Olhando o seu referencial teórico (Entrevista 04, p. 13).

Um dos profissionais manifesta não ter dificuldades em relação à atuação nas OSCIP. Consegue expressar objetivamente o espaço em que está inserido, no poder público, permitindo-se trabalhar com instituições privadas, buscando entender esse universo, visto que apresenta conhecimentos e estratégias de enfrentamento para lidar com situações que sinalizem alguma dificuldade.

Com as conveniadas não tem maiores dificuldades. Mesmo aquelas que eu vou chamar de 'equivocadas', que vêm nos procurar para fazer um convênio, que elas só querem retorno monetário. [...] E se tem algum problema nesta área, a gente tenta resolver nas conversas muito francas através de visitas, das reuniões. Se isto não se resolver, a gente põe na geladeira o convênio. Não encerra, põe na geladeira até que troque a direção, porque a gente sabe que está nestas pessoas, nas suas cabeças, e nós vamos começar todo o trabalho de novo (Entrevista 03, p. 13).

Seis Assistentes Sociais consideram o trabalho nas OSCIP uma conquista para a profissão. Dois profissionais acham que não é uma conquista para a profissão e atribuem a esses espaços a reestruturação do mercado de trabalho, ou seja, fazendo a crítica de um espaço a ser ocupado e uma necessidade do mercado de trabalho. Expressam isto em suas falas:

Eu não vejo como uma conquista. Eu vejo, sei lá, a ocupação do espaço. Eu vejo isto dentro do processo de modificação das relações de trabalho, eu acho que é uma decorrência disto. [...] É uma decorrência do mercado de trabalho. [...] Quando eu vejo que as OSCIP estão bem trabalhando neste processo de privatização, de terceirização e conseqüentemente de precarização de um atendimento (Entrevista 05, p. 15).

Não vejo como uma conquista. Eu vejo como uma necessidade do momento (Entrevista 07, p. 15).

Decorrentes do questionamento, ocorrem desdobramentos na opinião dos profissionais. Um deles considera um espaço privilegiado e em que deve estar inserido o Assistente Social, inclusive ao trabalho voluntário. Através de sua fala, demonstra apoiar o trabalho voluntário:

Como Assistente Social voluntária, disseram, voluntariado é uma coisa muito ruim. Não pode fazer voluntariado. Não. Não acho isto certo. Pode fazer voluntariado sim. Porque tu pode fazer e tu pode fortificar este segmento, incluindo o outro profissional, depois, um colega teu, dentro desta profissão (Entrevista 04, p. 14).

Cinco profissionais não retiram do Estado as suas responsabilidades, buscam a efetivação da aplicação do dinheiro público a articulação com as políticas sociais, relacionam os âmbitos público e privado, fazendo uma leitura da realidade e do contexto em que estão inseridos, conforme manifestam:

[...] apesar de ter nascido dentro, no bojo do Conselho de... A gente sempre falava, a Comunidade Solidária que sempre foi um conselho muito questionado por nós da área, enfim. [...] O Serviço Social também nega um pouco o terceiro setor. A gente sempre tem mostrado resistência ao terceiro setor. Entendendo sempre que é dever do Estado toda política. Que é direito do cidadão, dever do Estado e tal. [...] E eu acho que o terceiro setor neste, olhando por este viés assim, que eu estou olhando agora, enquanto um segmento da sociedade, que faz parte do Estado, não como política pública, mas enquanto política pública particular. Eu acho que as OSCIP terão um grande papel. Nisto falta entender que não são eles que vão, não são as OSCIP que vão dar as regras da assistência.[...] eu acho que o Serviço Social pode mudar muito a forma de ação das OSCIP e a forma de encarar o social com as suas técnicas, com os seus instrumentos, com a sua metodologia (Entrevista 01, p. 16).

Elas estão cumprindo um papel que, a meu ver, é papel do Estado, que o Estado não dá conta. Assim como as ONGs em geral. [...] Aquilo que está previsto lá na LOAS, o Estado não assume. Nem o que está escrito na Constituição, e quem está assumindo isto é o cidadão e as organizações particulares. E eles acabam vindo fazer convênio conosco, para ter o prestador de serviço, para conseguir suprir uma função do próprio Estado (Entrevista 03, p. 14).

Porque daqui a pouquinho, termina o projeto, foi investido um dinheiro público neste projeto, mas se a gente não fizer articulações, se a gente não pensar que o projeto vai terminar, mas a problemática vai continuar [...] Eu não vejo exatamente como uma conquista (Entrevista 05, p. 15).

Porque é importante, no momento em que nós não temos políticas que dêem conta da realidade, da demanda que a gente tem. Então, neste momento histórico, é importante que sim (Entrevista 07, p. 15).

Principalmente agora, que há esta grande possibilidade, não só as instituições que detêm o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, há outras organizações sem fins lucrativos que tem OSCIP, elas tendem a trabalhar numa causa única que são as políticas sociais (Entrevista 08, p. 13).

Cinco trabalhadores consideram as OSCIP como espaços privilegiados e que estão em expansão para os trabalhadores sociais. Demonstram suas perspectivas em relação a essas instituições através das suas falas:

Eu acho que sim. Primeiro porque OSCIP é uma coisa nova, uma lei nova [...] (Entrevista 01, p. 16).

[...] cada vez mais, nos parece que eles chamam o Assistente Social no trabalho em conjunto, com eles. A gente até... quando eles mandam para nós a listagem de que tarefas eles precisam de profissionais, o Assistente Social dificilmente não está marcado, precisando de um Assistente Social (Entrevista 03, p. 14).

Porque é um outro espaço que nós não existia. [...] Então é um espaço que está aí, está 'bombando'. [...] É um espaço legal e que o Assistente Social tem que ir atrás (Entrevista 02, p. 16).

Eu acho que é mais um campo de atuação que abre para o profissional. Eu acho que na verdade, está sendo no momento, o grande 'boom', no sentido de propiciar isto, dos profissionais de envolverem de se ocupar destes espaços. Eu vejo como uma perspectiva muito positiva (Entrevista 06, p. 14).

No cenário da qualificação destas entidades no Brasil, a OSCIP é um potencial muito significativo a nível nacional para a atuação do profissional (Entrevista 08, p. 13).

As informações relatadas sobre os processos de trabalho em que participam os Assistentes Sociais são de extrema relevância para a pesquisa em voga, vista a necessidade de

estar-se produzindo conhecimento a partir das experiências práticas, em diferentes espaços socioocupacionais. Portanto, a temática das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público do Município de Porto Alegre responde ao questionamento sobre como o Assistente Social desenvolve seus processos de trabalho nas OSCIP, de modo a garantir a defesa dos direitos na perspectiva de consolidação do projeto ético-político da profissão. Contudo a contribuição dos profissionais, com seus relatos, pode ser conferido com a análise e a metodologia de pesquisa, visando contribuir com a área de conhecimento e afins, assim como proporcionar as especificidades e as propostas desses espaços socioocupacionais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil é caudatário de um sistema de proteção social meritocrático, fragmentado e baseado na cidadania regulada, que teve essas bases corroídas pela Constituição de 1988. A partir daí, criaram-se as condições jurídicas para que se efetivasse um sistema de proteção social com características universais e pautadas nos direitos sociais.

Nessa mesma década, sofrendo influências do processo de rearticulação do capital, os preceitos neoliberais apontam, não só para as economias de primeiro mundo, mas, particularmente, de Terceiro Mundo, a necessidade de rever esses sistemas, pois são considerados anacrônicos e despotencializantes da humanidade, acomodando-a à condição de beneficiária.

A partir da década de 80 do século XX, o País vive uma grande contradição entre instituir o sistema de seguridade social ou de responder a esses preceitos. Para isso, foi projetada a “contra reforma” do Estado, cujas diretrizes estão pautadas no Plano Diretor da Reforma do Estado, elaborado pelo Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado do Governo Fernando Henrique Cardoso.

No debate da “contra reforma” surgem às novas regulações no campo social, entre elas, as OSCIP, acompanhadas de formas conservadoras de propor o atendimento às necessidades sociais. Essas práticas têm seu lócus privilegiado nas organizações privadas e sem fins econômicos, através dos trabalhos comunitários, voluntários, associativos e filantrópicos, com o sentido de benemerência e assistencialismo. Parte dessa configuração ocorre pelo atual estado em que se encontram as relações de trabalho e de implantação das políticas econômicas de recorte neoliberal.

Conforme se pode ver nos aportes teóricos deste estudo, através do contexto societário em que vivem milhões de trabalhadores, das relações estabelecidas entre o capital, o trabalho e o Estado, pode-se ter uma noção de como vêm constituindo-se os processos de trabalho produtivos e improdutivos, tanto na produção como na reprodução social, sustentados pela reestruturação e pela flexibilidade. Diante disso, pode-se verificar que o cerne do sistema capitalista não se modifica, ou seja, mantém-se, com os avanços tecnológicos e a partir da acumulação expropriada através da exploração dos trabalhadores. Conhecer o mundo, a centralidade do trabalho e suas configurações e prospecções deveria ser

tarefa cotidiana nas relações societárias. Em tempos de crises estruturais, poderia ser o início do processo de construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Nesse contexto, os Assistentes Sociais, assim como os demais trabalhadores, passam a fazer parte das modalidades e morfologias do trabalho ofertado pelo mercado, e conforme se pode ver empiricamente, trabalham inseridos num contexto de ruptura com as demarcações das profissões e passam por exigências e requisitos profissionais como: experiência profissional, utilização do serviço público para atender ao privado, voluntariado, atributos pessoais, dentre outras aptidões. Inseridos na lógica de acumulação capitalista, contra os princípios do projeto ético-político da profissão, são submetidos às diferentes formas de contratação, à desregulamentação, à desvalorização das conquistas dos direitos trabalhistas e a subcontratações. Isso refletido nas práticas dos processos de trabalho institucionais, que passam a ser tratados como avanço para a profissão, tais como atendimento por demandas, projetos, trabalhos em casa, horas de trabalho, dentre outros.

A pesquisa nas Ciências Sociais Aplicadas pode materializa-se enquanto um instrumento ou meio de trabalho que auxilia no desenvolvimento de processos sociais emancipatórios, prezando o coletivo e possibilitando a leitura da realidade, o que moveu esse estudo. Os dados coletados e analisados demonstram que os Assistentes Sociais participantes desta pesquisa não têm o conhecimento sobre os processos de trabalho em que participam, compreendendo seu trabalho numa perspectiva endógena, percebem esses processos como independentes de outros profissionais e das instituições.

As OSCIP são mais um espaço socioocupacional para a intervenção dos trabalhadores sociais, mais um espaço contraditório, que é construído a partir do contexto societário em que os preceitos das propostas das políticas econômicas de recorte neoliberais estão sendo criticados, por sua efetivação e/ou por sua falência. A reestruturação produtiva e as transformações no mundo do trabalho também se constituem no universo das OSCIP, principalmente por serem instituições que surgem na “contra reforma” do Estado, com a finalidade de dar conta da questão social.

Assim, vêem-se nesses espaços, movimentos de superação e novas construções pelo protagonismo dos profissionais aliados aos valores coletivos. Por outro lado, dada a contradição desses locais, a materialização dos processos desenvolvidos nas instituições sociais passa por empecilhos demarcados na sociedade, tal como nos âmbitos da política, da economia, da cultura e também pela dificuldade dos profissionais, assim como pelo próprio entendimento reducionista da profissão. A partir deste estudo, sinaliza-se a necessidade de um aprofundamento maior em decifrar as propostas institucionais das OSCIP, quanto suas formas

de gestão, organização pessoal, constituição política, instâncias de participação e captação de recursos, relação entre os setores públicos e privados, dentre outros.

Pela quantidade de profissionais que se têm nas OSCIP, pouco discuti-se sobre estes espaços no Serviço Social. Em relação ao número de Organizações, não é um campo que prioriza a atuação do Assistente Social, para tanto não se conforma enquanto mais um campo de trabalho apenas, mas, sim, de um espaço de contradições que surge na sociedade a partir de uma necessidade no campo das políticas sociais, principalmente na lógica de minimização do papel do Estado. Assim, condiz com o objetivo de desvendar as OSCIP, a fim de verificar as possibilidades de possíveis contribuições do trabalho do Assistente Social nesses espaços socioocupacionais. Expressa-se a necessidade de estar demonstrando e publicizando os processos de trabalho em que estão participando os Assistentes Sociais, pois se podem problematizar situações polêmicas, contraditórias e que são decorrentes desta sociedade precarizada em que se vive, inclusive evidencia-se a resistência que se presa.

A gama de processos de trabalhos em que estão inseridos os Assistentes Sociais, assim como as exigências institucionais e a busca de atender às demandas que surgem nos espaços socioocupacionais, remete à necessidade primeira de os profissionais definirem o seu objeto, para, a partir de então, traçar uma proposta, um plano de intervenção que seja fundamentado teórica e metodologicamente, através dos subsídios e instrumentos produzidos na área de conhecimento do Serviço Social e em afins. Apesar da contradição presente nesses espaços, verificam-se movimentos de resistência, superação e efetivação do projeto ético-político da profissão, que primam pela democracia, pela igualdade, pela defesa dos direitos, pela ampliação dos espaços coletivos e pela relevância à historicidade.

Nesse sentido, a pesquisa permitiu não só aglutinar uma série de proposições que demonstram os espaços de lutas ou de efetivação das políticas sociais, mas também poder reafirmar que os Assistentes Sociais são profissionais inseridos na divisão sociotécnica do trabalho. Assim como tantos outros trabalhadores, estão envolvidos desde a formação — na dificuldade de entender ou construir uma contra-hegemonia e na efetivação do projeto ético-político da profissão —, através dos embates e consensos em relação à consciência política, ou, ainda, cooptados pela lógica da flexibilização e da reestruturação produtiva que se vive na sociedade transformada do trabalho. Para tanto, pode-se verificar que, mesmo estando sob esse turbilhão de situações, o trabalho continua central nas relações da sociedade.

Inseridos na sociedade capitalista, os Assistentes Sociais estão incluídos no contingente de trabalhadores que sofrem os impactos das transformações no mundo do trabalho, haja vista, neste estudo os exemplos de terceirização, subcontratação e trabalhos

temporários. Essas inserções estão no extremo dos preceitos defendidos no projeto profissional.

Destaca-se, aqui, a importância da função investigativa nos variados espaços institucionais de atuação do Assistente Social, em que se faz necessário, cada vez mais, entender o Serviço Social como uma profissão inserida na especialização do trabalho coletivo, situado na divisão sociotécnica do trabalho, sendo o seu exercício profissional inserido em processos de trabalho.

As OSCIP, por estarem na lógica do mercado, estão de acordo com as práticas conservadoras, pois inferem nos processos de trabalho, de forma a distorcer os princípios formativos do Serviço Social, propiciando dificuldade na compreensão identitária da profissão. Apresenta-se um desconhecimento do projeto ético-político pela categoria. Pode-se atribuir isto ao fato do pouco tempo de maturação desses fundamentos na profissão e à carência de produção de conhecimentos voltada ao assunto. Ressaltam-se os mecanismos utilizados para a divulgação desse projeto e a sua intenção de resistência ou de contra-hegemonia, voltado à construção de uma nova ordem social.

Entende-se que os processos de trabalho em que participam os Assistentes Sociais não devem ser tratados como único, ou seja, existem diferentes processos de trabalho. Cada espaço socioocupacional apresenta desafios e contradições, que necessitam serem decifrados, buscando apreender as particularidades dos processos, vislumbrando a contribuindo para uma práxis voltada ao projeto da profissão. Sendo os processos de trabalho constituídos por seus elementos, numa perspectiva coletiva, a compreensão do trabalho dos Assistentes Sociais está organizada conforme as exigências econômicas e sociopolíticas no processo de acumulação, diretamente vinculado a um espaço institucional. Ou seja, as OSCIP não são as únicas condicionantes, mas influenciam na organização dos processos de trabalho.

Os dados apontam a necessidade de estar-se ampliando os espaços para a consolidação do projeto ético-político da profissão, e, apesar de a formação profissional abordar os eixos ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo, no cotidiano da prática institucional parece haver dificuldades para sua efetivação.

Esses espaços socioocupacionais estão configurando o sistema de proteção sob a tutela da lógica da reestruturação produtiva e da flexibilização das relações de trabalho, vistas as demandas ao atendimento das desigualdades sociais. O fato da criação de um marco legal e regulador para as organizações privadas e sem fins lucrativos não significa que ocorreu um rompimento da institucionalidade, mas, sim, uma nova forma de institucionalidade das políticas sociais. Ou seja, o campo das políticas sociais atendidas pelo Estado passa a ser

transferindo às organizações da sociedade civil. Por outro lado, não é uma ocupação do espaço profissional do Serviço Social dentro de uma reestruturação produtiva, mas uma ocupação de espaço que acaba por ser preenchida por Assistentes Sociais, na perspectiva de atender às necessidades institucionais, ou seja, a partir da demanda do empregador e não na perspectiva da classe trabalhadora. Quer dizer, o profissional tem dificuldade de compreender esse espaço como uma nova forma de trabalho, conforme demonstram os dados empíricos.

Esse sistema de proteção confunde-se pelas relações entre público e privado, pela forma com que se implementam. Não foi possível sequer implementarem-se os preceitos constitucionais que concomitantemente foram sendo criados, impedimentos através das políticas econômicas de recorte neoliberal. Ou seja, a defesa dos direitos públicos e universais não chega a se efetivar, sendo apropriados pela iniciativa privada, acabam por despolitizar os sujeitos.

Contudo, verifica-se que a ocupação dos espaços das OSCIP tem a perspectiva de que estes tenham a potencialidade de se transformar em espaços públicos, visando aos direitos sociais e às práticas cidadãs. Superar os processos de alienação insere-se na busca pela clareza da função política a ser desempenhada pelo profissional. Para tanto, consolidar um sistema de proteção social é voltar-se à integralidade da seguridade social e à efetivação das políticas sociais públicas, onde os sujeitos se tornam protagonistas e os princípios democráticos se materializam.

Essa centralidade não coloca óbices a que os Assistentes Sociais venham a ocupar espaços na esfera privada do campo das políticas sociais. Ao contrário, recoloca o grande desafio da profissão que ao materializar os princípios do projeto ético-político, com os valores centrais da liberdade e da emancipação, estará contribuindo para colocar em xeque o projeto societário e não apenas uma das formas de organizar de um dos projetos em disputa, que no caso são as OSCIP.

Trabalhar na perspectiva de reconhecer a ocupação desse espaço, com toda a contradição que ele representa, é construir na contra-maré elementos sólidos para disputa, ou melhor dizendo, é abrir lugar para a esperança de romper com aquilo que se constrói para submeter a humanidade, tornando-se assim mais um elemento no caminho da sua emancipação.

REFERÊNCIAS

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS PARA O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO — AFINCO; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS — ABONG. **Manual de administração jurídica, contábil e financeira para Organizações Não-Governamentais**. São Paulo: Petrópolis, 2003.

ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Orgs.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir (Org.). **Pós-neoliberalismo**. As Políticas Sociais e o Estado Democrático. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. p. 09-23.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: ago. 2006.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**. Ensaio sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

AQUINO, Yara. Debate aborda novo marco legal para organizações não-governamentais. **Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG)**. Disponível em: <<http://www.abong.org.br>>. Acesso em: mai. 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL — ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social** (Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996.). Rio de Janeiro, nov. 1996.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS — ABNT. **Responsabilidade social — Sistema da gestão — Requisitos**. NBR16001: 2004. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS — ABNT. **Responsabilidade social — Sistema de gestão — Qualificação de auditores**. NBR16002: 2005. Rio de Janeiro: ABNT, 2005.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2006**. Equidade e Desenvolvimento. Visão Geral. Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento. Banco Mundial. Washington, DC, 2005.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROCO, Maria Lúcia. As implicações ético-políticas do agir profissional. Os fundamentos sócio-históricos da ética. In: **Programa de capacitação continuada para Assistentes Sociais: Capacitação em Serviço Social e política social. Módulo 2: Reprodução social, trabalho e Serviço Social**. Brasília: CFESS, ABEPSS, CEAD, UnB, 1999. p. 119-136.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social**. Fundamentos ontológicos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de teoria do estado e ciência política**. 6. ed. São Paulo: Celso Bastos, 2004.

BEHRING, Elaine Rossetti. Reforma do Estado e Seguridade Social no Brasil. **SER Social**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, Brasília, n. 7, p. 43-80, jul./dez 2000. (Seguridade Social).

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra reforma**. Desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BLOOM, David E.; CANNING, David. Subidas, caídas y ecos. La explosión demográfica más grande de la história afecta al desarrollo mundial. **Finanzas & Desarrollo**. Washington, v. 43, n. 03, p. 8-17, set. 2006.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Estado de bem-estar. In: **Dicionário de política**. 12.ed. Brasília: Universidade de Brasília. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

BORON, Atílio A.. **Filosofia política marxista**. Tradução Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez; Buenos Aires: CLACSO, 2003.

BOTTOMORE Tom; OUTHWAITE, William. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 42/2003 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.

BRASIL. Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. Lei Orgânica da Seguridade Social. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 de julho de 1991. Disponível em: <<http://www.mpas.gov.br>>. Acesso em: nov. 2005.

BRASIL. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. **Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências**. Brasília, 7 de junho de 1993. Disponível em: <http://www.trt02.gov.br/geral/tribunal2/Legis/Leis/8662_93> Acesso em: jan. 1998.

BRASIL. Presidência da República. Câmara da Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, 1995. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/PLANDI.HTM>. Acesso em: mai. 2006.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. Secretaria da Reforma do Estado. **Organizações sociais**. Brasília: 1997. (Cadernos MARE da Reforma do Estado; v. 2)

BRASIL. Lei 9.608, 18 de fevereiro de 1998. **Dispõe sobre o serviço Voluntário e dá outras providências**. Brasília, 18 de fevereiro de 1998.

BRASIL. Lei nº 9.790, 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. **Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação da Secretaria Nacional de Justiça**. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/snj/oscip/legislacao/>>. Acesso em: out. 2004.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código Civil**. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm>. Acesso em: jun. 2005.

BRASIL. Ministério do meio Ambiente. Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável. Programa ZEE, Consórcio ZEE Brasil. **Zoneamento ecológico-econômico da bacia do Rio Paraíba**: um foco nos cerrados do sul do Piauí e Maranhão. Subsídio para o diagnóstico. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

BRASIL. República Federativa do Brasil. **Portal do Governo Brasileiro**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/servicos>>. Acesso em: set. 2006.

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação (DJCTQ) da Secretaria Nacional de Justiça. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/snj/oscip/>>. Acesso em: jan. 2007.

CAMPELO JÚNIOR, Aloísio. Lucrando sem crescer. As 500 maiores sociedades anônimas do Brasil. **Conjuntura Econômica**. Publicação da Fundação Getúlio Vargas. FGV. São Paulo, Rio de Janeiro, v. 60, n. 08, p. 58-86, ago. 2006.

CAMPIONE, Daniel. Hegemonia e contra-hegemonia na América Latina. In: COUTINHO, Carlos Nelson, TEIXEIRA, Andréa de Paula (Orgs.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 51-66.

CAMPOS, Marta Silva. Democratização e desigualdade social no Brasil, notas sobre algumas implicações profissionais. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.º 57, ano XIX, p. 9-27, julho, 1998.

CARRION, Rosinha Machado; GARAY, Ângela Beatriz Scheffer. Organizações privadas sem fins lucrativos: a participação do mercado no terceiro setor. **Análise**. Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 11 n.1, 1º semestre 2000. p.203-222.

CARVALHO, Cristiano. Aspectos tributários das entidades sem fins lucrativos e das OSCIP. In: CARVALHO, Cristiano; PEIXOTO, Marcelo Magalhães (coords.). **Aspectos jurídicos do Terceiro Setor**. São Paulo: Thomson, 2005. p. 15-28.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Introdução à teoria do planejamento**. São Paulo: Brasiliense, 1976.

CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. In: CASTEL, Robert; WANDERLEY, Luiz Eduardo W.; BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela (Org.). **Desigualdade e questão social**. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2004. p. 17-50.

CASTRO, Jorge Abrahão de; CARDOSO JÚNIOR, José Celso. **Dimensionamento e análise das finanças sociais do governo federal: 1995 a 2002**. Brasília, IPEA, set. 2006. (Texto para Discussão n. 1213).

CATTANI, Antônio David. **Processo de trabalho e novas tecnologias**: orientação para pesquisa e catálogo de obras. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995.

CESAR, Mônica de Jesus. A experiência do Serviço Social nas empresas. In: **Programa de capacitação continuada para Assistentes Sociais**: Capacitação em Serviço Social e política social. Módulo 2: Reprodução social, trabalho e Serviço Social. Brasília: CFESS, ABEPSS, CEAD, UnB, 1999. p.167-180.

COHN, Amélia. Gastos Sociais e Políticas Sociais nos Anos 90: a persistência do padrão histórico de proteção social brasileiro. In: **XXIV ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**, GT 03 — Estrutura Social e Desigualdade, out. 2000.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE — CEPAL. Enfrentando o futuro da proteção social: Acesso, financiamento e solidariedade. **Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)**. Trigésimo primeiro período de sessões da Comissão. Montevideu, Uruguai, mar. 2006. Disponível em: <<http://www.eclac.org/publicaciones/SecretariaEjecutiva/4/LCG2295SES314P/lcg2295p.pdf>>. Acesso em: jun. 2006.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL — CFESS. Resolução CFESS nº 273/93 de 13 de março de 1993. Institui o Código de Ética profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências. **Coletânea de leis revista e ampliada**. Porto Alegre: Conselho Regional de Serviço Social, 10ª região, 1996.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL — CFESS. **Em questão**. Atribuições privativas do(a) Assistente Social. Brasília: CFESS, 2002.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL — CRESS. 10ª Região. Sou Assistente Social e tenho o que dizer!!!!. **CRESS Informa**. Jornal do Conselho Regional de Serviço Social — 10ª Região. N, 81, set. 2006. Editorial, p. 02.

COTTA, Elaine. Fundo lançado por Ruth Cardoso quer captar R\$ 100 milhões. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 ago. 2004. da Folha Online. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u87844.shtml>>. Acesso em: jun. 2005.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

COUTINHO, Sérgio. A prova da relação de emprego no tele-trabalho. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 6, n. 56, abr. 2002. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=2895>>. Acesso em: jul. 2006.

COUTO, Berenice Rojas. Processos de trabalho e Serviço Social II. O processo de trabalho do Assistente Social na esfera municipal. In: **Programa de capacitação continuada para Assistentes Sociais**: Capacitação em Serviço Social e política social. Módulo 2: Reprodução social, trabalho e Serviço Social. Brasília: CFESS, ABEPSS, CEAD, UnB, 1999. p. 203-213.

COUTO, Berenice Rojas. **Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira**: uma equação possível?. São Paulo: Cortez, 2004.

COUTO, Berenice Rojas; PERUZZO, Juliane Feix. Questão social e processo de trabalho em Serviço Social. In: ROCHA, Maria Aparecida Marques da et al. CRESS, **Capacitação profissional em Serviço Social**. Porto Alegre, mai. 1999.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos da teoria geral do Estado**. 22 ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

DEGENNSZAJH, Raquel Raichelis. Organização e gestão das políticas sociais no Brasil. Desafios da gestão democrática das políticas sociais. In: **Programa de capacitação continuada para Assistentes Sociais**: Capacitação em Serviço Social e política social. Módulo 3. Brasília: UnB, Centro de educação Aberta, Continuada a Distância, 2000. p. 58-70.

DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA, CLASSIFICAÇÃO, TÍTULOS E QUALIFICAÇÃO — DJCTQ. Secretaria Nacional de Justiça. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/snj/oscip/>>. Acesso em: jan. 2007.

DINIZ, Eli. Em busca de um novo paradigma a reforma do Estado no Brasil dos anos 90. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 10, n. 4, p. 13-26, 1996.

DOBB, Maurice. A crítica da economia política. In: HOBBSAWM, Eric J.; et al. **História do Marxismo**. I — O Marxismo no tempo de Marx. Tradução Carlos Nelson Coutinho e Nemésio Salles. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

DRAIBE, Sônia Miriam. Virtudes e limites da cooperação descentralizada em prol da coesão social e do enfrentamento da pobreza: reflexões e recomendações. In: **URB-AL — Balance y Perspectivas de la Cooperación descentralizada entre colectividades locales de la UE y América Latina en el terreno de las políticas urbanas**. 22-25 marzo 2004. Conferência de Valparaíso, 2004. p. 01-47.

DRUCK, Graça. A “cultura da qualidade” nos anos 90: a flexibilização do trabalho na indústria petroquímica da Bahia. In: MOTTA, Ana Elizabete (Org.). **A nova fábrica de consensos**. São Paulo: Cortez, 1998.

DUSCHATZKY, Silvia (Comp.). **Tutelados y assistidos**. Programas sociales, políticas públicas y subjetividad. Buenos Aires, Barcelona México: Paidós, 2000. (Tramas Sociales)

EXPERT GROUP ON POVERTY STATISTICS. **Compendium of best practices in poverty measurement**. Rio Group, Expert Group on Poverty Statistics. Rio Group. Santiago, Chile, May 2006.

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL — FARSUL. et al. **A Crise do Estado: Reformas para Racionalizar a Máquina Pública**. Documento para a discussão, junto ao Governo do Rio Grande do Sul, sobre a racionalização da máquina pública. Rio Grande do Sul: Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL), Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Rio Grande do Sul (FCDL), Federação do Comércio de Bens e Serviços do Estado do Rio Grande do Sul (FECOMÉRCIO), Federação das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande do Sul (FEDERASUL), Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS), Pólo RS, Agência de Desenvolvimento, dez. 2004

FERNANDES, Rubem César. **Privado Porém Público: O Terceiro Setor na América Latina**, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FERRAREZI, Elisabete. **Organização da Sociedade Civil de Interesse Público — OSCIP: a lei 9.790 como alternativa para o Terceiro Setor**. Brasília: Comunidade Solidária, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3. ed., revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. XXXI, 2128 p.

FREIRE, Gustavo. Governo anuncia que Brasil vai quitar sua dívida com o FMI. **O Estado de São Paulo**. A dívida do Brasil com o Fundo é de US\$ 15,5 bilhões. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/economia/noticias/2005/dez/13/106.htm>>. Acesso em: dez. 2005

GALEANO, Eduardo. O império do consumo. **Carta Maior**. Acesso em: <http://agenciacartamaior.uol.com.br/templates/postMostrar.cfm?blog_id=1&post_id=90>. Disponível em: 24 jan. 2007.

GANDIN, Danilo. **Planejamento como prática educativa**. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

GENTIL, Denise Lobato. **A Falsa Crise do Sistema de Seguridade Social no Brasil**. Instituto de Economia/UFRJ, 2006. Disponível em: <http://www.sengerj.org.br/jornal_online/artigo_denise.asp>. Acesso em: set. 2006.

GERD, Sparovek (Coord.). **Análise territorial da produção nos assentamentos**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário: NEAD, 2005. (Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural — NEAD, Debate; 4)

GLOBAL EXCHANGE. **"Most Wanted" Corporate Human Rights Violators of 2005**. Take Action for International Human Rights Day! Disponível em: <<http://www.globalexchange.org/getInvolved/corporateHRviolators.html#top>>. Acesso em: jan. 2006.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais**. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

GOMES, Romeu. Análise de dados em pesquisa qualitativa. In: Minayo, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa social: pesquisa, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994. cap. IV, p. 67-80.

GONÇALVES, Reinaldo. O nó econômico. In: SADER, Emir. **Os porquês da desordem mundial**. Mestres explicam a globalização. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2003.

GRENNEMANN, Sara. Processos de trabalho e Serviço Social I. In: **Programa de capacitação continuada para Assistentes Sociais: Capacitação em Serviço Social e política social**. Módulo 2: Reprodução social, trabalho e Serviço Social. Brasília: CFESS, ABEPSS, CEAD, UnB, 1999. p. 155-166.

GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

GUERRA, Yolanda. Avanços do conservadorismo. Uma reflexão fundamental para o Serviço Social. **Práxis**. Conselho Regional de Serviço Social, 7ª Região. Rio de Janeiro, Ano IV, n. 34, fev. 2006. Especial.

HAUPT, Georges. Marx e o marxismo. In: HOBSBAWM, Eric J. et al. **História do Marxismo**. I — O Marxismo no tempo de Marx. Tradução Carlos Nelson Coutinho e Nemésio Salles. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

HOUTART, François. As alternativas ao modelo neoliberal. In: POLET, François; HOUTART, François. **O Outro Davos**. Mundialização de resistências e de lutas. São Paulo: Cortez, 2002. p. 68-85.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: Ensaio Crítico**. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 1997.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do Assistente Social na atualidade. In: **CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL — CFESS**. Em questão. Atribuições privativas do(a) Assistente Social. Brasília: CFESS, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Reconceituação no Serviço Social. Iamamoto aborda quatro décadas do movimento. **Práxis**. Conselho Regional de Serviço Social, 7ª Região. Rio de Janeiro, Ano IV, n. 35, mar./abril. 2006a. Entrevista.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006b.

IANNI, Otávio. **A sociedade global**. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — IBGE. **O que é PIB?**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/duvidas/pib.html>>. Acesso em: jun. 2005.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA — IPEA. **Radar Social**. Brasília: Ipea, 2005.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA — IPEA. Diretoria de Estudos Sociais (DISOC). **A Iniciativa Privada e o Espírito Público**. A evolução da ação social das empresas privadas no Brasil. Brasília: IPEA, DISOC, jul. 2006.

KOIKE, Marieta. As novas exigências teóricas, metodológicas e operacionais da formação profissional na contemporaneidade. In: **Programa de capacitação continuada para Assistentes Sociais: Capacitação em Serviço Social e política social. Módulo 2: Reprodução social, trabalho e Serviço Social**. Brasília: CFESS, ABEPSS, CEAD, UnB, 1999. p. 101-118.

KOTHER, Maria Cecília Medeiros de Farias. **Planejamento circunstancial**. Metodologia para organizações que atuam na área da Economia Social — Os desafios do profissional do Terceiro Setor diante das complexidades da sociedade contemporânea. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

LACOSTE, Yves. **Contra os antiterseiro-mundistas e contra certos terceiro-mundistas**. Tradução Márcia Nogueira de Albuquerque. São Paulo: Ática, 1991.

LAURELL, Asa Cristina. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: LAURELL, Asa Cristina (Org.). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. 2. ed. São Paulo: Cortes, 1997.

LESSA, Sérgio. O processo de produção/reprodução social: trabalho e sociabilidade. In: **Programa de capacitação continuada para Assistentes Sociais: Capacitação em Serviço Social e política social. Módulo 2: Reprodução social, trabalho e Serviço Social**. Brasília: CFESS, ABEPSS, CEAD, UnB, 1999. p. 19-33.

LIGUORI, Guido. Estado e sociedade civil: entender Gramsci para entender a realidade. In: COUTINHO, Carlos Nelson, TEIXEIRA, Andréa de Paula (Orgs.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 173-188.

LOPES, Claudia Rabelo. A “crise” que sustentam os “investidores”. **RADIS: comunicação em saúde**. Seguridade Social. Rio de Janeiro, nº 48, ago. 2006.

MAIA, Marilene. et al. O trabalho profissional na perspectiva da formação continuada: a reflexão na ação. **Anais do XI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Fortaleza, 2004.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

MARTINS, Carlos Eduardo. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). In: SADER, Emir (Coord.). **Latinoamericana**. Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe. São Paulo: Boitempo Editorial; Rio de Janeiro: Laboratório de Políticas Públicas (LPP) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2006. p. 268-269.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril S.A. Cultural, 1983.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos filosóficos**. 2. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1974.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã — Feuerbach — a oposição entre as concepções materialista e idealista**. Tradução Frank Muller. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MEDEIROS, Marcelo. IR Ecológico: governo e ONGs chegam a consenso. **Rede de Informações para o Terceiro Setor (RITS)**. Disponível em: <<http://www.rits.org.br>>. Acesso em: ago. 2006.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência Social**. São Paulo: Cortez, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento**. Pesquisa Qualitativa em Saúde. 5. ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Hucitec/ABRASCO, 1998.

MONAL, Isabel. Gramsci, a sociedade civil e os grupos subalternos. In: COUTINHO, Carlos Nelson, TEIXEIRA, Andréa de Paula (Orgs.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 189-200.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MOTA, Ana Elisabete. **Cultura da crise e seguridade social**. Um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. 3. ed.. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: **Programa de capacitação continuada para Assistentes Sociais: Capacitação em Serviço Social e política social**. Módulo 1: Impactos da crise no Serviço Social brasileiro: demandas e respostas. Brasília: CFESS, ABEPSS, CEAD, UnB, 1999. p. 92-110.

NETTO, José Paulo. **Marxismo impenitente**. Contribuição à história das idéias marxistas. São Paulo: Cortez, 2004.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. As três idéias de sociedade civil, o Estado e a politização. In: COUTINHO, Carlos Nelson, TEIXEIRA, Andréa de Paula (Orgs.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 215-234.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a Sociedade Civil**. Temas éticos e políticos da gestão democrática. São Paulo: Cortez, 2004.

O SHOW DE TRUMAN. Direção: Peter Weir. Roteiro: Andrew Niccol. Elenco: Jim Carrey, Laura Linney, Noah Emmerich, Natascha McElhone, Holland Taylor e Ed Harris. Estados Unidos. Paramount Pictures / UIP, 1998. 1 DVD (103 min).

OLIVEIRA, Francisco de. O culto a Moloch: Bresser Pereira e a reforma gerencial do Estado. In: BRAVO, Maria Inês Souza; PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira (Orgs.) **Política social e democracia**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A Era Vargas — 1º tempo — dos anos 20 a 1945**. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, nov. 1996, 1 CD-Rom. (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil)

OLIVEIRA, Mara de. **Reformas Estruturais de Segunda Geração e Cúpula das Américas**: a mudança de estratégia política de dominação econômica na América Latina. 2005. Vol. I e II. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Faculdade de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

PAZ, Rosângela Dias Oliveira da. As organizações não-governamentais e o trabalho do Assistente Social. In: **Programa de capacitação continuada para Assistentes Sociais: Capacitação em Serviço Social e política social. Módulo 2: Reprodução social, trabalho e Serviço Social.** Brasília: CFESS, ABEPSS, CEAD, UnB, 1999. p. 194-202.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **A Reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de Controle.** Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997. (Cadernos MARE da reforma do estado; v. 1)

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Por uma nova concepção de seguridade social. **SER Social:** Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, Brasília, n. 7, p. 81-96, jul./dez 2000. (Seguridade Social).

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Questão social, Serviço Social e direitos de cidadania. **Temporalis.** Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. 2 ed., Ano. 2, n. 3, jan/jul. 2001. Brasília: ABEPSS, 2004. p. 51-62.

POCHMANN, Márcio. **O emprego na globalização.** A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Editorial Boitempo, 2001.

POCHMANN, Márcio, AMORIM, Ricardo. (Orgs). **Atlas da exclusão social no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

POCHMANN, Márcio. Proteção social na periferia do capitalismo. Considerações sobre o Brasil. **São Paulo em Perspectiva,** São Paulo, n. 18, v. 2, 2004. p. 03-16

POCHMANN, Márcio et al. (Orgs). **Atlas da exclusão social no Brasil.** Os ricos no Brasil. 2. ed. vol. 03, São Paulo: Cortez, 2005.

PORTO ALEGRE. Conselho Municipal de Assistência Social. Resolução 94/04. **Diário Oficial de Porto Alegre.** Edição 2307. Órgão de divulgação do Município, Ano IX, Ed. 2.307, jun. 2004a. Disponível em: <www.portoalegre.rs.gov.br>. Acesso em: out. 2005.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. Gabinete do Prefeito. Secretaria do Planejamento Municipal. **Mapas da inclusão e exclusão social de Porto Alegre.** Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Gabinete do Prefeito, Secretaria do Planejamento Municipal, 2004b.

PRATES, Jane Cruz. **Possibilidades de mediação entre a teoria marxiana e o trabalho do Assistente Social**. 2003. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Faculdade de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003a.

PRATES, Jane Cruz. A questão dos instrumentais técnico-operativos numa perspectiva dialético crítica de inspiração marxiana. **Revista Virtual Textos & Contextos**, nº 2, dez. 2003b.

PRATES, Jane Cruz. **Análise de Conteúdo**. Algumas possibilidades de categorizar. Material didático apresentando em aula. Mai. de 2005. (Mimeo).

PRETTE, Marcos Estevan Del. Metodologia do zoneamento: controvérsias sobre o ecológico e o econômico. In: STEINBERGER, Marília (Org.). **Território, ambiente e políticas públicas espaciais**. Brasília: Paralelo 51 e LGE Editora, 2006.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO — PNUD. **Índice de Desenvolvimento Humano 2005**. Cooperação internacional numa encruzilhada: ajuda, comércio e segurança num mundo desigual. 2005. Disponível em: < http://www.pnud.org.br/arquivos/rdh/rdh2005/rdh2005_resumo.pdf >. Acesso em: set. 2006.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RICO, Elizabeth de Melo. A responsabilidade social empresarial e o estado: Uma aliança para o desenvolvimento sustentável. **São Paulo em Perspectiva**, n.18, v 4, 2004. p. 73-82

RIZZO, Paulo Marcos Borges. A reforma sindical que nos apresentam. **Revista PUCviva**, n. 23, jan/mar. São Paulo: APROPUC, 2005.

SADER, Emir (Coord.). **Latinoamericana**. Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe. São Paulo: Boitempo Editorial; Rio de Janeiro: Laboratório de Políticas Públicas (LPP) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2006.

SALAMA, Pierre. Para uma compreensão da crise. In: SADER, Emir (Org.). **Pós-neoliberalismo**. As Políticas Sociais e o Estado Democrático. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. p. 51-3.

SALAMA, Pierre; VALIER, Jacques. **Uma introdução à economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. 12 ed. São Paulo: Nova Cultural, 2003.

SÃO PAULO. Sem dever um tostão ao FMI. **Zero Hora**. Porto Alegre, 14 dez. 2005. Economia, p. 24.

SCHRADER, Achim. **Introdução à Pesquisa Social Empírica**. Um guia para o planejamento, a execução e a avaliação de projetos de pesquisa não-experimentais. Trad. Manfredo Berger. 2. ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1978.

SEIBEL, Felipe; GIANINI, Tatiana. ONGs os novos inimigos do capitalismo. **Revista Exame**. Acesso em: <<http://portalexame.abril.com.br/revista/exame/edicoes/0879/economia/m0114491.html>>. Disponível em: 19 out. 2006.

SEMERARO, Giovanni. **Da sociedade de massas à sociedade civil**: a concepção de subjetividade em Gramsci. Disponível em: <www.artnet.com.br/gramsci/arquiv65.htm>. Acesso em: out. 2005.

SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Tradução Clóvis Marques. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2006.

SILVA, Ademir Alves da. **A gestão da seguridade social brasileira**: entre a política pública e o mercado. São Paulo: Cortez, 2004.

SIMIONATTO, Ivete. Serviço Social e processo de trabalho. **Curso Formação profissional: um projeto de atualização**. Módulo I. CRESS 12ª Região/SC. Conselho Regional de Serviço Social de Santa Catarina. Florianópolis, 1998. (Mimeo).

SIMIONATTO, Ivete. Reforma do Estado ou modernização conservadora? O retrocesso das políticas sociais públicas nos países do mercosul. **SER Social**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, Brasília, n. 7, p. 11-42, jul./dez 2000. (Seguridade Social).

SIMIONATTO, Ivete. A cultura do capitalismo globalizado. Novos consensos e novas subalternidades. In: COUTINHO, Carlos Nelson, TEIXEIRA, Andréa de Paula (Orgs.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 275-289.

SIMIONATTO, Ivete. Fundamentos históricos e teóricos-metodológicos do Serviço Social. **Temporalis**: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social — ABEPSS, Porto Alegre, n. 8, ano, IV, jul./dez., 2004.

SINGER, Paul. A Cidadania para todos. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 190-263.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2000. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 78).

SPOSATI, Aldaíza. Mínimos sociais e seguridade social: uma revolução da consciência da cidadania. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.º 55, ano XVIII, p.09-38, nov. 1997.

TELELISTAS. Disponível em: <<http://www.telelistas.net>>. Acesso em: ago. 2005.

TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e cidadania**. São Paulo: Editora 34, 2001.

TOUSSAINT, Eric. **A bolsa ou a vida**. A dívida externa do Terceiro Mundo: as finanças contra os povos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. O positivismo. A fenomenologia. O marxismo. São Paulo: Atlas, 1987.

VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. As armas secretas que abateram a seguridade social. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). **O desmonte da nação**. Balanço do governo FHC. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 91-114.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e globalização**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

VIETTA, E. P.; UEHARA, M.; NETTO, K. A. S. Evolução da enfermagem do contexto do hospital-escola: depoimentos de enfermeiros representantes da década de 70. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 3, p. 135-154, dez. 1996.

WOLKMER, Antonio Carlos. **O Terceiro Mundo e a nova ordem internacional**. São Paulo: Ática, 1989.

WOOD, Ellen Meiksins. **A origem do capitalismo**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

YAZBECK, Maria Carmelita. O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. In: **Programa de capacitação continuada para Assistentes Sociais: Capacitação em Serviço Social e política social. Módulo 2: Reprodução social, trabalho e Serviço Social**. Brasília: CFESS, ABEPSS, CEAD, UnB, 1999.

ZAVALA, Rodrigo. Decreto pode acabar com isenções fiscais de entidades beneficentes. **Envolverde**. Revista Digital de Ambiente, Educação e Cidadania. Boletim Ambiente Meiembipe. Envolverde/GIFE. Disponível em: <<http://www.envolverde.com.br/?edt=4#>>. Acesso em: ago. 2006.

APÊNDICES

Apêndice A — Quadro metodológico da pesquisa

Quadro metodológico da pesquisa:

Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) do Município de Porto Alegre:

Espaços Sócio-Ocupacionais dos Assistentes Sociais?

Tiago Martinelli

Orientadora: Professora Doutora Berenice Rojas Couto

Porto Alegre, 2007

TEMA	PROBLEMA	OBJETIVOS		QUESTÕES NORTEADORAS	
		Geral	Específicos		
Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) do Município de Porto Alegre: Espaços Sócio-Ocupacionais dos Assistentes Sociais	Como o Assistente Social desenvolve seus processos de trabalho nas OSCIP, de modo a garantir a defesa dos direitos, na perspectiva de consolidação do projeto ético-político da profissão?	O objetivo da pesquisa é desvendar a composição sociopolítica das OSCIP e as possibilidades de possíveis contribuições do trabalho dos Assistentes Sociais nesses espaços socioocupacionais.	<p>Conhecer, sistematizar e analisar as características das OSCIP.</p> <p>Verificar a opinião dos Assistentes Sociais sobre o processo de trabalho nas OSCIP, a fim de desvendar suas contradições.</p> <p>Discutir a efetivação dos processos trabalho dos Assistentes Sociais nas OSCIP, visando contribuir para o aprimoramento dos referenciais teóricos e para a qualificação dos processos nesses espaços socioocupacionais.</p> <p>Identificar quais as contribuições dos Assistentes Sociais para a garantia de direitos nesses espaços, na perspectiva de consolidação do projeto ético-político da profissão.</p>	<p>Quais as características e como se conformam as OSCIP?</p> <p>Qual a opinião do Assistente Social sobre o processo de trabalho nas OSCIP?</p> <p>Como se efetivam os processos de trabalho em que estão envolvidos os Assistentes Sociais nas OSCIP?</p> <p>Como o Assistente Social contribui ou pode contribuir para a garantia de direitos nesses espaços socioocupacionais?</p>	
METODOLOGIA	INSTRUMENTOS E TÉCNICAS	AMOSTRA	CATEGORIAS DO MÉTODO	CATEGORIAS TEÓRICAS	ANÁLISE
Esta pesquisa está fundamentada nos princípios do Método Dialético Crítico e caracteriza-se como do tipo quanti-qualitativa. Com base em seus objetivos, classifica-se como pesquisa exploratória.	A coleta de dados foi realizada através de entrevistas semi-estruturadas, compreendida por roteiro norteador, com Assistentes Sociais das OSCIP.	A amostra da pesquisa é não probabilística intencional, cotejando neste estudo 46 entidades localizadas em Porto Alegre, cadastradas, no Ministério da Justiça, até 2005. O universo da pesquisa engloba os profissionais das OSCIP localizadas em Porto Alegre, cadastradas, no Ministério da Justiça, de 1999 à 2005. Foram realizadas oito entrevistas, onde três profissionais têm vinculação direta com a OSCIP, e cinco atuam por projetos.	Historicidade; Totalidade; e Contradição	‘Trajetória Profissional do Assistente Social’; ‘Serviço Social na Instituição’; ‘Teorias e metodologias’; ‘Instrumentos e técnicas’; ‘Projeto Ético-político’; ‘Produtos do Serviço Social’.	Para a análise dos dados é utilizada a técnica de Análise de Conteúdo.

Apêndice B — Roteiro para entrevista

**Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Faculdade de Serviço Social
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social**

ROTEIRO PARA ENTREVISTA

Pesquisa:

“Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) do município de Porto Alegre: espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social?”

Este roteiro foi elaborado a partir das discussões realizadas nas orientações e aporte a teses e dissertações realizadas no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. As perguntas deste roteiro funcionam como um eixo orientador para a entrevista, onde as perguntas muitas vezes serão elaboradas de forma indireta, visando qualificar os dados obtidos.

As entrevistas terão como objetivo de desvendar a composição sociopolítica das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e as possibilidades de possíveis contribuições do trabalho do Assistente Social nestes espaços sócio-ocupacionais no intuito de potencializa-los. Neste sentido apresenta-se o roteiro aplicado com Assistentes Sociais.

Questões Norteadoras:

- ☞ Quais as características e como se conformam as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)?
- ☞ Qual a opinião do Assistente Social sobre o processo de trabalho nas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)?
- ☞ Como se efetiva o processo trabalho do Assistente Social nas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)?
- ☞ Como o Assistente Social contribui ou pode contribuir para a garantia de direitos nestes espaços sócio-ocupacionais?

Entrevista realizada no dia: ____/____/____.

Às ____ horas e ____ minutos.

Local da entrevista _____.

Roteiro

Identificação do Entrevistado e da Instituição:

Nome do(a) Entrevistado(a):

Função na organização:

Formação:

Ano de formação:

Universidade:

Telefone:

Endereço eletrônico:

Nome da organização:

Endereço:

Bairro:

Cidade:

CEP:

Telefone:

Endereço eletrônico:

Nome do representante legal:

Cargo do representante legal:

Questões do roteiro para entrevista:

Processo de trabalho

Trajetória Profissional do Assistente Social

Conte um pouco sobre sua trajetória profissional.

Qual seu vínculo empregatício?

Como foi contatada para trabalhar na OSCIP?

Serviço Social na Instituição

Qual é o histórico do Serviço Social na OSCIP?

Teorias e metodologias

Qual é o objeto de trabalho do Assistente Social na OSCIP?

Quem elaborou o plano de trabalho?

Que tipos de atividades foram demandadas?

Que teorias e metodologias fundamentam a intervenção?

Instrumentos e técnicas

Que instrumentos e técnicas são utilizados nas atividades desenvolvidos?

Projeto Ético-político

Como articula o projeto ético-político da profissão para a realidade do exercício profissional?

Como o Assistente Social contribui ou pode contribuir para a garantia de direitos nestes espaços sócio-ocupacionais?

Produtos do Serviço Social

Quais os produtos do processo de trabalho?

Quais as dificuldades encontradas no campo de atuação profissional?

Considera o trabalho na OSCIP uma conquistas para a profissão? Por que?

Tiago Martinelli

Pesquisador

Apêndice C — Termo de consentimento livre e esclarecido



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Este documento visa solicitar sua participação na Pesquisa **"Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) do município de Porto Alegre: espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social?"**, que tem como objetivo de desvendar a composição sociopolítica das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e as possibilidades de possíveis contribuições do trabalho do Assistente Social nestes espaços sócio-ocupacionais no intuito de potencializá-los. Será desenvolvido pelo Assistente Social Tiago Martinelli (CRESS Nº 5901), sob orientação da Profa. Dra. Berenice Rojas Couto, vinculados ao Núcleo de Estudos de Política e Economia Social - NEPES do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Sua colaboração é fundamental para compor as informações da pesquisa, possibilitando maior visibilidade a este espaço sócio-ocupacional e discussão sobre efetivação do processo trabalho do Assistente Social nas OSCIP, visando contribuir para o aprimoramento dos referenciais teóricos e a qualificação dos processos nesses espaços sócio-ocupacionais. Os dados da pesquisa estarão à disposição na universidade ao término da pesquisa, prevista para março de 2007.

Por intermédio deste termo são garantido-lhes os direitos de: retirar seu consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo sem que isto me traga qualquer prejuízo; solicitar, a qualquer tempo, maiores esclarecimentos sobre esta Pesquisa entrando em contato com o pesquisador (Telefone Celular: 51 92790379 - NEPES: 51 33203500 R. 4178) ou sua orientadora (Telefones: 51 33203939 / 51 33203546); ser devidamente esclarecido sobre os objetivos da pesquisa acima mencionada de maneira clara e detalhada; sigilo absoluto sobre seus dados pessoais; a ampla possibilidade de negar-se a responder quaisquer questões ou a fornecer informações que julguem prejudiciais a sua integridade física, moral e social.

"Declaro estar ciente das informações constantes neste 'Termo de Consentimento Livre e Esclarecido', entendendo que serei resguardado pelo sigilo absoluto de meus dados pessoais e de minha participação na Pesquisa; poderei retirar meu consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo sem que isto me traga qualquer prejuízo poderei pedir, a qualquer tempo, esclarecimentos sobre esta Pesquisa; que fui devidamente esclarecido sobre os objetivos da pesquisa acima mencionada de maneira clara e detalhada; recusar a dar informações que julgue prejudiciais a minha pessoa. Permito a gravação de minha entrevista, que será transcrita, lida e utilizada na referida pesquisa de forma integral ou em partes, sem restrições de prazos e citações, a partir da presente data. As informações são de responsabilidade do pesquisador. Abdico direitos autorais meus e de meus descendentes, subscrevendo o presente termo".

Porto Alegre, ____ de _____ de 2006.

Participante: _____ Assinatura: _____

OSCIP: _____

Tiago Martinelli
Pesquisador

PUCRS

Campus Central

Av. Ipiranga, 6681-P. 15-sala 330-CEP90619-900
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3539 - Fax (51) 3320-3606
E-mail: servico-social-pg@pucrs.br
www.pucrs.br/fss/pos

Apêndice D — Quadro de Sistematização Utilizada para a Análise de Conteúdo

QUADRO DE SISTEMATIZAÇÃO UTILIZADA PARA A ANÁLISE DE CONTEÚDO

<i>Nº da Entrevista</i>							
<i>Nº da Questão</i>							
<i>Enunciado da entrevista (tema)</i>							
<i>Categorias Explicativas da Realidade</i>							
<i>Categorias do Método</i> <ul style="list-style-type: none"> • Historicidade; • Contradição; • Totalidade. 							
<i>Categorias empíricas</i>							
<i>Observações</i>							

ANEXOS

Anexo A — Carta de Aprovação do Comitê de Ética



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - CEP - PUCRS



Ofício 521/06-CEP

Porto Alegre, 16 de maio de 2006.

Senhor(a) Pesquisador(a)

O Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS apreciou e aprovou seu protocolo de pesquisa registro CEP 06/03108, intitulado: “Organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP) do Município de Porto Alegre: espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social”.

Sua investigação está autorizada a partir da presente data.

Relatórios parciais e final da pesquisa devem ser encaminhados a este CEP.

Atenciosamente,

Prof. Dr. José Roberto Goldim
COORDENADOR DO CEP-PUCRS

Ilmo(a) Sr(a)
Mest Tiago Martinelli
N/Universidade